

2008

ING Belgium SA/NV

Relatório Financeiro

1 Índice

1 Índice	
2 Valores Chave	
2.1 Conta de Resultados	
2.2 Balanço Financeiro	
3 Relatório do Conselho de Administração sobre as contas consolidadas do ING Belgium SA/NV	
3.1 Comentários em relação ao Mapa Financeiro	
3.1.1 Principais características do ambiente económico e financeiro	
3.1.2 Alterações na esfera de consolidação	
3.1.3 Conta de resultados consolidada	
3.1.4 Balanço financeiro consolidado	
3.2 Perfil: O ING na Bélgica	
3.3 Balanço Social	
3.4 Gestão do Risco	
3.5 Operações Pós-balanço	
3.6 Informação sobre as Filiais	
3.7 Pesquisa e Desenvolvimento	
3.8 Informação relativa ao Uso de Instrumentos Financeiros	
3.9 Apreciação	
4 O ING Belgium SA e as Regras de Administração de Empresas	
4.1 Estado Actual dos Negócios	
4.2 A posição do ING Belgium em relação ao Código Belga de Administração de Empresas	
4.3 Conselho de Administração	
4.4 Comité Executivo	
5 Organismos de Auditoria Externa, Executiva e de Supervisão do ING Belgium	
5.1 Conselho de Administração	
5.2 Revisor de Contas	
5.3 Comité Executivo	
6 Informação sobre a Empresa	

7 Contas Anuais Consolidadas	
7.1 Balanço Financeiro Consolidado	
7.2 Conta de Resultados Consolidada	
7.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	
7.4 Situação Consolidada das Variações no Capital	
7.5 Segmentação	
7.6 Informação sobre as Contas Consolidadas	
7.6.1 Informação empresarial	
7.6.2 Base de apresentação	
7.6.3 Políticas contabilísticas	
7.6.4 Gestão do risco	
7.6.5 Gestão do capital	
7.7 Notas das Contas Consolidadas	
7.7.1 Notas do balanço financeiro consolidado	
1. Caixa e saldos com os bancos centrais	
2. Activos financeiros detidos para negociação	
3. Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	
4. Activos financeiros disponíveis para venda	
5. Empréstimos e devedores	
6. Derivados usados para cobertura	
7. Bens imóveis, instalações e equipamento	
8. Bens imóveis de investimento	
9. Activo imaterial e outras imobilizações incorpóreas	
10. Activos com imposto diferido	
11. Investimentos em associados, filiais e empresas comuns	
12. Outros activos	
13. Passivos financeiros detidos para negociação	
14. Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	
15. Passivos financeiros medidos ao custo amortizado	
16. Passivos financeiros associados a activos transferidos	
17. Derivados usados para cobertura	
18. Provisões	
19. Passivos com imposto diferido	
20. Outros passivos	

21. Capital social de levantamento à ordem	
22. Capital atribuível a titulares de capital da empresa	
7.7.2 Notas sobre a conta de resultados consolidada	
23. Juros credores líquidos	
24. Rendimento de comissões e taxas líquidas	
25. Ganhos e perdas realizadas sobre activos & passivos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas	
26. Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros detidos para negociação	
27. Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	
28. Ajustamentos do justo valor na contabilidade de cobertura	
29. Reavaliações das diferenças de câmbio	
30. Ganhos e perdas sobre o desreconhecimento de activos que não os detidos para venda	
31. Outros rendimentos de exploração líquidos	
32. Despesas de pessoal	
33. Despesas gerais e administrativas	
34. Diminuição de valor	
35. Despesas de imposto sobre o rendimento relativas a ganhos ou perdas de operações permanentes	
7.7.3 Informação adicional	
7.7.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo	
7.8 Relatório do comissário da Assembleia Geral de accionistas da empresa ING Belgique SA sobre as contas consolidadas para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2008	
7.9 Verlag van de commissaris aan de algemene vergadering der aandeelhouders van ING België NV over de geconsolideerde jaarrekening over het boekjaar afgesloten op 31 December 2008	

2 VALORES CHAVE

2.1 Conta de Resultados

ING Belgium SA – Conta de Resultados Consolidada IFRS

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Rendimento total	3.160	3.207	-1%
Total de despesas operacionais	(1.887)	(1.817)	4%
Resultado antes dos custos de risco	1.272	1.390	-8%
Total de provisões para crédito vencido	(100)	(26)	290%
Resultado após as provisões para crédito vencido	1.173	1.364	-14%
Despesas gerais	(25)	(25)	2%
Lucro antes da tributação de impostos	1.147	1.339	-14%
Tributação	(242)	(178)	36%
Juro de terceiras partes	(0)	(0)	-91%
Lucro após a tributação de impostos	905	1.161	-22%

2.2 Balanço Financeiro

ING Belgium SA – Passivos & Capital

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Devido a bancos	32.666	58.328	-44%
Devido a clientes	81.887	81.521	0%
Passivos financeiros ao JV através de ganhos e perdas	40.999	22.286	84%
Outros passivos	10.761	8.935	20%
Capital de accionistas	9.617	8.965	7%
Capital e reservas	8.579	7.615	13%
Resultado do ano	905	1.161	-22%
Dividendos	-	-	-
Dívidas subordinadas	133	189	-30%
Total de Passivos e Capital	175.930	180.035	-2%

ING Belgium SA – Capital & Passivos – Devido a clientes

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Cadernetas de poupança	26.383	25.086	5%
Contas de clientes	33.932	32.490	4%
Depósitos a prazo de empresas	14.712	16.816	-13%
Títulos de dívida	6.860	7.129	-4%
Total devido a clientes	81.887	81.521	0%

ING Belgium SA – Activos

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Bancos	32.228	35.813	-10%
Empréstimos e adiantamentos	62.894	57.484	9%
Títulos de investimento	27.009	28.181	-4%
Activos financeiros ao JV através de ganhos e perdas	39.203	46.668	-16%
Outros activos	14.596	11.889	23%
Total de activos	175.930	180.035	-2%

ING Belgium SA – Empréstimos e Adiantamentos

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Empréstimos directos + reinvestimento	36.379	32.826	11%
Reendas	-	665	-100%
Empréstimos hipotecários	21.382	18.899	13%
Créditos a descoberto	5.150	5.270	-2%
Outros empréstimos	439	254	73%
- provisão para crédito vencido	-456	-430	6%
Total de Empréstimos e Adiantamentos	62.894	57.484	9%

3 Relatório do Conselho de Administração sobre as contas consolidadas do ING Belgium SA/NV

Bruxelas
23 de Março de 2009
Relatório Financeiro de 2008

3.1 Comentários em relação ao Mapa Financeiro

3.1.1 Principais características do ambiente económico e financeiro

O ambiente económico tem-se revelado difícil desde o final de 2007:

- o crescimento da economia belga abrandou significativamente em 2008. O PIB desceu no quarto trimestre, acompanhado de uma erosão na confiança dos investidores;
- o crescimento rápido do capital imobiliário na Bélgica foi diminuindo gradualmente, e a procura de empréstimos hipotecários desceu;
- a taxa de inflação, que atingiu o seu ponto máximo em Julho (+5,9%) e foi mantida através da subida nos preços do petróleo, desceu para um nível mais razoável, embora ainda elevado, de 2,9% em Dezembro de 2009. Ainda assim permanece significativamente mais elevada do que a média europeia; tal contribuiu substancialmente para um aumento nas despesas operacionais;
- a inversão mantida da curva de rendimento continuou a sobrecarregar as margens dos juros;
- a viragem descendente dos mercados financeiros teve não só um impacto psicológico negativo na confiança dos consumidores e investidores, como também reduziu a actividade e o rendimento tanto nas operações bancárias de investimento como na gestão de activos.

3.1.2 Alterações na esfera de consolidação

O ING Investment Management Belgium, o ING Investment Luxembourg e as nossas actividades deixaram de fazer parte da nossa esfera de consolidação em 2008.

As actividades do ING Private Portfolio Management SA estão agora directamente integradas no ING Belgium NV, sem qualquer impacto na esfera de consolidação.

3.1.3 Conta de resultados consolidada

3.1.3.1 Globalmente

O ING Belgium auferiu de um substancial lucro antes da tributação de impostos de 1.147 milhões de Euros. Tal traduz-se num lucro após a tributação de impostos de 905 milhões de Euros após o pagamento de impostos no valor de 242 milhões de Euros.

Estes resultados favoráveis foram atingidos apesar do ambiente económico de dificuldade existente desde o final de 2007. Os mesmos confirmam as bases sólidas, a confiança comprovada dos nossos clientes – já existentes e novos – e a nossa contribuição activa para a economia belga através do contínuo crescimento dos volumes, com os depósitos a permanecerem estáveis e os empréstimos a aumentarem para 9% no ano passado. Os nossos resultados favoráveis reflectem também o nosso forte balanço financeiro, com um confortável excedente de liquidez e rácios de solvabilidade que excedem o mínimo exigido (Core Tier 1 de 11,9%). Estes são também o resultado de uma concentração constante nas necessidades dos nossos clientes.

ING Belgium SA – Conta de Resultados Consolidada IFRS

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Rendimento total	3.160	3.207	-1%
Total de despesas operacionais	(1.887)	(1.817)	4%
Resultado antes dos custos de risco	1.272	1.390	-8%
Total de provisões para crédito vencido	(100)	(26)	290%
Resultado após as provisões para crédito vencido	1.173	1.364	-14%
Despesas gerais	(25)	(25)	2%
Lucro antes da tributação de impostos	1.147	1.339	-14%
Tributação	(242)	(178)	36%
Juro de terceiras partes	(0)	(0)	-91%
Lucro após a tributação de impostos	905	1.161	-22%

3.1.3.2 Análise por segmento

Observação: As análises que se seguem incluem também as actividades do Grupo ING na Itália, e as actividades de leasing no Sudoeste da Europa.

Na Banca de Retalho, o programa de transformação do ING Belgium continua em linha com as expectativas e tem sido recebido de forma positiva pelos nossos clientes. Juntamente com o lançamento de novos produtos, esta transformação permitiu-nos aumentar os volumes de depósitos de poupança e de empréstimos para 15% e 12% respectivamente ao longo do período sob revista. Por outro lado, a Banca Privada teve entradas líquidas de 2.6 mil milhões de Euros ao longo do mesmo período. Tal não compensou totalmente a diminuição dos activos sob gestão como resultado da viragem descendente dos mercados financeiros.

Estes elementos positivos limitaram a descida do rendimento total para 4%, apesar do impacto negativo dos desenvolvimentos dos mercados financeiros no rendimento das taxas. Ao mesmo tempo, o aumento da inflação, assim como investimentos substancialmente mais elevados em marketing e apoio ao cliente, resultou num aumento de 3% das despesas operacionais. A combinação destes dois efeitos reflecte-se numa queda de 25% do lucro antes da tributação de impostos em comparação com o ano de 2007 que ascende a 355 milhões de Euros.

Na Banca para Grandes Clientes, todas as linhas de produtos proporcionaram um excelente crescimento nos resultados. O crescimento provindo da Banca Geral & Pagamentos & Gestão de Tesouraria (PGT) foi superior a 18%, principalmente graças a um aumento nos volumes de empréstimos (+9,3%) e pagamentos. O forte crescimento nos Pagamentos & Gestão de Tesouraria confirma e fortalece a posição do ING como fornecedor de soluções de pagamento no mercado europeu. O rendimento provindo dos Financiamentos Estruturados subiu 31%, influenciado de modo positivo pelo aumento nos preços do petróleo, o fortalecimento do dólar americano e do franco suíço e os excelentes resultados no financiamento de infraestruturas. O

rendimento provindo do Leasing & Factoring atingiu os 7%, influenciado em particular pelo forte crescimento nos Financiamentos Comerciais. O rendimento provindo dos Produtos dos Mercados Financeiros permaneceu estável (+7%), apesar da situação caótica dos mercados financeiros; a volatilidade dos últimos criou um aumento substancial na procura deste tipo de produto em todos os segmentos de clientes. A descida nos Outros Rendimentos deve-se principalmente ao ganho de capital na venda da nossa participação na International Factors em 2007 e a perdas em algumas participações financeiras em 2008.

O crescimento das despesas operacionais (+9%) é principalmente o resultado da inflação mais elevada e de investimentos para fortalecer a sala de negociação. As provisões para crédito vencido aumentaram significativamente em 2008, mas tal aumento ocorreu a partir de níveis que tinham sido historicamente baixos durante vários anos. Esta subida está principalmente ligada a vários ficheiros específicos. A combinação destes factores contribuiu para uma descida de 23% do lucro antes da tributação de impostos em comparação com 2007, ascendendo a 405 milhões de Euros.

3.1.4 Balanço financeiro consolidado

ING Belgium SA – Passivos & Capital

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Devido a bancos	32.666	58.328	-44%
Devido a clientes	81.887	81.521	0%
Passivos financeiros ao JV através de ganhos e perdas	40.999	22.286	84%
Outros passivos	10.761	8.935	20%
Capital de accionistas	9.617	8.965	7%
Capital e reservas	8.579	7.615	13%
Resultado do ano	905	1.161	-22%
Dividendos	-	-	
Dívidas subordinadas	133	189	-30%
Total de Passivos e Capital	175.930	180.035	-2%

O total de passivos e capital desceu 2%, ou seja, para 4 mil milhões de Euros; tal deve-se principalmente a uma descida substancial nos passivos devidos a bancos em combinação com uma mais elevada conta de passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

A descida nos passivos devidos a bancos de cerca de quase 26 mil milhões de Euros está ligada à descida dos depósitos interbancários até 24 horas (14.5 mil milhões de Euros), actividades de recompra (8.5 mil milhões de Euros) e das contas a prazo inferior a um ano (3.5 mil milhões de Euros).

Os passivos devidos a clientes permaneceram estáveis (ver tabela seguinte), ao passo que os outros passivos e o capital de accionistas aumentaram respectivamente para 1.8 e 0.7 mil milhões de Euros.

Os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas aumentaram quase para 19 mil milhões de Euros graças aos derivados comerciais marcados para o mercado (quase para 16 mil milhões de Euros em comparação com 14.6 mil milhões de Euros no lado do activo, indicando um movimento líquido limitado) e ao justo valor das contas a prazo inferior a um ano (quase para 2 mil milhões de Euros).

ING Belgium SA – Capital & Passivos – Devido a clientes

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Cadernetas de poupança	26.383	25.086	5%
Contas de clientes	33.932	32.490	4%
Depósitos a prazo de empresas	14.712	16.816	-13%
Títulos de dívida	6.860	7.129	-4%
Total devido a clientes	81.887	81.521	0%

O aumento limitado dos passivos devidos a clientes (+0.3 mil milhões de Euros) é uma combinação dos seguintes factores:

Um aumento nas cadernetas de poupança de 5%, ou seja, de 1.3 mil milhões de euros, seguindo um aumento dos depósitos a prazo superiores a um ano na banca de retalho, os quais foram por sua vez compensados por uma diminuição dos depósitos a prazo inferior a um ano;

As contas de clientes aumentaram 4%, ou seja, para 1.4 mil milhões de Euros, graças aos depósitos especiais e às contas corrente e moderadas por uma diminuição das actividades de recompra;

Os depósitos a prazo de empresas diminuíram -13%, ou seja, para 2.1 mil milhões de Euros, devido aos depósitos até 24 horas e às contas correntes do Estado.

Um ligeira diminuição dos títulos de dívida de 4%, ou seja, de 0.3 mil milhões de Euros.

ING Belgium SA – Activos

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Bancos	32.228	35.813	-10%
Empréstimos e adiantamentos	62.894	57.484	9%
Títulos de investimento	27.009	28.181	-4%
Activos financeiros ao JV através de ganhos e perdas	39.203	46.668	-16%
Outros activos	14.596	11.889	23%
Total de activos	175.930	180.035	-2%

A diminuição de 2% no total de activos (ou seja, - 4 mil milhões) deve-se principalmente à diminuição dos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e à diminuição dos activos de bancos; contudo estas foram amplamente compensadas por um aumento dos empréstimos e adiantamentos a clientes e de outros activos.

Os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas diminuíram para 7.5 mil milhões de Euros devido à diminuição das vendas (-5 mil milhões de Euros com bancos e -15 mil milhões de Euros com clientes) e à diminuição dos empréstimos a menos de um ano a instituições de crédito (-2 mil milhões de Euros), as quais foram parcialmente compensadas por um aumento de +14.6 mil milhões de Euros nos derivados comerciais marcados para o mercado. A diminuição nos passivos devidos a bancos (-10%, ou seja, -3.6 mil milhões de Euros) está intimamente ligada a uma diminuição nos devedores com contas a prazo de um mês a um ano.

A variação nos empréstimos e adiantamentos é explicada abaixo.

Os títulos de investimento diminuíram para 1.2 mil milhões de Euros, principalmente devido a um menor investimento em obrigações do Tesouro disponibilizadas para venda (livros GAP).

Os outros activos aumentaram quase para 3 mil milhões de Euros, influenciados por um aumento do juro comercial acrescido.

ING Belgium SA – Empréstimos e Adiantamentos

Em milhões de euros	FA2008	FA2007	%
Empréstimos directos + reinvestimento	36.379	32.826	11%
Re vendas	-	665	-100%
Empréstimos hipotecários	21.382	18.899	13%
Créditos a descoberto	5.150	5.270	-2%
Outros empréstimos	439	254	73%
- provisão para crédito vencido	-456	-430	6%
Total de Empréstimos e Adiantamentos	62.894	57.484	9%

O total de empréstimos e adiantamentos aumentou 9%, ou seja, +5 mil milhões de Euros, graças a um aumento dos empréstimos directos e empréstimos de reinvestimento (+3.6 mil milhões de Euros), aos empréstimos hipotecários (+2.5 mil milhões de Euros) e a outros empréstimos (+0.2 mil milhões de Euros).

O aumento dos empréstimos directos e empréstimos de reinvestimento concentra-se principalmente nos empréstimos a prazo. O desenvolvimento dos empréstimos hipotecários não foi apenas atribuível ao ING Belgium, mas também ao Record. Devido à crise financeira, deixaram de existir actividades de revenda. Os créditos a descoberto também sofreram uma ligeira diminuição.

3.2 Perfil: O ING na Bélgica

Através dos seus 114.000 funcionários, o Grupo ING serve 85 milhões de clientes em mais de 40 países. De acordo com a classificação das Empresas Mais Admiradas de Março de 2009 da Revista Fortune, isto faz do ING a 6ª maior empresa do mundo e a única empresa de serviços financeiros no top 10¹.

As unidades empresariais existentes na Bélgica e no sudoeste da Europa estão agrupadas à volta do ING Belgium. Juntamente com o ING Direct e o ING Real Estate, estas oferecem uma gama completa de actividades financeiras, desde a banca aos seguros e leasing para clientes individuais privados, PMEs, empresas multinacionais e clientes institucionais. Os produtos e serviços são vendidos utilizando todos os canais de distribuição disponíveis, desde as filiais bancárias aos call centers e à internet.

¹ A classificação da Fortune é calculada com base numa equação incluindo rendimento, lucro e activos.

Actividades do Grupo ING na Bélgica / Sudoeste da Europa

	BANCA				SEGUROS		LEASING		
	Banca de Retalho	Banca Privada	Banca Grandes Clientes	ING Direct*	Vida	Não Vida	Lease Geral	Lease de Automóveis	Financiamentos Comerciais
Bélgica	X	X	X		X	X	X	X	X
Luxemburgo	X	X	X		X		X	X	X
França			X	X*			X	X	X
Suiça		X	X						
Itália			X	X*			X	X	
Espanha			X	X*	X*	X*	X	X	
Portugal			X						

* não incluído na esfera de comunicação do ING Belgium

BENS IMÓVEIS*			
	Desenvolvimento nos BI	Financiamento nos BI	Gestão do Investimento nos BI
Bélgica	X*		X*
Luxemburgo			
França	X*	X*	X*
Suíça			
Itália	X*	X*	X*
Espanha	X*	X*	X*
Portugal			

3.3 Balanço social

Em 2008, foram recrutadas 1000 pessoas pelo ING na Bélgica (em comparação com 802 em 2007). Os 900 recrutamentos inicialmente planeados para 2008 foram aumentados para 1000, de modo a permitir o reforço das equipas comerciais.

O número total de ETIs (Equivalente a Tempo Integral) em relação ao ING na Bélgica aumentou 1%, de 13.052 para 13.193.

3.4 Gestão do risco

Ver o capítulo ad hoc na informação sobre as contas consolidadas.

3.5 Operações pós-balanço

Não ocorreu qualquer acontecimento, para além dos já comunicados pelo Grupo ING, capaz de causar um impacto na informação contida neste relatório entre o fecho do ano financeiro e a data de envio para impressão.

3.6 Informação sobre as filiais

O ING Belgium possui filiais na Holanda (Breda), França (Paris), Suíça (Genebra, com escritórios de representação em Zurique), Espanha (Madrid) e Portugal (Lisboa).

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento

Não aplicável.

3.8 Informação relativa ao Uso de Instrumentos Financeiros

Ver o capítulo ad hoc na informação sobre as contas consolidadas.

3.9 Apreciação

O ING Belgium cumpriu com a posição adoptada desde 2004 pelo Conselho Executivo do Grupo ING: o Conselho decidiu não formular quaisquer outros prognósticos de resultados.

4 O ING Belgium SA e as regras de administração de empresas

4.1 Estado actual dos negócios

Na Bélgica, a administração das empresas é em parte regulada pela lei e em parte pela Circular PPB-2007-6CPB-CPA da Comissão de Finanças, Bancos e Seguros ligada à expectativa prudencial da CBFA em relação à boa administração da instituição financeira. Além disso, o “Código Belga de Administração de Empresas”, em vigor desde 01 de Janeiro de 2005 aplica-se a todas as empresas listadas. De acordo com a abordagem “agir em conformidade ou explicar” adoptada nos países de expressão inglesa, falta força vinculativa às recomendações do Código, com as empresas a serem incitadas para apresentarem motivos se estas se recusarem a agir em conformidade. Medidas específicas com o objectivo de manter os accionistas longe dos processos de tomada de decisões são adicionadas no caso dos bancos.

4.2 A posição do ING Belgium em relação ao Código Belga de Administração de Empresas

As acções que representam o capital social do ING Belgium não são listadas na Bolsa de Valores de Bruxelas desde 01 de Julho de 1998. Estas têm também sido detidas na sua totalidade pelo Grupo ING desde 2004.

No entanto, o ING Belgium continua a dedicar-se a todas as actividades permitidas pelas instituições financeiras sedeadas na Bélgica, incluindo a emissão pública. Este é também responsável por conduzir o desenvolvimento do Grupo ING nos sete países que formam a região do Sudoeste da Europa.

É por este motivo que o banco continua a satisfazer os requisitos aplicáveis às empresas listadas, notavelmente no que diz respeito à administração e comunicação empresarial.

O banco dá continuação, por conseguinte, à acção que iniciou em 2005 para estar em conformidade com o Código Belga de Administração de Empresas. O Conselho de Administração:

- alterou o Comité de Remuneração para um Comité de Remuneração e Nomeação, e proviu o mesmo com uma carta cujos termos foram aprovados a 09 de Março de 2006;
- aprovou a carta do Comité Executivo na mesma data.

As cartas foram também estabelecidas para regular o funcionamento dos principais comités que dão conta da sua actividade directamente ao Comité Executivo.

O ING Belgium satisfaz actualmente as principais recomendações do Código Belga de Administração de Empresas.

O banco diverge do mesmo nos seguintes pontos:

1. A sua carta interna de administração baseia-se principalmente na Circular PPB-2007-6CPB-CPA da Comissão de Finanças, Bancos e Seguros ligada à expectativa prudencial da CBFA em relação à boa administração da instituição financeira.
2. O período de mandatos para o Conselho de Administração permanece uniformemente fixo em seis anos, inclusive para os Directores Independentes. A esse respeito, o banco julga ser essencial para uma figura chave externa manter uma distância suficiente de modo a obter uma visão geral das actividades do banco.
3. O banco também considera que não deve ter de personalizar a informação respeitante à remuneração que paga aos seus directores principais. Uma análise da falha de remuneração que este paga aos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração, juntamente com os valores gerais para cada um dos itens do orçamento, é fornecido abaixo.

4.3 Conselho de Administração

Composição

De acordo com os termos do Artigo 13º das Cláusulas Estatutárias, o Conselho de Administração do ING Belgium deve compreender um mínimo de doze membros. À data da redacção deste documento o Conselho tinha catorze membros. Não existem pessoas colectivas no Conselho.

ING Belgium SA/NV – Relatório Financeiro 2008

Responsabilidades

A principal responsabilidade do Conselho de Administração é definir a política geral do banco e supervisionar o Comité Executivo. Pode nomear e destituir o Director-geral Executivo e os membros do Comité Executivo, após consultar o Comité Executivo e obter a aprovação da Comissão de Finanças, Bancos e Seguros. Delega a gestão corrente para o Comité Executivo,

certifica-se que esta é levada a cabo e inspecciona o estado geral dos negócios. O Conselho de Administração convoca as assembleias gerais e decide sobre a ordem de trabalhos destas. Fixa a data para pagamento de dividendos. O Conselho pode decidir pagar dividendos provisórios para o período em vigor, sujeitos às condições impostas pela lei. Estabelece também as quantias e datas de tais pagamentos.

Provisões das Cláusulas Estatutárias relativas a períodos de exercício

A Assembleia Geral de Accionistas nomeia os Directores que vão ter lugar no Conselho e pode destituir os mesmos a qualquer altura. De acordo com o Artigo 13º das Cláusulas Estatutárias, o período de exercício dos Directores cessantes expira no final da Assembleia Geral Anual. Os Directores cessantes podem candidatar-se para serem reeleitos. A ordem de rotação dos mandatos é decidida pelo Conselho de Administração para assegurar que nenhum período de exercício excede os seis anos, e que pelo menos um membro do Conselho é (re)eleito todos os anos.

Conforme estabelecido no Artigo 15 das Cláusulas Estatutárias, o Conselho de Administração escolhe um Presidente entre os Directores não membros do Comité Executivo, após ter consultado a Comissão de Finanças, Bancos e Seguros e ter obtido a sua aprovação.

Limite de idade

O Artigo 13º das Cláusulas Estatutárias estipula que o período de exercício de um Director expira no final da Assembleia Geral Anual realizada no ano seguinte ao ano em que o Director em questão atinge a idade de 70 anos. Uma Assembleia Geral de Accionistas ordinária ou extraordinária, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, prolonga ou renova, por um período adicional não excedendo os dois anos, o mandato de um Director que tenha atingido o limite de idade. De acordo com o Artigo 18º das Cláusulas Estatutárias, o período de exercício de um Director-geral expira no final do ano civil durante o qual a pessoa envolvida atinge a idade de 65 anos².

² Na prática, um regulamento interno exige que os Directores-Gerais se retirem do Conselho no final do ano civil durante o qual atingiram a idade de 62 anos.

Decisões do Conselho

Os poderes de tomada de decisões do Conselho são dispostos no Artigo 16º das Cláusulas Estatutárias.

Excepto em caso de força maior, resultante de guerra, agitação ou outros desastres afectando a vida pública, o Conselho só pode deliberar e chegar a decisões válidas se a maior parte dos seus

membros estiverem presentes ou representados, com a condição de que qualquer Director presente não possa exercer mais do que dois mandatos por delegação.

No entanto, quando o Conselho não conseguir atingir um quorum numa assembleia, pode deliberar pontualmente sobre os itens da ordem de trabalhos da assembleia anterior, independentemente do número de membros presente ou representado, numa assembleia de acompanhamento realizada num prazo de duas semanas o mais tardar.

As decisões do Conselho são tomadas através de votação por maioria simples.

Quando houver necessidade, de acordo com os Artigos 523 e 529 do Código Belga das Empresas, de um ou mais membros se absterem do voto, as resoluções podem ser decididas de forma válida através de votação por maioria simples de todos os membros elegíveis presentes ou representados.

No caso de igualdade de votos, o membro que preside tem o voto de desempate.

Remuneração

De acordo com o Artigo 14º das Cláusulas Estatutárias, a Assembleia Geral de Accionistas determina o valor da remuneração dos membros do Conselho de Administração até que seja tomada uma nova decisão em tal assembleia.³

Comités especiais

O Conselho de Administração criou, de entre os seus membros, um Comité de Auditoria e um Comité de Remuneração e Nomeação.

A competência do Comité de Auditoria estende-se a todos os países do Sudoeste da Europa que dão conta da sua actividade ao Comité Executivo do ING Belgium. Reuniu-se cinco vezes por ano durante 2008. Os assuntos tratados incluíram a análise do mapa financeiro do banco para 2007 e os resultados provisórios para 2008. O Comité deliberou sobre a gestão do risco e as funções externas exercidas pelos Directores e administradores principais do banco. O Comité também analisou os relatórios preparados pelo Auditor Geral e pelo Director de Conformidade Global. Reveu os empréstimos disponibilizados sob vigilância especial e disputas legais. O Comité de Auditoria dá conta da sua actividade ao Conselho de Administração durante a assembleia do Conselho depois de cada uma das suas próprias assembleias.

O Comité de Remuneração e Nomeação é responsável por apresentar ao Conselho de Administração propostas respeitantes à nomeação dos membros do Conselho, do Director-geral executivo e dos membros do Comité Executivo. É também responsável por fazer recomendações ao Conselho de Administração, sobre:

- os princípios que regulam os termos e condições para a nomeação dos membros do Comité Executivo, incluindo a remuneração destes;
- os objectivos e o desempenho dos membros do Comité Executivo⁴;
- o planeamento da sucessão dos membros do Comité Executivo⁵.

³ Para mais informações, ver o 7.7.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo na página 102.

⁴ Este desempenho é avaliado uma vez por ano pelo Comité de Remuneração e Nomeação.

⁵ Os planos em questão incluem um cenário de crise. Devem, por conseguinte ser revistos uma vez por ano.

O Comité de Remuneração e Nomeação realiza pelo menos duas assembleias por ano, uma das quais precede a assembleia durante a qual o Conselho de Administração prepara as contas anuais e decide sobre a ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de Accionistas.

4.4 Comité Executivo

Composição e Responsabilidade

Actualmente compreendendo seis membros, o Comité Executivo é responsável por conduzir a gestão corrente do banco em linha com a política geral estabelecida pelo Conselho de Administração. Os seus membros são Directores-Gerais e o seu presidente é o Director-geral Executivo do banco.

Atribuição de responsabilidades & tomada de decisões

Cada membro do Comité Executivo é directamente responsável por um número de entidades do banco: estas responsabilidades são detalhadas na secção, “Organismos de Auditoria Externa, Executiva e de Supervisão do ING Belgium” no próximo capítulo.

Todas as decisões do Comité Executivo são, contudo, tomadas numa base colectiva: cada decisão é vinculativa para todos os membros do Comité.

O Comité Executivo delega sucessivamente a gestão de áreas dos negócios do banco para um número de indivíduos cuja posição, responsabilidades, autoridade e remuneração são determinadas pelo Comité: um directório, que faz parte deste relatório, contém uma lista de todos os membros da direcção e as suas áreas de responsabilidade.

Conforme mencionado acima, as actividades do Comité Executivo têm sido reguladas através de uma carta desde 09 de Março de 2006. Tal aplica-se também aos principais comités, que dão conta da sua actividade directamente ao Comité Executivo e cujos poderes são especificados abaixo.

Remuneração

O Artigo 18º das Cláusulas Estatutárias do banco estipula que o Conselho de Administração determine, sob o conselho do Director-geral Executivo, a remuneração dos membros do Comité Executivo. O Conselho de Administração delegou esta responsabilidade para o Comité de Remuneração e Nomeação.⁶

Actividades

O Comité Executivo geralmente reúne-se uma vez por semana; assembleias adicionais são convocadas se houver um grande número de itens ou um assunto urgente a ser discutido.

Para além de decisões específicas relativas à gestão corrente do banco, o Comité Executivo revê um registo anual detalhado do desempenho e perspectivas de cada uma das unidades centrais do banco (centros de lucro e serviços de apoio) e de todas as filiais belgas e internacionais. O Comité Executivo estuda os resultados mensais do banco, divididos por área de negócios⁷. Estuda o relatório periódico elaborado pelo Auditor Geral de dois em dois meses. Nas datas de encerramento de 30 de Junho e 31 de Dezembro, o Comité Executivo e os administradores principais do Departamento de Crédito fazem uma revisão das facilidades de empréstimo que requerem especial atenção. O Comité Executivo inspecciona regularmente as questões que afectam a gestão do pessoal.

Comités especiais

Cinco comités principais dão conta da sua actividade directamente ao Comité Executivo: estes incluem o Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP), o Comité de Mercados Financeiros, o Conselho Interno do ING Belgium, o Comité de Gestão de Recursos Humanos, e o Comité Director de Risco operacional e Segurança e o Conselho de Grandes Clientes.

⁶ Para mais informações, ver o 7.7.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo na página 102.

⁷ Os resultados são escrutinados em detalhe de três em três meses.

5 Organismos de Auditoria Externa, Executiva e de Supervisão do ING Belgium

5.1 Conselho de Administração

Composição⁸

Luc Vandewalle	(2014) ⁹	Comité de Auditoria
Presidente do Conselho de Administração		Presidente Conde Diego du Monceau de Bergendal
Erik Dralans	(2013) ¹⁰	Membros
Director-geral Executivo		Barão Philippe de Buck van Overstraeten Philippe Delaunois
Michael Jonker	(2010) ¹⁰	
Director-geral		Comité de Remuneração e Nomeação
Jan Op de Beeck	(2014) ¹⁰	Presidente
Director-geral		Luc Vandewalle
Marlies van Elst	(2013) ^{10, 11}	Membros
Director-geral		Eli Leenaars Erik Dralans
Guy Beniada	(2010) ¹⁰	Philippe van de Vyvere
Director-geral		
Philippe Masset	(2014) ^{10, 12}	
Barão Luc Bertrand	(2012) ¹³	
Presidente do Conselho Executivo, Ackermans & van Haaren		
Eric Boyer de la Giroday	(2012) ⁹	
Membro do Conselho Executivo, Grupo ING		
Barão Philippe de Buck van Overstraeten	(2012) ¹³	
Administrador-geral, BusinessEurope		
Philippe Delaunois	(2009) ¹³	
Presidente do Conselho de Administração, CFE, SBE, Mediabel, Alcopa		

Conde Diego du Monceau de Bergendal (2011)¹³
Director-geral, Rainyve

Eli Leenaars (2011)⁹
Membro do Conselho de Administração, Grupo ING

Philippe van de Vyvere (2014)¹³
Director-geral, Grupo Sea Invest

⁸ Situação na Assembleia Geral Anual de 30 de Abril de 2008. As datas normais de expiração são indicadas à frente do nome de cada Director.

⁹ Director Não Executivo representando o único accionista.

¹⁰ Director responsável pela gestão corrente.

¹¹ Desde 01 de Junho de 2008.

¹² Desde 01 de Setembro de 2008

¹³ Director Independente.

5.2 Revisor de Contas

Ernst & Young **Auditores de Empresas SCCRL/BCVBA (B160)**

representados por

Marc Van Steenvoort, Sócio
Pierre Anciaux, Sócio

5.3 Comité Executivo

Erik Dralans
Director-geral Executivo

Comunicação Empresarial & Relações
Serviços de Auditoria de Empresas
Relações Humanas e Pessoais
Mercados Financeiros de Bruxelas
Investigação Económica

Michael Jonker
Director-geral

Investigações Especiais de Empresas & Conformidade
Gestão do Risco
Leasing
Financiamentos Comerciais

Jan Op de Beeck
Director-geral

Banca de Retalho & Privada
Marketing
Grupo Record

Guy Beniada
Director-geral

Financiamentos Suécia
Gestão de Recursos
Estratégia & Mudança Empresarial e Excelência Empresarial
Departamento Jurídico
Assuntos Fiscais
Desenvolvimento Empresarial Suécia

Marlies van Elst
Director-geral

Operações & Banca TI

Philippe Masset
Director-geral

Banca para Grandes Clientes Bélgica
- Corporações médias & Instituições
- Banca para Empresas
- Instituições Financeiras
- Produtos para Grandes Clientes
- Financiamentos a Empresas
- Mercados de Acções

Marc Bihain
Secretário-Geral

Bruno Smet
Auditor Geral

6 Informação sobre a empresa

Nome registado

Em Francês, ING Belgique SA; em holandês, ING België NV; em Inglês, ING Belgium SA/NV; em Alemão, ING Belgien AG

Sede estatutária

Avenue Marnix/Marnixlaan 24
B-1000 Bruxelas.

Registo da sociedade comercial

Registo de pessoas colectivas nº 0403 200 393

Forma de constituição, Cláusulas Estatutárias e sua publicação

O ING Belgium SA/NV está constituído sob a lei belga como uma sociedade anónima (société anonyme – naamloze vennootschap) através de documento notarial elaborado a 30 de Janeiro de 1935, testemunhado pelo Notário Pierre de Doncker, Notário de Bruxelas, e publicado nos apêndices do Jornal Oficial Belga de 17 de Fevereiro de 1935, sob o nº 1459.

As Cláusulas Estatutárias da empresa têm sido rectificadas regularmente, mais recentemente através de documento notarial de 27 de Outubro de 2006, testemunhado pela Notária Sophie Maquet, Notária associada de Bruxelas, e publicado nos apêndices do Jornal Oficial Belga de 27 de Novembro de 2006, sob os nºs 06176870 e 06176871.

O ING Belgium SA/NV é uma instituição de crédito dentro do significado do Artigo 1º da Lei de 22 de Março de 1993 sobre o estatuto e controlo das instituições de crédito.

Duração

A empresa foi estabelecida com uma duração ilimitada.

Objecto social

De acordo com o Artigo 3º das Cláusulas Estatutárias, a actividade da empresa é levar a cabo, em seu próprio benefício e em benefício de terceiras partes, na Bélgica ou no estrangeiro, qualquer actividade associada ao serviço bancário, no sentido mais alargado do termo. Tal exclui, mas não está necessariamente limitado a, todas as transacções relacionadas com depósitos de numerário e de títulos, operações de crédito de qualquer natureza, negócios financeiros, operações de bolsa, moeda estrangeira, emissão, intermediação e corretagem.

A empresa está também autorizada a conduzir quaisquer outras actividades empresariais que os bancos estejam, ou possam estar, autorizados a levar a cabo na Bélgica ou no estrangeiro, como,

entre outras, as relacionadas com a comissão e corretagem dos serviços de seguros, leasing financeiro e outros serviços de leasing sob qualquer forma, assim como serviços de consultadoria ou aconselhamento sobre activo e bens imobiliários em benefício de terceiras partes dentro do contexto destas actividades.

A empresa está autorizada a possuir acções e participações noutras empresas dentro dos limites dispostos pela lei e autoridades regulamentares.

A empresa pode adquirir e possuir bens imobiliários e direitos de capital imobiliário para seu próprio uso, ou tendo em vista o seu objecto social. Pode também adquirir bens imobiliários com o fim de garantir o reembolso de empréstimos e adiantamentos.

A empresa está ainda autorizada a dedicar-se a qualquer empreendimento ou actividade comercial que envolva activos ou bens imobiliários directa ou indirectamente relacionados com o seu objecto social, ou para facilitar o alcance deste objecto.

Capital emitido

O capital emitido do ING Belgium SA/NV é de 2.35 mil milhões de euros actualmente representados por 55.414.550 acções ordinárias, sem valor nominal.

O banco não emitiu qualquer outro tipo de acções.

As acções do banco não são listadas na Bolsa de Valores de Bruxelas desde 01 de Julho de 1998. Desde 06 de Agosto de 2004, estas têm sido detidas pelo Grupo ING.

Emissões de acções reservadas a funcionários, sob condições preferenciais

Não existe um outro plano de investimento em acções para o pessoal ou para os directores do banco.

Acções da empresa detidas por membros dos organismos administrativo e de gestão

Os membros do Conselho de Administração do ING Belgium SA/NV não detêm quaisquer acções da empresa.

Funções externas exercidas por directores e pela direcção do banco

O exercício de funções externas por directores e pela direcção das instituições financeiras sedeadas na Bélgica está sujeito às regras estabelecidas na circular PPB-2006-13-CPB-CPA emitida pela Comissão de Finanças, Bancos e Seguros a 13 de Novembro de 2006.

Cada instituição tem de publicar os detalhes de tais mandatos através dos meios descritos no ponto I(4)(e) da circular.

O ING Belgium SA/NV decidiu disponibilizar esta informação ao público através do seu site.

7 Contas Anuais Consolidadas

7.1 Balanço Financeiro Consolidado

A 31 de Dezembro de 2008

Activos

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Caixa e saldo de caixa com os bancos centrais	1	3.564.476	3.539.124
Activos financeiros detidos para negociação	2	42.224.448	47.614.282
Activos financeiros designados a um justo valor através de ganhos ou perdas	3	1.321.968	1.932.564
Activos financeiros disponíveis para venda	4	27.414.649	28.181.480
Empréstimos e devedores (incluindo vendas)	5	96.757.904	94.754.989
Derivados usados para cobertura	6	2.674.756	2.176.337
Activos corpóreos		930.852	916.064
dos quais bens imóveis, instalações e equipamento	7	920.846	905.792
dos quais bens imóveis de investimento	8	10.006	10.272
Activo imaterial e outros activos incorpóreos	9	67.682	70.333
Activos sujeitos a impostos		762.522	572.103
dos quais imposto corrente		87.050	47.455
dos quais imposto diferido	10	675.472	524.648
Investimentos em associados responsáveis em equivalência	11	787	5.468
Investimentos em associados não consolidados		48.381	82.527
Outros activos	12	162.080	189.491
Total de activos		175.930.505	180.034.762

Passivos

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Depósitos de bancos centrais		26.579	1.878
Passivos financeiros detidos para negociação	13	38.895.194	21.471.491
Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	14	6.080.418	3.938.442
dos quais passivos subordinados		469.160	664.889
Passivos financeiros medidos a custo amortizado	15	110.601.494	122.940.493
dos quais passivos subordinados		132.550	189.026
Passivos financeiros associados a activos transferidos (recompras)	16	4.687.280	17.811.984
Derivados usados para cobertura	17	2.673.491	1.512.575
Provisões	18	367.031	444.763
Passivos sujeitos a impostos		756.572	601.041
dos quais imposto corrente		76.039	72.161
dos quais imposto diferido	19	680.533	528.880
Outros passivos	20	2.217.027	2.382.165
Capital social de levantamento à ordem	21	154.118	153.810
Total de passivos		166.450.204	171.258.642

Capital

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Capital atribuível a detentores de capital da empresa	22	9.456.732	8.751.113
Participações minoritárias		23.569	25.007
Capital do Grupo		9.480.301	8.776.120
Total de capital e passivos		175.930.505	180.034.762

7.2 Conta de resultados consolidada

Para o ano finalizado a 31 de Dezembro de 2008

Conta de resultados consolidada

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Rendimento e despesas financeiras e de exploração		3.215.684	3.209.508
Rendimento líquido de juros	23	2.136.203	1.910.582
Rendimento de dividendos		12.950	8.603
Rendimento de comissões e taxas líquidas	24	688.679	755.547
Ganhos e perdas realizadas sobre activos & passivos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas	25	19.149	57.792
Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros detidos para negociação	26	233.879	236.313
Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	27	-70.525	24.731
Ajustamentos do justo valor na contabilidade de cobertura	28	74.066	4.660
Reavaliação da diferença de câmbio	29	62.006	42.322
Ganhos e perdas sobre o desreconhecimento de activos que não estejam detidas para venda	30	157.737	145.159
Outros rendimentos líquidos de exploração	31	-98.461	23.799
Custos de administração		1.848.217	1.755.206
Despesas com o pessoal	32	1.144.799	1.154.367
Despesas administrativas e gerais	33	673.418	600.839
Depreciação	7,9	74.701	87.994
Provisões	18	14.290	4.996
Diminuição de valor	34	160.027	22.586
Perdas por diminuição de valor sobre activos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas		143.083	28.845
Outras diminuições de valor		16.944	-6.258
Activo imaterial negativo imediatamente reconhecido			
na conta de resultados		0	346
Comparticipação nos ganhos e perdas atribuíveis a associados e empresas comuns responsáveis em equivalência		-1.382	-42
Despesa de imposto sobre o rendimento relativa a ganhos e perdas provindas de operações contínuas	35	242.284	177.831
Lucro líquido (perda)		904.783	1.161.198
Atribuível a participações minoritárias	17	195	
Atribuível a detentores de capital da empresa-mãe		904.766	1.161.003

7.3 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para o ano finalizado a 31 de Dezembro de 2008

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Lucro líquido		904.766	1.161.003
Ajustamentos para conciliar o lucro com o capital líquido fornecido pelas actividades de exploração			
(Rendimento de imposto corrente e diferido, reconhecido na conta de resultados)		-317.987	-140.449
Despesas de imposto corrente e diferido, reconhecidas na conta de resultados		566.469	318.279
Participações minoritárias incluídas nos ganhos ou perdas do grupo		-17	195
Ganhos líquidos não realizados		-69.014	-409.592
dos quais:			
perdas (ganhos) de moeda estrangeira não realizadas		-7.021	-14.116
perdas (ganhos) líquidas de justo valor não realizadas via ganhos ou perdas		143.083	28.845
ganhos líquidos não realizados provindos de coberturas de fluxos de caixa		-283.593	-103.155
ganhos líquidos não realizados provindos de investimentos disponíveis para venda		78.517	-321.166
Perdas (ganhos) líquidas não realizadas sobre a venda de investimentos		-176.886	-202.951
Depreciação / amortização		74.701	87.994
Diminuição de valor		16.944	-6258
Provisões líquidas (recuperações)		14.290	4.996
Outros ajustamentos		-59.140	34.471

Variações nos activos de exploração (excluindo caixa e equivalentes de caixa)

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Aumento líquido nos saldos com os bancos centrais		1.777.022	-372.668
Aumento líquido nos empréstimos e devedores		1.554.080	20.046.183
Aumento líquido nos activos financeiros disponíveis para venda		1.291.180	-2.002.157
Aumento líquido nos activos financeiros detidos para negociação		-5.402.270	-11.570.040
Aumento líquido nos activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas		-610.596	1.388.323
Aumento líquido nos derivados de activos, usados para Cobertura		498.419	1.082.312
Aumento líquido no rendimento de regularização provindo de activos financeiros		0	0
Aumento líquido noutros activos		-27.410	-124.347

Variações nos passivos de exploração (excluindo caixa e equivalentes de caixa)

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Aumento líquido nos adiantamentos dos bancos centrais		0	0
Aumento líquido nos depósitos das instituições de crédito		-24.874.203	-10.714.509
Aumento líquido nos depósitos de outros que não instituições de crédito		-136.875	8.594.755
Aumento líquido nos títulos de dívida		-260.483	-290.635
Aumento líquido nos passivos financeiros detidos para negociação		17.423.703	5.863.878
Aumento líquido nos passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas		2.141.976	551.813
Aumento líquido nos derivados de passivos usados para cobertura		1.160.916	1.023.973
Aumento líquido nas contas de regularização sobre instrumentos financeiros		0	0
Aumento líquido noutros passivos financeiros		654.594	0
Aumento líquido noutros passivos		-306.070	-506.545
Aumento líquido no fundo de maneo		-3.285.867	-3.924.875
Fluxos de caixa de actividades de exploração		2.327.888	-3.048.955
Imposto sobre o rendimento (pago) reembolsado		297.166	-154.038
Fluxos de caixa líquidos de actividades de exploração		-2.030.722	-3.202.993

Fluxos de caixa provindos de actividades de investimento

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Aquisição de imobilizações corpóreas		-98.270	-58.639
Venda de imobilizações corpóreas		2.098	15.662
Aquisição de imobilizações incorpóreas		-3.830	-4.363
Venda de imobilizações incorpóreas		356	3.679
Aquisição de empresas comuns, associados, filiais, liquidez do capital adquirido		-10.000	-12.797
Venda de empresas comuns, associados, filiais, liquidez do capital vendido		4.014	362.294
Outros pagamentos em numerário relativos a actividades de investimento		0	0
Outras receitas em numerário relativas a actividades de investimento		0	0
Fluxos de caixa líquidos provindos de actividades de investimento		-105.409	306.467

Fluxos de caixa provindos de actividades de financiamento

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Dividendos pagos		0	-500.393
Proventos de capital provindos da emissão de passivos subordinados		0	0
Reembolsos de capital dos passivos subordinados		-88.547	-107.224
Proventos de capital provindos da emissão de acções e outros títulos de capital		0	0
Pagamentos de capital para adquirir títulos do Tesouro		0	0
Proventos da venda de títulos do Tesouro		0	0
Outros proventos de capital relativos a actividades de financiamento		0	0
Outros pagamentos de capital relativos a actividades de financiamento		0	0

Fluxos de caixa líquidos provindos de actividades de financiamento	-88.547	-607.617
Efeito das variações da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	0	-128
Aumento líquido (descida) em caixa e equivalentes de caixa	-2.224.678	-3.504.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.502.759	24.007.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18.278.046	20.502.759

Revelação complementar dos fluxos de caixa de exploração

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Juros credores recebidos		48.032.207	37.991.272
Juros pagos		45.896.004	36.080.690
Rendimento de dividendos recebido		12.950	8.601

Caixa e fluxos de caixa incluem os seguintes itens

Em milhares de euros	Nota	2008	2007
Dinheiro em caixa		414.480	356.982
Saldos com os bancos centrais		525.875	2.359.744
Empréstimos e devedores		-856.968	-394.472
Títulos públicos		18.687.117	20.326.950
Créditos a descoberto do banco		-492.458	-2.146.445
Total		20.502.759	20.502.759

7.4 Situação consolidada das variações no capital

Para o ano finalizado a 31 de Dezembro

2008

Em milhares de euros	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reserva de reavaliação	Reserva de reservas	Outras retidos	Lucros do corrente ano	Lucro líquido minoritárias	Participações	Total
Saldo de abertura									
a 01/01/2008	2.350.000	451.511	491.678	0	4.296.721	1.161.003		25.007	8.776.120
Aumento do capital									0
Ganho ou perda líquida transferida para as reservas					1.161.003	1.161.003	-		0
Ganho ou perda líquida para o corrente ano						904.766			904.766
Dividendos 2007					-500.393				-500.393
Dividendos provisórios 2008						0			0
Reserva de conversão de moeda			53.707						53.707
Variação líquida na cobertura de investimentos líquidos na reserva de operações estrangeiras			-50.702						-50.702
Variação líquida na reserva de reavaliação de imobilizações corpóreas			-6.710						-6.710
Variação líquida na reserva de reavaliação disponível para venda, líquida do imposto			78.517						78.517
Variação líquida na cobertura de fluxos de caixa, líquida do imposto			-283.593						-283.593
Reclassificação entre reservas			1.747		-1.747				0
Compra/venda de títulos do Tesouro									0
Pagamento com base em acções						8.843			8.843
Outras variações			791			645		-1.438	-647
Saldo de encerramento									
a 31/12/2008	2.350.000	451.511	285.635	0	5.464.820	904.766		3.569	9.480.301

2007

Em milhares de euros	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reserva de reavaliação	Outras reservas	Outras retidos	Lucros do corrente ano	Lucro líquido minoritárias	Participações	Total
Saldo de abertura									
a 01/01/2006	2.350.000	451.511	897.109	0	3.769.693	1.000.906	25.834	8.495.053	
Aumento do capital									0
Ganho ou perda									
líquida transferida					1.000.906	-			0
para as reservas						1.000.906			
Ganho ou perda líquida									
para o corrente ano						1.161.003		1.161.003	
Dividendos 2005					-500.393				-500.393
Dividendos									
provisórios 2006						0			0
Reserva de conversão									
de moeda			-8.977						-8.977
Variação líquida na									
cobertura de									
investimentos líquidos									
na reserva de operações									
estrangeiras			29.429						29.429
Variação líquida na									
reserva de reavaliação de									
imobilizações corpóreas			17.791						17.791
Variação líquida na									
reserva de reavaliação									
disponível para venda,									
líquida do imposto			-321.166						-321.166
Variação líquida na									
cobertura de fluxos de									
caixa, líquida do imposto			-103.155						-103.155
Reclassificação entre									
reservas			-19.201		19.201				0
Compra/venda de									
títulos do Tesouro									0
Pagamento com base									
em acções					6.669				6.669
Outras variações			48		645		-827		-134
Saldo de encerramento									
a 31/12/2006	2.350.000	451.511	491.878	0	4.296.721	1.161.003	25.007	8.776.120	

7.5 Segmentação

Segmentos Operacionais 2008

Em milhares de euros	Grandes Clientes	Retalho	Total
Rendimento			
- Externo	1.341	1.819	3.16
- Intersegmentos	0	0	0
Rendimento total	1.341	1.919	3.160
Lucro dos segmentos antes da tributação	784	364	1.147
Itens especiais	-135	0	-135
Margem operacional antes da tributação	649	364	1.012
Activos dos segmentos	126.755	49.176	175.931
Passivos dos segmentos	104.980	61.470	166.450
Participação nos lucros ou perda de associados responsáveis em equivalência	-1	0	-1
Valor contabilístico dos associados responsáveis em equivalência	13	36	49
Custos incorridos em 2008 para adquirir bens imóveis, equipamento e imobilizações imateriais	38	77	115
Despesas não monetárias significativas			
- Depreciação e amortização	25	50	75
- Diminuições de valor nos activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	104	39	143
- Outras diminuições de valor	3	14	17
- Provisões	10	4	14

Segmentos geográficos 2008

Em milhões de euros	Bélgica	Luxemburgo	França	Suíça	Espanha	Outros	Total
Rendimento (externo)	2.502	311	82	205	46	14	3.160
Lucro dos segmentos antes da tributação	837	185	31	52	31	11	1.147
Activos dos segmentos	149.498	8.755	3.781	6.106	3.594	4.196	175.931
Custos incorridos em 2008 para adquirir bens imóveis, equipamento e imobilizações imateriais	101	4	1	3	0	6	115

7.6 Informação sobre as contas consolidadas

7.6.1 Informação empresarial

O ING Belgium é uma instituição financeira internacional activa na banca, seguros e gestão de activos, sendo uma filial do ING Bank N.V.

O ING Belgium organizou a sua rede comercial em dois ramos de negócios: Banca de Retalho & Privada e Banca para Grandes Clientes. Ambos dão conta da sua actividade de modo funcional aos ramos de negócios equivalentes no Grupo ING.

O ING Belgium é uma sociedade de responsabilidade limitada que dá emprego a 11.771 pessoas. O endereço da sua sede social é o seguinte: Avenue Marnix 24, 1000 Bruxelas.

Estes mapas financeiros consolidados foram aprovados para emissão pelo Conselho de Administração a 23 de Março de 2009.

Os valores constantes nas notas dos mapas financeiros encontram-se em milhares de euros a menos que seja determinado de outra forma.

7.6.2 Base de apresentação

As principais bases de medição usadas na preparação destes mapas financeiros são ao justo valor e a custo amortizado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado empregando preços de mercado de referência. Os preços de mercado são obtidos junto de comerciantes, corretores e vendedores do mercado independentes. De uma forma geral, as posições são valorizadas levando o câmbio de compra para uma posição longa e o preço de oferta para uma posição curta. Em alguns casos em que as posições são marcadas com preços médios de mercado, é calculado um ajustamento do justo valor.

Além disso, podem ser necessários ajustamentos adicionais do justo valor para liquidez ou dados caducados, dado que as transacções num instrumento financeiro em particular não ocorrem de uma forma regular.

Para certos activos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivados do mercado de balcão, não estão disponíveis preços de mercado de referência. Para estes activos e passivos financeiros, o justo valor é determinado recorrendo a técnicas de avaliação. Estas técnicas de avaliação têm em consideração, entre outros factores, os preços de mercado e contratuais, as

correlações, o valor temporal, a margem de crédito, a curva de rendimento, factores de volatilidade e/ou taxas de pagamento antecipado das posições subjacentes. Todas as técnicas de avaliação usadas são aprovadas pelas autoridades internas aplicáveis.

Além disso, os dados de mercado usados nestas técnicas de avaliação são validados diariamente.

Os modelos são de natureza subjectiva e está envolvido um discernimento significativo ao serem estabelecidos justos valores para activos e passivos financeiros. Os modelos envolvem vários pressupostos relativamente ao preço subjacente, curva de rendimento, correlações e muitos outros factores.

O uso de diferentes técnicas de avaliação e pressupostos podem produzir estimativas materialmente diferentes do justo valor.

O ensaio de preços é efectuado para avaliar se o processo de avaliação conduziu a um justo valor apropriado da posição e a um reflexo apropriado destas avaliações na conta de resultados. O ensaio de preços é efectuado para minimizar os potenciais riscos de perdas económicas devido a modelos materialmente incorrectos ou mal utilizados, o que se aplica a ambas as posições transaccionadas na bolsa, assim como às posições fora de bolsa.

A diferença entre o preço do modelo usado e os dados de mercado, o “lucro do dia um”, está registada na conta de resultados do banco.

No entanto, quando o banco usa modelos desenvolvidos internamente e/ou dados derivados de preços observáveis, é feito um ajustamento de avaliação relativamente ao risco do modelo. Este ajustamento tem em consideração os diferentes aspectos destes modelos/dados e o grau relativo de incerteza.

A respeito da regra geral para calcular o ajustamento relativamente ao risco do modelo, o cálculo tem em conta:

- a classificação interna do modelo de acordo com a sua complexidade;
- a experiência no uso do modelo; e
- o período de tempo que resta da operação.

O cálculo é efectuado numa base de transacção por transacção. Os primeiros dois pontos estão sujeitos a uma revisão regular pela Gestão do Risco.

Um ajustamento específico é também feito relativamente ao risco da correlação. Este ajustamento é calculado com base no indicador de sensibilidade relativamente a este factor de risco.

O custo amortizado de um activo financeiro ou de um passivo financeiro é o valor de medição do activo financeiro ou do passivo financeiro no reconhecimento inicial menos os principais reembolsos, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro real de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor a vencimento, e menos qualquer redução (directamente ou através do uso de uma conta de dedução) para redução do valor ou impossibilidade de pagamento.

Os mapas financeiros são preparados continuamente.

7.6.2.1 Estado de conformidade com as IFRS

O ING Belgium SA/NV preparou o seu mapa financeiro consolidado de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia ('UE'). Neste documento o termo 'IFRS' é usado para referir as Normas Internacionais de Informação Financeira conforme adoptadas pela UE, incluindo as decisões tomadas pelo ING Belgium relativamente às opções disponíveis sob as Normas Internacionais de Informação Financeira conforme adoptadas pela UE e as revelações complementares exigidas pela lei belga.

A preparação dos mapas financeiros consolidados em conformidade com as IFRS exige o uso de estimativas e pressupostos. Estas estimativas e pressupostos afectam os valores comunicados de activos e passivos e os valores das responsabilidades contingentes à data de encerramento do balanço, assim como o rendimento e as despesas para o ano comunicadas. O resultado real pode diferir destas estimativas.

O processo de estabelecimento de pressupostos está sujeito a aprovações e procedimentos de controlo interno, e tem em conta estudos contabilísticos internos e externos, estatísticas da indústria, factores ambientais e tendências e requisitos regulamentares.

O ING Belgium decidiu não exercer a opção de reclassificação especificada na alteração do IAS 39 publicada em Outubro de 2008.

7.6.2.1 Estimativa do impacto das alterações às IFRS

Esta secção explica o impacto, nos mapas financeiros do ING Belgium, das novas modificações às IFRS aplicáveis a partir de 2009.

Novas modificações às IFRS aplicáveis a partir de 2009

IFRS	Aplicável aos períodos anuais a começar em ou após...	Endossada pela UE
IAS 1	01/01/2009	Sim
IAS 23	01/01/2009	Sim
IAS 32 e IAS 1	01/01/2009	Sim
IFRS 1 e IAS 27	01/01/2009	Sim
IFRS 2	01/01/2009	Sim
IFRS 8	01/01/2009	Sim
IFRS 1	01/01/2009	Não
IFRIC 12	01/01/2009	Não
IFRIC 15	01/01/2009	Não
IAS 39	01/07/2009	Não
IFRS 3 e IAS 27	01/07/2009	Não
IFRIC 16	01/10/2009	Não
IFRIC 17	01/07/2009	Não
IFRIC 18	01/07/2009	Não

As normas endossadas pela UE:

As modificações efectuadas à IAS 1 Apresentação dos mapas financeiros são na verdade alterações na denominação e apresentação dos nossos mapas financeiros. Contudo, não haverá qualquer impacto nos valores.

A principal alteração à IAS 23 consiste na capitalização dos custos de recolha que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível. Um activo elegível é um activo que necessita de um período de tempo substancial para ficar pronto a ser usado ou vendido. De um modo geral, O ING Belgium não empresta dinheiro de modo a que se desenvolva um activo elegível. Não é esperado este tipo de empréstimo em 2009.

A IAS 32 e a IAS 1 foram revistas de forma a incluir uma orientação na classificação do balanço financeiro das obrigações e dos instrumentos financeiros para venda que surjam apenas na liquidação. Como resultado das alterações, apenas alguns instrumentos financeiros que actualmente correspondem à definição de um passivo financeiro serão classificados como capital dado que estes representam o juro residual nos activos líquidos da entidade. Não está previsto qualquer impacto significativo para o ING Belgium.

As alterações à IFRS 1 e à IFRS 27 estão relacionadas com a contabilização dos dividendos recebidos por parte de uma filial, entidade controlada conjuntamente ou uma entidade associada.

Estes dividendos serão registados nas contas estatutárias da empresa-mãe. Em relação ao ING Belgium, os seus mapas financeiros estão sujeitos aos PCGA belgas e tais dividendos são normalmente lançados nos ganhos e perdas.

As alterações à IFRS 2, as quais especificam as condições de restituição dos pagamentos com base em acções e o tratamento contabilístico em caso de cancelamento, não terão qualquer impacto nas contas do ING Belgium. Na realidade, os nossos tratamentos contabilísticos actuais já se encontram em linha com a IFRS 2 revista.

A IFRS 8 Segmentos Operacionais requer uma apresentação diferente da informação de gestão. Mesmo que esta apresentação seja mais detalhada e mais de acordo com os mapas financeiros, esta não irá ter impacto nem no balanço financeiro nem na conta de resultados do ING Belgium.

Normas e interpretações a serem endossadas pela UE

A IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS foi alterada em termos de estrutura. No entanto, não foi efectuada qualquer correcção técnica que produza qualquer impacto no ING Belgium.

O ING Belgium não possui acordos para concessão de serviços. Por conseguinte, a IFRIC 12 não irá ter qualquer impacto nos nossos mapas financeiros.

A IFRS 15 trata da contabilização do rendimento e das despesas na construção de bens imóveis. Esta IFRIC não é aplicável ao ING Belgium.

A IAS 39 revista esclarece e especifica os itens cobertos que sejam elegíveis para a contabilidade de cobertura. Esta revisão não irá ter um impacto significativo na política de contabilidade de cobertura do ING Belgium.

Várias alterações significativas foram efectuadas à IFRS 3 e à IAS 27. Num acordo de negócios no qual o comprador obtém um controlo inferior a 100%, será possível avaliar a diferença de juros ao justo valor. Além disso, os custos da transacção, tais como os honorários de advogados, serão contabilizados, uma vez que estão presentemente incluídos no activo imaterial. Qualquer venda ou aquisição parcial irá resultar apenas numa alteração nas participações minoritárias, dado que o actual activo imaterial adicional é reconhecido nas aquisições parciais e um ganho/perda é reconhecido nas vendas parciais. O impacto desta alteração só pode ser avaliado quando ocorrer uma aquisição ou uma venda.

Em relação à IFRIC 16 Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira, o ING Luxembourg cobre as diferenças de câmbio que surjam da diferença entre o euro, a moeda que este utiliza diraiamente, e o franco suíço, a moeda da sua filial ING Switzerland. Tal interpretação específica que a contabilidade de cobertura sob a IAS 39 ainda é aplicável. Nesse caso, não irá haver qualquer alteração nos procedimentos contabilísticos do ING Belgium.

A IFRIC 17 trata da Distribuição de Activos Não-monetários aos Proprietários. O ING Belgium efectua o pagamento dos dividendos pagos em numerário apenas à sua empresa-mãe, a única accionista.

A IFRIC 18 esclarece sobre como contabilizar os activos tais como bens imóveis, instalações e equipamentos transferidos a partir de um cliente. O ING Belgium não é afectado por esta interpretação, a qual se aplica principalmente ao sector dos serviços públicos (água, gás, electricidade).

7.6.2.2 Princípios de consolidação

7.6.2.2.1 Filiais

As filiais são todas entidades (incluindo entidades com fins especiais) sobre as quais o ING Belgium tem poderes para regular as políticas financeiras e de funcionamento, geralmente acompanhando uma participação efectiva de mais de 50% dos direitos de voto. A existência e efeitos dos potenciais direitos de voto que são presentemente praticáveis e convertíveis são considerados ao averiguar se o ING Belgium controla outra entidade. As filiais ficam totalmente consolidadas a partir da data em que o controlo é exercido pelo ING Belgium. Estas ficam desconsolidadas a partir da data em que o controlo deixa de existir.

No que respeita às filiais totalmente consolidadas, o banco assegura que, dentro dos limites das percentagens de capital controlado e com a exclusão do risco político, as participações efectivas consolidadas estão em condições de satisfazer os seus compromissos.

O método de aquisição contabilística é usado para calcular a aquisição de filiais por parte do ING Belgium. O custo de uma aquisição é medido conforme o justo valor dos activos fornecidos, os títulos de capital emitidos e os passivos incorridos ou assumidos na data do câmbio, mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e as responsabilidades contingentes assumidas num acordo de negócios são inicialmente medidos ao justo valor na data de aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação minoritária. O excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da parte do banco nos activos líquidos identificáveis é registado como activo imaterial. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor da parte do banco nos activos líquidos da filial adquirida, a diferença é directamente reconhecida na conta de resultados.

Os saldos e ganhos não realizados sobre as transacções entre as empresas do ING Belgium são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção forneça evidências de uma diminuição do valor do activo transferido.

Nos casos em que foi necessário, as políticas contabilísticas das filiais foram alteradas para assegurar a coerência com as políticas adoptadas pelo ING Belgium.

Filiais consolidadas

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ¹⁴	Passivos ¹⁴	Conta de resultados
ING Luxembourg	Luxemburgo	Finanças		99,99%	5.415.551	13.760.622	265.802
ING Private Capital Management sa	Luxemburgo	Finanças		99,99%	10.768	9.013	2.467
Société Immobilière							
ING Luxembourg SARL	Luxemburgo	Bens imóveis		99,99%	18.807	1.204	733
Darum Ltd.	Irlanda	Finanças		99,99%	35.271	52	0
Euro Re	Luxemburgo	Seguros		99,99%	28.608	25.608	0
ING Bank (Suisse) SA	Genebra	Banca		99,99%	1.320.572	1.155.159	18.212
ING Bank (Jersey) Ltd.	Jersey	Finanças		99,99%	699.114	639.588	6.865
ING Trust Co (Jersey) Ltd.	Jersey	Finanças		99,99%	5.066	40	544
ING Monaco SaM	Mónaco	Banca	FR 74 000 039 338	99,99%	1.095.989	1.065.308	147
Kalival SA	Paris	Bens Imóveis		100,00%	11.902	36	-43
Record Bank SA/NV	Bruxelas	Banca	BE 0403.263.642	100,00%	12.900.909	12.483.581	39.021
Fiducré SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0403.173.372	100,00%	29.020	12.237	13.211
Record Credit Services							
SCRL/CVBA	Liege	Finanças	BE 0403.257.407	12,99%	898.899	850.521	-53
ING Belgium Ireland	Dublin	Finanças		100,00%	0	0	490
ING Belgium Finance Ireland	Dublin	Finanças		100,00%	0	0	490
ING Belgium Financial							
Services Dublin Ltd.	Dublin	Finanças		100,00%	0	0	0
ING Belgium International							
Finance Luxembourg SA	Luxemburgo	Finanças		100,00%	6.566.982	6.556.449	6.862
Grand Place (LW) Ltd	Londres	Finanças		100,00%	1.318	1.185	75
Soges-Fiducem SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0403.238.304	100,00%	28.117	25.461	767
Belgian Overseas							
Agencies Ltd.	Montreal	Finanças	CA 0403.202.967	100,00%	14.489	14.631	7
Belgian Overseas							
Issuing Corp.	Nova Iorque	Finanças	CA 0403.203.066	100,00%	13.908	13.399	14
Immo Globe SA/NV	Bruxelas	Bens Imóveis	BE 0415.586.512	100,00%	13.461	647	355
New Immo-Schuman SA/NV	Bruxelas	Bens Imóveis	BE 0428.361.797	100,00%	13.026	3.856	107
CEL Data Services SA/NV	Bruxelas	TI	BE 0435.463.880	100,00%	8.043	3.622	602
GIE/ESV ING Technics	Bruxelas	TI	BE 0477.871.290	89,99%	653	53	0
Sogam SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0402.688.075	100,00%	509	7	61
ING LUX Ré SA	Luxemburgo	Seguros		99,99%	3.088	8	-46
Leudelange Office Park SA	Luxemburgo	Bens Imóveis		99,99%	18.300	0	0
ING Contact center SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0452.936.946	100,00%	5.582	4.085	675
Tax Shelter Production SPRL	Bruxelas	Cultura	BE 0892.800.371	51,00%	2.594	2.493	95

7.6.2.2.2 Associados

Os associados são todas as entidades sobre as quais o ING Belgium possui uma influência significativa mas sem controlo, geralmente acompanhando uma participação efectiva de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos nos associados são calculados sob o método contabilístico e são inicialmente reconhecidos nos custos. Estes incluem o activo imaterial (líquido de qualquer perda por diminuição de valor acumulada) identificado sobre a aquisição.

¹⁴ Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

A parte do banco nos ganhos ou perdas pós-aquisição dos associados é reconhecida na conta de resultados. A sua parte nos movimentos pós-aquisição em reserva é reconhecida nas reservas. Os movimentos pós-aquisição cumulativos são ajustados contra o valor de detenção do investimento.

Se a parte do ING Belgium nas perdas de um associado equivaler ou exceder a sua participação no associado, incluindo quaisquer outros devedores ordinários, o banco não reconhece outras perdas, a menos que tenham icorrido obrigações ou tenham sido feitos pagamentos em benefício do associado.

Os ganhos ou transacções não realizadas entre o ING Belgium e os seus associados são eliminados na extensão da participação do banco nos associados. As perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção forneça evidências de uma diminuição de valor do activo transferido.

Nos casos em que foi necessário, foram alteradas as políticas contabilísticas dos associados para assegurar a coerência com as políticas adoptadas pelo ING Belgium.

Associados calculados sob o método de equivalência patrimonial

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ¹⁴	Passivos ¹⁴	Conta de resultados
Eurocasse S.I.M. S.p.A (em liquidação)	Milão	Finanças	IT 01627420459	43,00%	12.865	28.910	-696
Finanziaria ICCRI-BBL S.p.A. (em liquidação)	Milão	Finanças		50,00%	3.020	408	-36
Isabel SA/NV	Bruxelas	Finanças	BE 0455.530.509	25,33%	14.395	4.227	-3.333

7.6.2.2.3 Empresas comuns

As participações do ING Belgium em entidades controladas conjuntamente são calculadas através de consolidação proporcional. O ING Belgium consolida proporcionalmente a sua parte do rendimento e despesas individuais, activos e passivos e fluxos de caixa nas empresas comuns numa base linha a linha com itens similares nos mapas financeiros do ING Belgium.

Empresas comuns consolidadas

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ¹⁶	Passivos ¹⁶	Conta de resultados
Tayar	Irlanda	Finanças		21,36%	210.774	35.432	5.925

¹⁵ Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

¹⁶ Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

7.6.3 Políticas contabilísticas

7.6.3.1 Conversão de moeda estrangeira

7.6.3.1.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas contas de todas as entidades do ING Belgium são medidos usando a moeda do ambiente económico primário no qual a entidade opera ('a moeda funcional'). As contas de resultados agrupadas são elaboradas em milhares de euros, sendo o euro a moeda de apresentação.

7.6.3.1.2 Conversões

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando as taxas de câmbio que prevalecem à data da transacção. Os ganhos e perdas de moeda estrangeira resultantes do estabelecimento de tais transacções, assim como os ganhos e perdas resultantes da conversão nas taxas de câmbio finais dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na conta de resultados, excepto quando diferidos em equivalência como parte dos fluxos de caixa qualificados ou das coberturas de investimento líquido.

As diferenças de conversão sobre os itens não monetários medidos ao justo valor através dos ganhos e perdas são indicadas como parte do ganho ou perda ao justo valor. Os itens não monetários são reconvertidos na data em que o seu justo valor é determinado. As diferenças de conversão sobre os itens não monetários medidos ao justo valor através da reserva de reavaliação são incluídas na reserva de reavaliação em equivalência.

7.6.3.1.3 Resultados e posição financeiras das empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira das empresas do ING Belgium cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação:

- os activos e os passivos incluídos no seu balanço financeiro são convertidos à taxa do fim de dia, na data do balanço financeiro respeitante;
- o rendimento e as despesas incluídas na sua conta de resultados são convertidos às taxas de câmbio médias; contudo, quando a média não constituir uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas que prevalecem nas datas da transacção, o rendimento e as despesas são convertidas nas datas da transacção;
- as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas numa componente separada do capital.

Na consolidação, as diferenças de câmbio que surgem da conversão de um item monetário que faz parte do investimento líquido de uma operação estrangeira, e de empréstimos contraídos e outros instrumentos designados como coberturas de tais investimentos, são transportados para o capital dos accionistas. Quando uma operação estrangeira é efectuada, tais diferenças de câmbio são reconhecidas na conta de resultados como parte do ganho ou perda à venda.

Os ajustamentos do activo imaterial e do justo valor que surgem com a aquisição de uma operação estrangeira são tratados como activos e passivos da operação estrangeira e convertidos à taxa do fim de dia.

7.6.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Todas as compras e vendas de activos financeiros classificados como disponíveis para venda e comercialização, que requeiram a entrega dentro do horizonte temporal estabelecido por regulamento ou convenção do mercado (compras e vendas de ‘modo regular’) são reconhecidas na data da transacção, sendo essa a data em que o ING Belgium se comprometeu a comprar ou a vender o activo. Os empréstimos e os depósitos são reconhecidos na data de vencimento.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos a receber fluxos de caixa dos activos financeiros tenham expirado ou quando o ING Belgium tenha transferido todos os riscos e retribuições de propriedade. Se o ING Belgium nem transferir nem reter todos os riscos e retribuições de propriedade de um activo financeiro, o activo financeiro é desreconhecido quando o banco já não tem controlo sobre o mesmo. No caso de transferências em que o controlo sobre o activo é retido, o ING Belgium continua a reconhecer o activo na extensão do seu envolvimento contínuo. A extensão deste envolvimento contínuo é determinada pela extensão em que o ING Belgium é exposto a variações no valor do activo.

7.6.3.3 Compensação de activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é indicado no balanço financeiro se o ING Belgium possuir um direito legalmente executório a compensar os valores reconhecidos e tencionar ou regularizar numa base líquida ou simultaneamente liquidar o activo e regularizar o passivo.

7.6.3.4 Transacções de recompra e revenda

Os títulos vendidos sujeitos a acordos de recompra (‘recompras’) são retidos nos mapas financeiros consolidados. O passivo de contrapartida é incluído nos passivos financeiros associados aos activos transferidos.

Os títulos comprados sob acordos para tornar a vender ('revendas') são registados como recebidos em paralelo. Além disso, um devedor é reconhecido como empréstimos e adiantamentos ou como activos financeiros detidos para negociação. A diferença entre o preço de venda e de recompra é registada como juros e acumulada ao longo da duração do acordo, usando o método de juro real.

7.6.3.5 Activos financeiros

7.6.3.5.1 Caixa e saldos de caixa com os bancos centrais

Caixa inclui o dinheiro detido pelo ING Belgium, assim como o dinheiro depositado com outras instituições financeiras que pode ser levantado sem aviso.

Os equivalentes de caixa são definidos como instrumentos altamente líquidos a curto prazo que são prontamente convertíveis para valores conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de variações de valor. A classificação de um investimento a curto prazo como equivalente de caixa não só requer que o investimento esteja de acordo com a definição de equivalente de caixa, como também depende do fim para o qual o investimento é feito.

A caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos com menos de 3 meses de vencimento a contar da data da aquisição, incluindo o dinheiro em caixa, os saldos com os bancos centrais, os empréstimos e adiantamentos a curto prazo, os títulos públicos a curto prazo, as revendas e os créditos a descoberto.

7.6.3.5.2 Activos financeiros detidos para negociação

Os activos para negociação são activos que são adquiridos principalmente com o fim de gerar ganhos a curto prazo ou uma margem de lucro para o vendedor. Os activos financeiros detidos para negociação são inicialmente reconhecidos nos custos. Subsequentemente, estes são medidos de novo ao justo valor, sem dedução dos custos de transacção, em cada data de encerramento do balanço até serem desreconhecidos.

Os ganhos e perdas que surjam de variações no justo valor são registados na conta de resultados para o período durante o qual ocorram. Estes incluem os ganhos e perdas realizadas com a venda de activos financeiros e os ganhos e perdas realizadas que surjam de variações no justo valor.

O rendimento dos juros e os juros pagos são registados em separado na conta de resultados.

O ING Belgium designa os títulos de capital comercializáveis e os títulos de dívida, derivados e revendas como activos financeiros detidos para negociação.

7.6.3.5.3 Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

A gestão irá designar os activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas, quando uma das seguintes condições for satisfeita:

- elimina ou reduz significativamente uma incoerência na medição ou reconhecimento (por vezes referida como ‘desvio contabilístico’) que possa surgir ao medir activos ou ao reconhecer ganhos / perdas numa base diferente;
- um grupo de activos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma gestão do risco documentada ou uma estratégia de investimento, e informação acerca do grupo de activos envolvidos é fornecida internamente nessa base;
- os activos contêm um ou mais derivados incorporados, a não ser que o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa ou quando a separação do derivado incorporado seja proibida.

Os ganhos e perdas que surjam de variações no justo valor de tais activos são reconhecidos na conta de resultados para o período durante o qual ocorram. Estes incluem os ganhos e perdas realizadas com a venda de activos financeiros e os ganhos e perdas realizadas que surjam de variações no justo valor dos activos.

O rendimento dos juros e os juros pagos são registados em separado na conta de resultados.

A designação é irrevogável: a avaliação marcada para o mercado de tais activos é mantida até ao desreconhecimento.

O ING Belgium designa o capital comercializável e os títulos de dívida como activos financeiros designados ao justo valor através do ganho ou perda.

7.6.3.5.4 Empréstimos e devedores

Os empréstimos e devedores são instrumentos não derivados com pagamentos fixos ou determináveis.

Estes são transitados a custo amortizado usando o método de taxa de juro real, menos qualquer perda por diminuição de valor.

O rendimento dos juros é reconhecido numa base de acréscimo usando o método de taxa de juro real.

7.6.3.5.5 Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros não classificados noutra categoria são registados como disponíveis para venda.

Os activos financeiros disponíveis para venda são medidos ao justo valor. Os ganhos e perdas não realizadas que surjam de variações no justo valor são reconhecidos no capital. Quando os activos são vendidos, os ajustamentos de justo valor acumulado relativos são registados na conta de resultados como ganhos e perdas providas de investimentos.

O ING Belgium designa o capital comercializável e os títulos de dívida como activos financeiros designados em disponíveis para venda.

7.6.3.6 Diminuição do valor dos activos financeiros

Em cada data de encerramento do balanço, o ING Belgium verifica se existem evidências objectivas de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros apresenta diminuição de valor. As evidências objectivas de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros apresenta diminuição de valor incluem, mas não estão limitadas a:

- o devedor apresentou o pedido ou foi colocado em falência ou protecção similar, e isto evita ou adia o reembolso do activo financeiro;
- o devedor falhou o reembolso de taxas ou juros principais, e a falha do pagamento permaneceu por resolver durante um determinado período;
- o devedor evidenciou uma dificuldade financeira significativa, a qual irá ter um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro;
- a obrigação do crédito foi estruturada por motivos não comerciais.

O ING Belgium admitiu concessões, por razões económicas ou legais relativas à dificuldade financeira do devedor, sendo o efeito de tal uma redução nos fluxos de caixa futuros esperados do activo financeiro.

7.6.3.6.1 Diminuição do valor dos activos financeiros designados como disponíveis para venda

No que respeita aos investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma descida significativa ou prolongada do justo valor dos activos que fique abaixo do seu custo de aquisição é considerada ao determinar se os activos apresentam diminuição de valor. Se existirem tais evidências, a perda acumulada - medida como a diferença entre o custo da aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda por diminuição de valor sobre esse activo financeiro previamente reconhecido na conta de resultados – é removida do capital e reconhecida na conta de resultados. As perdas por diminuição de valor sobre os títulos de capital reconhecidos na conta de resultados não são invertidas na conta de resultados até os itens serem desreconhecidos.

Em relação aos títulos de dívida, aplica-se a mesma regra para registar a diminuição de valor. No entanto, se, num período subsequente, o justo valor de um título de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorreu após a perda por diminuição de valor ter sido reconhecida na conta de resultados, a perda por diminuição de valor é invertida na conta de resultados.

7.6.3.6.2 Diminuição de valor dos empréstimos

7.6.3.6.2.1 Provisões para perdas nos empréstimos

O ING Belgium avalia primeiramente se as evidências objectivas de diminuição de valor existem individualmente para os empréstimos que são individualmente significativos, e individualmente e colectivamente para os empréstimos que não são individualmente significativos. Os empréstimos que são individualmente avaliados relativamente à diminuição de valor e para os quais a perda por diminuição de valor é ou continua a ser reconhecida não são incluídos numa avaliação colectiva da diminuição de valor.

Para os empréstimos que não são individualmente significativos é calculada uma provisão colectiva.

Uma provisão colectiva é calculada quando o ING Belgium determina que não existem evidências objectivas da depreciação de um activo financeiro ou de um grupo de activos financeiros; tal é também referido como ‘sinistros ocorridos mas não participados’ (IBNR).

Um empréstimo apresenta diminuição de valor quando é provável que o banco não seja capaz de receber todas as quantias devidas (principais e juros) de acordo com os termos contratuais. A cobrança de empréstimos inclui o risco de crédito, quando um empréstimo não possa ser reembolsado devido à falta de capacidade do devedor para pagar. Inclui também o risco de transferência, quando o empréstimo não é reembolsado devido a factores externos ao devedor, como restrições na moeda resultantes de uma crise económica no seu país de domicílio. Deve ser dada ênfase ao timing dos fluxos de caixa contratuais provindos dos pagamentos de juros e dos reembolsos principais. Se o banco esperar receber a totalidade da quantia devida principal e dos juros, mas é provável que esses fluxos de caixa sejam recebidos mais tarde do que a data acordada no contrato original, deve ser levada a cabo uma revisão da diminuição de valor.

Quando um empréstimo apresenta diminuição de valor, é dado como liquidado contra a conta de provisão relativa. Tal ocorre depois de todos os procedimentos necessários terem sido levados a cabo e a perda final do empréstimo ter sido determinada. Quaisquer valores recebidos excedendo os fluxos de caixa esperados são reconhecidos na conta de resultados como reduções da provisão relativa.

Quando uma diminuição de valor é reconhecida para um activo financeiro avaliado a custo amortizado, o valor da diminuição é determinado como sendo a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo futuras perdas em empréstimos que ainda não tenham ocorrido), descontada aplicando a taxa de juro real original do activo. O valor de detenção do activo é reduzido através do uso de uma conta de

dedução e o valor da perda é reconhecido na conta de resultados. Se o empréstimo tiver uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medição de qualquer perda por diminuição de valor é a taxa de juro real actual determinada no contrato.

Se, num período subsequente, o montante da perda por diminuição de valor descer e a descida puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorreu após a diminuição de valor ter sido reconhecida (como um melhoramento na solvabilidade do devedor), a perda por diminuição de valor previamente reconhecida é invertida ajustando a conta de dedução. O valor da inversão é reconhecido na conta de resultados.

É política do banco que as remissões de dívida só devem ser levadas a cabo num número limitado de casos, incluindo a após conclusão de uma reestruturação, numa situação de falência e após a renúncia de uma linha de crédito com desconto.

Tanto o empréstimo (activo) como a provisão (passivo) são indicados nos livros. Se a decisão de dar (parcialmente) o empréstimo como liquidado for tomada, tanto o empréstimo como a provisão relativa são eliminados dos livros e apenas a diferença entre o activo e o passivo é trazida para a conta de resultados.

A identificação da diminuição de valor e a determinação do montante recuperável constituem um processo inerentemente incerto envolvendo vários pressupostos e factores, incluindo o estado financeiro da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os preços de mercado observáveis e os preços líquidos de venda esperados. Outros desenvolvimentos após a data do balanço financeiro podem indicar que certas perdas não realizadas que existiam à data de encerramento do balanço irão resultar numa diminuição de valor em futuros períodos, resultando num impacto negativo na conta de resultados de futuros períodos.

Um discernimento considerável é exercido ao determinar a extensão das provisões de crédito vencido. Este discernimento é baseado na avaliação por parte da gestão do risco na carteira, condições económicas actuais, experiência de perdas nos últimos anos e tendências de crédito e de concentração geográfica. As alterações em tais discernimentos e análises podem levar a alterações nas provisões ao longo do tempo.

7.6.3.7. Passivos financeiros

7.6.3.7.1 Passivos financeiros detidos para negociação

Um passivo financeiro é detido para negociação, quando é adquirido ou incorrido principalmente com o fim de gerar um lucro provindo de flutuações a curto prazo no preço ou na margem de lucro do vendedor. Os passivos financeiros detidos para negociação incluem as posições ‘curtas’ dos títulos.

Os passivos financeiros detidos para negociação são inicialmente reconhecidos nos custos, e subsequentemente medidos de novo ao justo valor (sem dedução por custos de transacção) em cada data de encerramento do balanço até os itens serem desreconhecidos.

Os ganhos e perdas que surjam de variações no justo valor são registados na conta de resultados para o período em que estes ocorram. Os ganhos e perdas incluem ganhos e perdas com a venda de passivos financeiros, e ganhos e perdas não realizadas que surjam de variações no justo valor.

Os juros são registados em separado na conta de resultados.

7.6.3.7.2 Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas

A gestão irá designar os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas, quando uma das seguintes condições for satisfeita:

- elimina ou reduz significativamente uma incoerência na medição ou reconhecimento (por vezes referida como ‘desvio contabilístico’) que possa surgir ao medir passivos ou ao reconhecer ganhos / perdas numa base diferente;
- um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma gestão do risco documentada ou uma estratégia de investimento, e informação acerca do grupo de passivos envolvidos é fornecida internamente nessa base;
- os passivos contêm um ou mais derivados incorporados, a não ser que o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa ou quando a separação do derivado incorporado seja proibida.

O ING Belgium designa os títulos de dívida, os passivos subordinados e as notas estruturadas como passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas.

7.6.3.7.3 Passivos financeiros a custo amortizado

O custo amortizado de um passivo financeiro é o valor de medição do passivo financeiro no reconhecimento inicial menos os principais reembolsos, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro real de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor a vencimento.

7.6.3.8 Derivados e actividades de cobertura

Qualquer contrato de derivados é inicialmente reconhecido ao justo valor à data na qual dá entrada e é subsequentemente medido de novo ao seu justo valor. Todos os derivados são

transitados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Os derivados incorporados são bifurcados a partir do seu contrato de acolhimento desde que sejam satisfeitas as seguintes condições:

- as suas características económicas e riscos não estejam proximamente relacionadas com as do contrato de acolhimento;
- o contrato de acolhimento não seja transitado ao justo valor através de ganhos ou perdas;
- um instrumento em separado com os mesmos termos que os derivados incorporados esteja de acordo com a definição de derivado.

Estes derivados incorporados são medidos ao justo valor, com variações do justo valor reconhecidas na conta de resultados.

O método para reconhecer o ganho ou perda de justo valor resultante depende do derivado ser designado como um instrumento de cobertura e, se assim for, da natureza do item a ser coberto.

A contabilidade de cobertura é usada nos derivados designados deste modo, desde que determinados critérios sejam preenchidos.

O ING Belgium documenta, no início da transacção, a relação entre os instrumentos de cobertura e os itens cobertos, assim como o seu objectivo de gestão do risco e estratégia para empreender várias transacções de cobertura. O banco avalia, tanto no início da cobertura como de forma contínua, se os derivados que são usados nas transacções de cobertura são totalmente eficazes na compensação de variações nos justos valores ou nos fluxos de caixa dos itens cobertos incluindo o método para avaliar a eficácia dos instrumentos de cobertura na compensação da exposição às variações no justo valor do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto.

O ING Belgium utiliza três tipos de contabilidade de cobertura.

7.6.3.8.1 Cobertura do justo valor

As variações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas de justo valor são reconhecidas na conta de resultados, juntamente com os ajustamentos de justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto. Se a relação de cobertura já não preencher os critérios da contabilidade de cobertura, o ajustamento cumulativo do item coberto é, no caso de

instrumentos de produção de juros, amortizado na conta de resultados sob o período restante da cobertura original ou reconhecido directamente quando o item coberto for desreconhecido.

7.6.3.8.2 Cobertura de fluxos de caixa

A porção eficaz de variações no justo valor dos derivados que são designados e qualificados como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida no capital. O ganho ou perda relativa à porção ineficaz tem reconhecimento imediato na conta de resultados. Os valores acumulados no capital são reciclados para a conta de resultados nos períodos nos quais o item coberto irá afectar a conta de resultados. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda cumulativa existente no capital nessa altura permanece no capital e é reconhecido quando a transacção de previsão é reconhecida no final na conta de resultados. Quando já não se espera que uma transacção de previsão ocorra, o ganho ou perda cumulativa que é indicado no capital é imediatamente transferido para a conta de resultados.

7.6.3.8.3 Cobertura de um investimento líquido numa operação estrangeira

As coberturas de investimentos líquidos em operações estrangeiras são consideradas similares às coberturas de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda sobre o instrumento de cobertura relativamente à porção eficaz da cobertura é reconhecido no capital. O ganho ou perda relativa à porção ineficaz tem reconhecimento imediato na conta de resultados. Os ganhos ou perdas acumuladas no capital são incluídos na conta de resultados quando a operação estrangeira é vendida.

7.6.3.9 Imobilizações corpóreas

7.6.3.9.1 Bens imóveis, instalações e equipamento

Os terrenos e edificios detidos para uso próprio, são declarados a justo valor na data de encerramento do balanço.

O custo de um item de bens imóveis, instalações e equipamento compreende o seu preço de compra, incluindo os impostos sobre a venda não reembolsáveis, depois da dedução dos descontos comerciais e estornos. O justo valor dos terrenos e edificios é o seu valor de mercado. O ING Belgium volta a medir ao justo valor os bens imóveis em cada de comunicação de informações e obtém uma avaliação de um perito em avaliações profissionalmente qualificado e independente de modo suficientemente regular, ou pelo menos de 5 em 5 anos.

Os aumentos no valor de detenção que surjam da reavaliação dos terrenos e edifícios detidos para uso próprio são creditados nas reservas de reavaliação do capital de accionistas. As diminuições que compensam prévios aumentos do mesmo activo são cobradas contra as reservas de reavaliação directamente no capital. Todas as outras diminuições são cobradas na conta de resultados. Os aumentos que invertem uma diminuição na reavaliação do mesmo activo previamente reconhecido na conta de resultados são reconhecidos na conta de resultados.

A depreciação sobre os edifícios é reconhecida, com base no justo valor e a vida útil do activo (geralmente 33 anos). A depreciação é calculada pro rata temporis (ou proporcionalmente) de forma linear. Os valores residuais e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, em cada data de encerramento do balanço.

As despesas subsequentes são incluídas no valor de detenção do activo, quando é provável que benefícios económicos futuros associados ao item circulem para o ING Belgium e o seu custo possa ser medido de forma fiável. Todas as outras reparações e manutenção são cobradas na conta de resultados durante o período financeiro em que estas são incorridas.

Na venda, a reserva de reavaliação relativa é transferida para os ganhos retidos.

Os terrenos não são depreciados.

O equipamento é declarado com depreciação acumulada de custo deduzido e quaisquer perdas por diminuição de valor. O custo de tais activos é depreciado de forma linear sobre as suas vidas úteis.

As despesas de manutenção e reparações são cobradas na conta de resultados como incorridas. A despesa incorrida nos melhoramentos mais significativos é capitalizada e depreciada.

Os arrendamentos em que o ING Belgium é parte são operações de arrendamento. Os pagamentos totais efectuados sob operações de arrendamento são cobrados na conta de ganhos e perdas de forma linear ao longo do período do arrendamento.

Quando uma operação de arrendamento é terminada antes do período de arrendamento ter expirado, qualquer pagamento que tenha de ser feito ao locador constituindo multa é reconhecido como uma despesa no período no qual o término tem lugar.

7.6.3.9.2 Bens imóveis de investimento

Os bens imóveis de investimento são declarados ao justo valor na data de encerramento do balanço. As variações no valor de detenção resultantes das reavaliações são registadas na conta

de resultados. Na venda, a diferença entre os proventos da venda e o valor contabilístico é reconhecida na conta de resultados.

O justo valor dos bens imóveis de investimento é baseado em apreciações regulares efectuadas por peritos em avaliações qualificados e independentes.

Os bens imóveis de investimento não são depreciados.

7.6.3.10 Activo imaterial e imobilizações incorpóreas

7.6.3.10.1 Activo imaterial

As aquisições do ING Belgium são explicadas através do método de compra contabilístico, pelo qual o custo das aquisições é repartido pelo justo valor dos activos, passivos e responsabilidades contingentes. O activo imaterial – sendo a diferença entre o custo da aquisição (incluindo a dívida assumida) e os juros do banco ao justo valor dos activos, passivos e responsabilidades contingentes adquiridas na data da aquisição – é capitalizado como uma imobilização incorpórea. Os resultados das operações das empresas adquiridas são incluídos na conta de resultados a partir da data em que é obtido o controlo.

O activo imaterial só é capitalizado nas aquisições após a data de implementação das IFRS. A contabilização das aquisições antes dessa data não é apresentada de novo; o activo imaterial e a imobilização imaterial gerada internamente sobre essas aquisições são directamente cobrados no capital de accionistas. O activo imaterial é direccionado para unidades de produção de caixa com o objectivo de se proceder a ensaios na diminuição de valor. Estas unidades de produção de caixa representam o nível mais baixo no qual o activo imaterial é controlado para fins de gestão interna.

Os ensaios na diminuição de valor são executados anualmente ou mais frequentemente se existirem indicadores de diminuição de valor. Sobre os ensaios na diminuição de valor, o valor de detenção da unidade de produção de caixa (incluindo o activo imaterial) é comparado ao seu valor recuperável, que é o mais elevado dos seus custos deduzidos de justo valor para venda e do seu valor em uso.

Os ajustamentos do justo valor à data da aquisição dos activos e passivos adquiridos que são identificados no espaço de um ano após a aquisição são registados como um ajustamento do activo imaterial. Qualquer ajustamento subsequente é reconhecido como rendimento ou despesa.

No entanto, o reconhecimento dos activos com imposto diferido após a data de aquisição é registado como um ajustamento do activo imaterial, mesmo após o primeiro ano.

Na venda de empresas do grupo, a diferença entre os proventos da venda e o valor contabilístico (incluindo o activo imaterial) e o valor registado na reserva de conversão da moeda do capital é incluída na conta de resultados.

O activo imaterial é atribuível à rentabilidade mais elevada dos negócios adquiridos e às sinergias significativas que se espera que surjam. O justo valor de activos e passivos adquiridos é baseado no modelo dos fluxos de caixa actualizados.

7.6.3.10.2 Software informático

O software informático que tenha sido comprado ou produzido internamente para uso próprio é declarado na depreciação de custo deduzido e em quaisquer perdas por diminuição de valor. A depreciação é calculada de forma linear sobre a vida útil do item. Este período não irá exceder os cinco anos. A depreciação é incluída em outras despesas.

O software produzido internamente só deve ser capitalizado se todos os requisitos que se seguem forem preenchidos:

- o ING Belgium possui viabilidade para completar a imobilização incorpórea, de modo a que esteja disponível para uso ou venda;
- o ING Belgium tem a intenção de completar a imobilização incorpórea e usá-la ou vendê-la;
- o ING Belgium possui capacidade para usar ou vender a imobilização incorpórea;
- a imobilização incorpórea irá gerar prováveis benefícios económicos futuros; entre outras coisas, o banco deve ser capaz de demonstrar a existência de um mercado para a produção da imobilização incorpórea ou para a própria imobilização incorpórea ou, se se destinar a ser usada internamente, a utilidade da imobilização incorpórea;
- o ING Belgium possui adequados recursos técnicos, financeiros e outros disponíveis para completar o desenvolvimento e para usar ou vender a imobilização incorpórea;
- o ING Belgium é capaz de medir de modo fiável a despesa atribuível à imobilização incorpórea durante o seu desenvolvimento.

Os projectos respeitantes ao software produzido internamente para uso próprio são considerados para capitalização se os mesmos atingirem ou excederem o valor de 2.5 milhões de euros.

7.6.3.10.3 Outras imobilizações incorpóreas

Outras imobilizações incorpóreas são capitalizadas e amortizadas ao longo das suas vidas económicas esperadas. As imobilizações incorpóreas com uma vida indefinida não são amortizadas.

7.6.3.11 Provisões

Uma provisão envolve uma obrigação presente que surge de acontecimentos passados, cujo estabelecimento se espera que resulte numa saída da empresa de recursos que englobam benefícios económicos, atendendo a que o timing ou o valor é incerto. A não ser que seja especificado de outra forma, as provisões são descontadas usando uma taxa de desconto antes da dedução de impostos para reflectir o valor temporal do capital. A determinação de provisões é um processo inerentemente incerto, envolvendo estimativas de valores e timing de fluxos de caixa. As provisões de reorganização incluem benefícios de fim de contrato de trabalho, quando o ING Belgium estiver claramente obrigado ou a pôr fim a contratos de trabalho de actuais funcionários de acordo com um plano formal detalhado sem possibilidade de cancelamento, ou a conceder benefícios de fim de contrato como resultado de uma proposta feita para incentivar o despedimento voluntário.

Como regra geral, uma provisão ou parte desta deve ser apenas desmobilizada quando:

- for recebido dinheiro, o que resulta no valor actual do aumento dos fluxos de caixa futuros esperados em comparação com estimativas prévias (desmobilização parcial) ou no exceder do valor de detenção (desmobilização total);
- os passivos são extinguidos e nenhuma reclamação de qualquer tipo possam ser esperadas, no caso de riscos eventuais.

7.6.3.12 Benefícios para funcionários – obrigações de pagamento de pensões

7.6.3.12.1 Regimes de pensões

As entidades do ING Belgium trabalham com vários regimes de pensões. Estes são geralmente instituídos através de pagamentos a companhias de seguros ou fundos administrados por um mandatário, determinados através de cálculos actuariais periódicos. O ING Belgium possui planos de benefícios definidos e de contribuição definida.

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define um valor de benefícios de pensão que um funcionário irá receber quando se reformar, geralmente dependendo de um ou mais factores tais como a idade, a antiguidade e a indemnização.

O passivo reconhecido no balanço financeiro em relação aos planos de pensões de benefícios definidos é o valor actual da obrigação de benefícios definidos à data de encerramento do balanço, menos o justo valor dos activos do plano, ajustado relativamente aos ganhos ou perdas actuariais não realizadas e aos custos de serviços não reconhecidos no passado.

A obrigação de benefícios definidos é calculada anualmente por actuários internos e externos, usando o método de unidade de crédito projectada.

Inerentes aos modelos actuariais existem pressupostos incluindo taxas de desconto, taxa de aumento nos níveis futuros de salários e benefícios, taxas de mortalidade, tendências dos custos dos cuidados de saúde, índice de preços no consumidor e o rendimento esperado sobre os activos do plano. Os pressupostos são baseados nos dados de mercados disponíveis e no desempenho histórico dos activos do plano. Estes são actualizados anualmente.

Os pressupostos actuariais podem diferir significativamente dos resultados actuariais devido a alterações nas condições do mercado, tendências económicas e na mortalidade e a outros pressupostos. Quaisquer alterações nestes pressupostos podem ter um impacto significativo nos passivos do plano de benefícios definidos e nos custos de pensões futuros. Os efeitos das alterações nos pressupostos actuariais e ajustamentos de experiência não são reconhecidos na conta de resultados, a não ser que as variações acumuladas excedam os 10% da maior parte da obrigação de benefícios definidos e o justo valor dos activos do plano, sendo neste caso o excesso amortizado ao longo da média esperada das restantes vidas úteis dos funcionários.

Em relação aos planos de contribuição definida, o ING Belgium paga contribuições para planos de seguro de pensão com gestão pública ou privada numa base obrigatória, contratual ou voluntária. O ING Belgium não tem outras obrigações de pagamento uma vez pagas as contribuições. As contribuições são reconhecidas como uma despesa de benefícios a funcionários quando estas são devidas. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um activo até ao ponto em que um reembolso de dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros está disponível.

7.6.3.12.2 Outras obrigações pós-reforma

O ING Belgium fornece cuidados de saúde pós-reforma e outros benefícios aos reformados. O direito a estes benefícios está geralmente condicionado à permanência do funcionário no serviço até idade da reforma e a conclusão de um período mínimo de serviço. Os custos esperados destes benefícios são acumulados ao longo do período de trabalho, usando-se uma metodologia contabilística similar à dos planos de pensão de benefícios definidos.

7.6.3.13 Despesas de imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento relativo ao rendimento do ano compreende o imposto corrente e o imposto deferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na conta de resultados, excepto se for relativo aos itens directamente reconhecidos no capital, sendo nesse caso reconhecido no capital.

O imposto sobre o rendimento diferido é aplicado na totalidade, usando o método das responsabilidades, nas diferenças temporárias que surjam entre as bases tributárias dos activos e passivos e os seus valores de detenção nos mapas financeiros consolidados. O imposto sobre o rendimento diferido é determinado usando a taxa de tributação e a legislação fiscal que têm sido colocadas em vigor à data de encerramento do balanço, e que se espera que sejam aplicadas quando o activo com o imposto sobre o rendimento diferido for realizado ou o passivo com o imposto sobre o rendimento diferido for liquidado.

Os activos com imposto diferido são reconhecidos quando é provável que o lucro tributável futuro fique disponível, contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os passivos com imposto diferido são aplicados nas diferenças temporárias que surjam de investimentos nas filiais e associados, excepto quando o timing da inversão da diferença temporária possa ser controlado e seja provável que a diferença não se inverta num futuro previsível.

Os efeitos fiscais das perdas por imposto sobre o rendimento disponíveis para transição são reconhecidos como um activo quando é provável que lucros tributáveis futuros fiquem disponíveis, contra os quais estas perdas possam ser utilizadas.

O imposto diferido relativo a uma nova medição do justo valor dos investimentos disponíveis para venda e coberturas de fluxos de caixa que são directamente cobrados ou creditados no capital de accionistas, é também directamente creditado ou cobrado no capital e é susequentemente reconhecido na conta de resultados, juntamente com o ganho ou perda diferida.

7.6.3.14 Reconhecimento do rendimento

7.6.3.14.1 Juros credores líquidos

Os juros credores líquidos são reconhecidos na conta de resultados, usando o método de juro real. O método de juro real é um método de calcular o custo amortizado de um activo financeiro ou de uma responsabilidade financeira e de distribuir os juros credores ou os juros pagos ao

longo do período relevante. A taxa de juro real é a taxa que desconta de forma exacta os futuros pagamentos ou receitas em numerário estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, se apropriado, de um período mais curto para o valor de detenção líquido do activo financeiro ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro real, o ING Belgium faz uma estimativa dos fluxos de caixa considerando todas as condições contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, as opções de pagamento antecipado) mas não considera as perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato que constituam parte integral da taxa de juro real, custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Os juros pagos líquidos provindos de posições de negociação e de derivados extra de negociação são classificados numa linha separada da conta de resultados. Os movimentos no justo valor são incluídos no resultado operacional líquido.

Uma vez que um empréstimo com diminuição de valor ou uma carteira de empréstimos com diminuição de valor tenha sido registado no seu valor recuperável estimado, os juros credores são depois disso reconhecidos, com base na taxa de juro que foi aplicada para descontar os fluxos de caixa com o fim de medir o valor recuperável. A lógica é que, à medida que o tempo passa, o valor dos futuros fluxos de caixa esperados aumenta à medida que o tempo para realização diminui, este efeito de desenrolamento é reconhecido na conta de resultados.

Os sistemas fonte subjacentes podem ou (i) suspender os juros credores devidos sobre empréstimos com diminuição de valor ou (ii) continuar a reconhecer os mesmos na totalidade. Um ajustamento dos juros credores é necessário em ambos os casos para reconhecer o correcto valor de juros: de cima para baixo: para cima (i) e para baixo (ii).

As receitas de juros reais sobre os empréstimos com diminuição de valor ('pagamentos atrasados') devem ser aplicadas contra encargos de juros / capital, dependendo da probabilidade de falência do devedor. As receitas de juros são ou aplicadas primeiramente no capital (quando a falência é provável) ou primeiramente nos juros (quando a falência não é provável).

7.6.3.14.2 Rendimento de comissões e taxas líquidas

As taxas e comissões são geralmente reconhecidas quando um serviço tenha sido fornecido.

As comissões de imobilização de empréstimos que possam ser provocadas são diferidas (juntamente com os custos directos relativos) e reconhecidas como um ajustamento da taxa de juro real do empréstimo.

As taxas e comissões que surjam da negociação, ou da participação na negociação, de uma transacção para uma terceira parte – como o acordo da aquisição de accções ou outros títulos ou a compra ou venda de negócios – são reconhecidas com a conclusão da transacção subjacente.

A consultadoria de gestão da carteira e de outros tipos e as taxas de serviço são reconhecidas, com base nos contratos de serviço aplicáveis conforme o serviço tiver sido fornecido.

As taxas de gestão de activos relativas a fundos de investimento e as taxas de contratos de investimento são reconhecidas de forma tributável ao longo do período em que o serviço é fornecido. O mesmo princípio é aplicado aos serviços de planeamento e de custódia que são continuamente fornecidos ao longo de um período de tempo extenso.

7.6.3.14.3 Rendimento de dividendos

Os rendimentos são reconhecidos quando o direito do ING Belgium a receber o pagamento for estabelecido.

7.6.3.15 Descrição da política de dividendos

O Conselho de Administração convoca assembleias gerais e decide sobre a sua ordem de trabalhos. Estabelece a data para o pagamento de dividendos. O Conselho pode decidir pagar os dividendos provisórios para o período corrente, sujeitos às condições dispostas pela lei. Estabelece também o valor e a data de pagamento.

Para o ano de 2008, o ING Belgium irá propôr na assembleia de accionistas a concessão de um dividendo de 6,28 Euros por acção para um total de 348,003,374 Euros. O ING Belgium não efectuou o pagamento de qualquer dividendo provisório no ano de 2008.

7.6.3.16 Actividades fiduciárias

O banco normalmente actua como mandatário e noutras funções fiduciárias que resultam na detenção ou colocação de activos em benefício de pessoas singulares, empresas fiduciárias, planos de benefícios de reforma e outras instituições. Estes activos e o rendimento que surge consequentemente são excluídos destes mapas financeiros, dado que não são activos do ING Belgium.

7.6.3.17 Transacções de pagamento com base em accções

Os direitos de opção e os planos de accções sobre as accções do ING Belgium têm sido concedidos a um número de dirigentes e administradores principais (transacções de liquidação de capital).

O objectivo dos esquemas de acções e de opção, para além de promover um crescimento duradouro do ING Belgium, é atrair, manter e motivar os dirigentes principais.

O valor total a ser considerado como gasto ao longo do período de garantia é determinado por referência ao justo valor das opções concedidas, excluindo o impacto de quaisquer condições de garantia não mercantis (por exemplo, a rentabilidade e os objectivos de crescimento das vendas). As condições de garantia não mercantis são incluídas nos pressupostos acerca do número de opções que se espera que se tornem praticáveis. Em cada data de encerramento do balanço, o ING Belgium revê as suas estimativas no número de opções que se espera que se tornem praticáveis. Este reconhece o impacto da revisão de estimativas originais, se existentes, na conta de resultados, e um ajustamento correspondente do capital ao longo do restante período de garantia.

Os proventos recebidos líquidos de quaisquer custos de transacção atribuíveis directamente são creditados no capital social (valor nominal) e nos prémios de emissão de acções quando as opções são exercidas.

7.6.3.18 Garantias financeiras

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem que o emitente faça pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda em que incorra devido a um devedor não fazer os pagamentos quando devidos, de acordo com as condições de um instrumento financeiro. Tais garantias financeiras são concedidas aos bancos, instituições financeiras e outros organismos em benefício dos clientes para assegurar os empréstimos, créditos a descoberto e serviços bancários.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nos mapas financeiros ao justo valor, sendo o prémio recebido, na data em que a garantia foi concedida.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os passivos do banco sob tais garantias são medidos na medição inicial, menos amortização.

O prémio recebido é reconhecido na conta de resultados no rendimento de comissões e taxas líquidas de forma linear ao longo da vida das garantias financeiras.

Qualquer aumento no passivo relativamente às garantias é registado na conta de resultados sob 'outros rendimentos de exploração'.

7.6.4 Gestão do risco

O papel tradicional de um banco comercial é atrair os depósitos, os quais usa depois para conceder empréstimos. Este papel implica uma transformação dupla: no valor da transacção e na duração.

Para além deste negócio convencional, conhecido como actividades ‘sobre o balanço financeiro’, os bancos comerciais introduziram um número crescente de novos instrumentos extra-balanço com o objectivo comum de gerir os diferentes tipos de risco: riscos de crédito, de liquidez, de taxa de juro, cambial e de capital. Estas transacções são conhecidas como ‘derivados’ e geralmente não são cambiados fundos com a sua conclusão.

O risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de capital são geralmente agrupados sob o termo genérico de ‘risco de mercado’.

A gestão do crédito de risco tem sido confiada ao Departamento de Gestão do Risco de Crédito do banco, o qual faz parte da política de crédito e linha de decisão. O Departamento de Gestão do Risco é responsável pela gestão do risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. O Departamento Jurídico gere o risco legal.

7.6.4.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda provinda do incumprimento de devedores ou contrapartes. O crédito de risco surge nas actividades de empréstimo, pré-liquidação e investimento do banco, assim como nas suas actividades comerciais. A gestão do risco de crédito é suportada por sistemas de informação dedicados ao risco de crédito e metodologias de avaliação interna do risco relativamente a devedores e contrapartes.

7.6.4.1.1 Política

A política de crédito do ING Belgium tem como objectivo manter uma carteira diversificada de obrigações e empréstimos, evitando ao mesmo tempo grandes concentrações de riscos.

A tarefa de definir a política do risco aplicável às transacções de crédito e a gestão da carteira de investimentos do banco fica com o Comité de Política de Crédito, o qual é presidido pelo Director-geral responsável pela gestão do Risco. Esta política está de acordo com a política geral do Grupo ING. Está disposta em diferentes manuais de procedimentos e política de crédito, os quais estão disponíveis para todos os responsáveis pelo controlo de decisões de crédito.

7.6.4.1.2 Estruturas de tomada de decisões

Dependendo do tipo e dimensão dos empréstimos, o processo de concessão e controlo está sujeito a um procedimento rigorosamente controlado, sendo delegados poderes para as várias autoridades de aprovação. Um procedimento similar é aplicado aos riscos operacionais relativos a contratos de empréstimo e derivados, a aceitação de garantias e controlo de crédito a descoberto, assim como a contencioso e pré-contencioso. Tal como já foi dito acima, a avaliação do risco legal é da responsabilidade do Departamento Jurídico.

Os poderes de tomada de decisões estão actualmente divididos em duas estruturas separadas:

7.6.4.1.2.1 Mandatos de crédito

Um mandato define a autoridade que pode ser exercida por um par de signatários de aprovação, com a primeira pessoa a representar a Sala de Negociação e a segunda a representar a Gestão do Risco. O processo de aprovação destina-se a ser tão simples quanto possível, de modo a aumentar a eficácia. Idealmente consiste numa autoridade de aprovação que dá um parecer e numa autoridade de aprovação subsequente que toma a decisão final. Os comités de crédito locais, onde ainda existirem estão a ser substituídos pelos mandatos.

7.6.4.1.2.2 Comit s de valores imobiliários

Os comit s de valores imobiliários decidem sobre a estratégia de investimento do banco em relação às suas próprias carteiras de obrigações. O Departamento de Gestão do Risco de Crédito faz uma compilação das análises e documentos para o Comit  Central de Valores Imobiliários.

O banco desenvolveu um sistema, para uso das suas filiais, para ajudar no processo de tomada de decisões em relação   concessão de pequenos empréstimos. O sistema é baseado no registo dos clientes, de acordo com regras específicas. O registo é aplicado nos empréstimos a prestações, créditos a descoberto, créditos renováveis, e cartões de débito e de crédito para clientes particulares e profissionais e pequenas empresas.

7.6.4.1.3 Transacções de capital imobiliário

O banco faz uma clara distinção entre:

- transacções para a conta do próprio devedor (hipotecas para clientes particulares ou empréstimos de investimento para empresas), as quais estão sujeitas às habituais regras de concessão (conforme expostas neste capítulo);
- promoção e investimento em bens imobiliários, em que o devedor tem de fazer uma contribuição de capital substancial, e em que o rendimento efectivo sobre os bens imobiliários deve estar de acordo com o nível de serviço da dívida.

Nos segmentos dos clientes particulares e profissionais e das empresas locais, os poderes para empréstimo das filiais são determinados numa base caso a caso, pela gestão das agências regionais, de acordo com a avaliação destas últimas da capacidade de tomada de decisão de cada filial.

Na  rea dos empréstimos a clientes empresariais, o banco desenvolveu um sistema de apresentação automatizado, o qual integra uma avaliação do rendimento de risco ponderado em relação às transacções e aos clientes.

As decisões para lá da esfera das filiais locais requerem a opinião de um consultor-analista. Dependendo da dimensão do empréstimo, a decisão   direccionada para estruturas específicas de tomada de decisões envolvendo duas pessoas em níveis da direcção cada vez mais elevados. Certas transacções, por conseguinte, são mesmo direccionadas para o Comit  Central de Crédito do Grupo ING.

Os comités de controlo especiais controlam de perto os casos difíceis. Se apropriado, estes podem pedir a rápida implementação de medidas de precaução. Os casos problemáticos são identificados por uma série de avisos automáticos.

7.6.4.1.4 Diversificação dos riscos

De acordo com os princípios aplicados pelas autoridades reguladoras para cálculo dos principais riscos, nenhum devedor – nem um cliente empresarial nem uma instituição financeira – podem representar um risco superior a 25% do capital e reservas do banco.

Carteira de crédito do ING Belgium: discriminação por sector económico¹⁷

Em %	2008	2007
Automóvel	1,26%	1,18%
Serviços públicos	2,27%	2,73%
Transportes e logística	3,02%	2,44%
Indústrias em geral	3,19%	3,36%
Alimentos, bebidas & cuidados pessoais	3,58%	3,51%
Bens imóveis	5,51%	4,51%
Recursos naturais	4,53%	5,87%
Serviços	6,31%	5,84%
Construtores & contratantes	4,46%	4,43%
Instituições financeiras não bancárias	9,51%	11,58%
Bancos comerciais	21,87%	20,55%
Governos centrais	23,77%	23,66%
Outros	10,72%	10,35%
Total	100,00%	100,00%

¹⁷ Com base no risco (mercados financeiros + grandes clientes + emitentes).

O Grupo ING desenvolveu um conjunto de “Regras de Ouro” para os seus principais clientes empresariais, as quais determinam, ao nível de todo o grupo, os limites de empréstimo por devedor consolidado, expressos em valores teóricos e capital económico.

7.6.4.1.5 Riscos de contraparte ligados às transacções de derivados

As contrapartes do banco são principalmente instituições financeiras com uma abordagem profissional a tais transacções. Além disso, o banco assina acordos-quadro com estas instituições, com base no modelo fornecido pela Associação Intenacional de Derivados e Swaps (ISDA). Nos países mais desenvolvidos, estes contratos permitem que as posições de débito e de crédito de uma contraparte faltosa sejam compensadas, o que em muitos casos reduz consideravelmente o risco. Certos contratos requerem também o depósito de uma garantia se a posição líquida exceder um valor predeterminado.

O banco aplica uma política rigorosa para controlo do risco de contraparte ligado a tais transacções:

- cada contrato de derivados está associado a um risco de crédito real (“valor actual”) e um risco de crédito potencial (“risco futuro potencial”, ou “RFP”);
- a avaliação das responsabilidades por contraparte tem em conta os acordos de compensação e de garantia existentes;
- cada contraparte deve ter uma linha de crédito adequada, concedida ao nível de tomada de decisões apropriado, e gerida globalmente em tempo real em relação a todos os espaços de negociação;
- o banco não irá financiar as transacções meramente especulativas.

Uma aplicação informática controla, em tempo real, os riscos sobre as contrapartes do banco, e actualiza constantemente a posição consolidada do uso de linhas de crédito em todos os espaços de negociação. Esta aplicação é apoiada por uma base de dados legal, a qual permite o reconhecimento automático, em tempo real, de novas transacções que possam ser legalmente compensadas contra outras transacções com origem noutros espaços de negociação. Com este instrumento, o banco é capaz de calcular eficazmente a compensação de riscos, e assim tornar mais produtivo o uso de linhas de crédito.

7.6.4.1.6 Requisitos mínimos de adequação dos fundos próprios – Basileia II

Em antecipação da introdução planeada dos novos regulamentos de capital global do Comité de Basileia, o ING Belgium iniciou, em combinação com o Grupo ING, um projecto Basileia alargado aos bancos conduzido pela Gestão do Risco de Crédito. O objectivo deste projecto é assegurar a conformidade do banco com os novos regulamentos na data de implementação

imposta de 31 de Dezembro de 2007. Um elemento chave do projecto é o desenvolvimento, implementação e teste comparativo contínuos da avaliação objectiva e local do risco, incumprimento por perdas concedidas e risco nos modelos de incumprimento, para uso no processo de aprovação de crédito, comunicação de riscos, controlo do desempenho e gestão da carteira. Simultaneamente, o banco está a aperfeiçoar o seu controlo e práticas da gestão do risco de crédito de modo a estar em conformidade com as melhores práticas na indústria e requisitos regulamentares.

7.6.4.1.7 Ferramenta RAROC (Retorno Ajustado ao Risco no Capital) – Lucro económico

O banco faz uma compilação de uma avaliação interna e avalia as garantias recebidas a respeito de cada ficheiro de empresa. A ferramenta RAROC é usada para calcular um prémio médio de risco e um risco teórico máximo. Nesta base, define um “retorno ajustado ao risco” para cada operação. O mesmo procedimento é aplicado à globalidade do relacionamento com um cliente empresarial e, de forma ainda mais ampla, com uma carteira de clientes.

Para completar este procedimento, a gestão proactiva da carteira de créditos foi implementada usando derivados e instrumentos de aquisição de títulos, de modo a optimizar o uso dos fundos dos accionistas do banco.

7.6.4.1.8 Risco de crédito

O risco de crédito do ING Belgium está principalmente relacionado com o empréstimo tradicional a particulares e a empresas. Os empréstimos a particulares são principalmente empréstimos hipotecários, garantidos por imóveis destinados a habitação. Os empréstimos a empresas são frequentemente sujeitos a garantia, mas podem ser sem garantia, com base na análise interna da solvabilidade do devedor. O risco de crédito com pré-liquidação surge também das actividades comerciais, por exemplo nos derivados, transacções de recompra e empréstimos em títulos. O banco usa vários preços de mercado e técnicas de medição para determinar o valor do risco de crédito nas actividades de pré-liquidação. Estas técnicas fazem uma estimativa do risco futuro potencial do ING Belgium nos particulares e carteiras de transacções. As convenções colectivas de base e os acordos de garantias são frequentemente introduzidos com o objectivo de reduzir estes riscos de crédito.

Risco de crédito

Em milhares de euros

	2008	2007
Capital	962.733	967.383
Títulos de dívida	35.098.758	37.296.249
Empréstimos & adiantamentos	93.904.107	113.349.470
Derivados	37.753.371	20.870.214
Outros	0	0
Total	167.718.969	172.483.316

As classes dos riscos são definidas, com base na qualidade dos riscos em termos de solvabilidade. Estas variam desde a categoria de investimento até a categoria de problema e são expressas na Moody's e nos equivalentes S&P.

Carteira de crédito do ING Belgium: discriminação por classes de risco¹⁸

Em %	2008	2007
AAA	6,38%	5,37%
AA	30,97%	36,97%
A	15,16%	14,30%
BBB	21,31%	17,31%
Subtotal de categoria de investimento	73,82%	73,95%
BB	17,09%	16,31%
B	7,41%	8,29%
Categoria de problema/vigilância	1,67%	1,45%
Total	100,00%	100,00%

A carteira de crédito está sob revisão constante. Uma análise formal tem lugar de 3 em 3 meses para determinar as provisões para possíveis créditos mal parados, usando uma abordagem da base para o topo. As conclusões são discutidas pelo Comité de Aprovisionamento, o qual presta aconselhamento ao Comité Executivo sobre níveis de aprovisionamento específicos. O ING Belgium identifica como empréstimos com diminuição de valor os empréstimos para os quais é provável, com base em informação e acontecimentos actuais, que os valores de capital e de juros contratualmente devidos não serão recebidos de acordo com as condições contratuais dos acordos de empréstimo.

¹⁸ Com base em empréstimos (grandes clientes e de retalho), mercado financeiro e actividades de investimento.

7.6.4.1.9 Risco em função do país

O risco em função do país é um risco que é especificamente atribuível a acontecimentos num dado país ou grupo de países. O risco em função do país está identificado nas actividades de empréstimo (empresarial e a contrapartes), comércio e investimento. Todas as transacções e posições de negociação geradas pelo ING Belgium incluem o risco em função do país. O risco em função do país é ainda dividido em risco económico e risco de transferência. O risco económico é a risco de concentração relativo a qualquer acontecimento no país que possa afectar as transacções e outros riscos nesse país, independentemente da moeda. O risco de transferência é o risco incorrido através da incapacidade do ING Belgium ou suas contrapartes para cumprir as suas respectivas obrigações de moeda estrangeira devido a um acontecimento específico no país.

Nos países em que o banco está activo, o perfil de risco do país relevante é regularmente avaliado, resultando numa avaliação do país. Os limites do país são baseados nesta avaliação. Os riscos derivados das actividades de empréstimo e investimento são depois medidos e indicados contra os limites desse país de forma diária. Os limites do risco em função do país são imputados em risco de transferência geralmente apenas em mercados emergentes.

Carteira de crédito do ING Belgium: discriminação por país¹⁹

Em biliões de euros	2008	2007
Bélgica	52,76	52,01
França	19,82	16,79
Espanha	9,67	9,52
Itália	4,78	4,82
Grão-Ducado do Luxemburgo	8,36	7,81
Estados Unidos da América	5,67	6,28
Países Baixos	4,20	3,53
Reino Unido	8,33	11,36
Alemanha	3,10	5,15
Suíça	4,24	4,94

¹⁹ Carteira de Empréstimos: Grandes Clientes + Risco do Emitente. Inter-firmas Seleccionadas: Grupo/Seguros. Países Seleccionados: 10 maiores.

7.6.4.1.10 Políticas de garantias

Como todas as instituições financeiras e bancos em particular, o ING Belgium assume os riscos de crédito. Como tal, a solvabilidade dos seus clientes, parceiros comerciais e investimentos é continuamente avaliada, em relação à capacidade destes de cumprirem as suas obrigações financeiras perante o ING Belgium. Durante o processo de avaliação da criação de novos empréstimos, limites de negociação, ou investimentos, assim como da revisão dos empréstimos, posições de negociação e investimentos já existentes, o ING Belgium determina o valor e tipo de garantia, se existir, que um cliente possa ter de dar de modo a garantir a sua posição. Geralmente, quanto mais baixa a solvabilidade observada de um devedor ou contraparte financeira, maior terá de ser a garantia que o cliente ou contraparte terá de fornecer. Dentro das actividades comerciais das contrapartes, o ING Belgium participa activamente em vários acordos legais pelos quais as contrapartes (ou o ING Belgium) possam ter de apresentar uma garantia, de ambos os lados, para cobrir as flutuações de mercado das suas posições relativas. As leis de várias jurisdições afectam também o tipo e valor da garantia que o ING Belgium pode receber ou apresentar. Adicionalmente, o banco irá por vezes participar em swaps de insolvência, e noutros instrumentos similares de forma a reduzir o risco de crédito observado sobre um dado devedor ou carteira.

O quadro abaixo fornece o valor de detenção sobre os activos financeiros apresentados pelo ING Belgium como garantia em relação a passivos ou responsabilidades contingentes.

Garantia

Em milhares de euros – Valor de Detenção	2008	2007
Passivos	10.360.987	19.851.185
Responsabilidades contingentes	177.425	16.546

As garantias dizem respeito tanto às garantias substitutas de crédito como às garantias não substitutas de crédito. As garantias substitutas de crédito são garantias dadas pelo ING Belgium a respeito de crédito concedido a clientes por uma terceira parte. Espera-se que muitas destas expirem sem serem utilizadas e, por conseguinte, não representam necessariamente saídas de caixa futuras. As garantias são geralmente de tipo a curto prazo. Para além dos itens incluídos nas responsabilidades contingentes, o ING Belgium emitiu garantias como participante em acordos colectivos dos organismos nacionais da indústria e como participante nos regimes colectivos de garantias exigidos pelo Governo que se aplicam em vários países.

O crédito irrevogável garante principalmente os pagamentos a terceiras partes em relação a transacções de comércio interno e externo de um cliente de modo a financiar a expedição de mercadorias. O risco de crédito do banco nestas transacções é limitado dado que tais transacções são sujeitas a garantia relativamente à mercadoria expedida e são de curta duração.

Outras responsabilidades contingentes dizem respeito principalmente a aceitação de letras de câmbio e são de tipo a curto prazo.

As facilidades irrevogáveis são constituídas principalmente por partes não utilizadas de facilidades de crédito irrevogável concedidas a clientes empresariais. Muitas destas facilidades são de duração fixa e com produção de juros a uma taxa de juro flutuante. O risco de crédito do ING Belgium nestas transacções é limitado. A maior fatia da parte não utilizada das facilidades de crédito irrevogável é garantida por passivos de clientes ou contra-garantias dos governos centrais e organismos isentos de acordo com os requisitos regulamentares. As facilidades de crédito irrevogável incluem também os acordos feitos para adquirir títulos a serem emitidos pelos governos e emitentes privados.

7.6.4.1.11 Gratificações por perdas de crédito

Movimentos de gratificação por perdas de crédito

Em milhares de euros	Gratificações específicas por activos financeiros avaliados individualmente e colectivamente		Gratificações por perdas incorridas mas não comunicadas sobre activos financeiros	
	2008	2007	2008	2007
Saldo de abertura	356.587	451.849	109.276	93.340
Alterações no grupo	0	0	0	0
Amortizações feitas contra a gratificação	-52.847	-74.546	0	0
Valores separados para possíveis perdas estimadas por empréstimo	180.421	104.037	27.995	31.855
Valores invertidos para possíveis perdas estimadas por empréstimo	-42.527	-108.736	-26.828	-21.033
Diferenças na taxa de câmbio de moeda Estrangeira	6.357	-1430	113	-1
Juros de desenvolvimento	928	2.210	3.541	5.115
Outros ajustamentos	-29.229	-16.797	0	0
Transferências entre itens	0	0	0	0
Saldo de encerramento	419.690	356.587	114.097	109.276
Recuperações directamente reconhecidas na conta de resultados	17.557	17.384		
Exonerações directamente reconhecidas na conta de resultados	32.780	40.105		

7.6.4.1.12 Obrigações vencidas

O ING Belgium mede continuamente a sua carteira em termos de pagamento atrasado. Em particular as carteiras de retalho são controladas de perto mensalmente para determinar se existem alterações significativas nos níveis de atrasados.

Geralmente, uma obrigação é considerada ‘vencida’ se um pagamento de juros ou capital tiver mais de um dia de atraso. Na prática, os primeiros 5-7 dias são considerados com risco operacional.

Após este período, serão enviadas cartas para o devedor, para lembrar as suas obrigações de pagamento (vencido). Se o pagamento não for feito após 90 dias, a obrigação é geralmente considerada com diminuição de valor e é transferida para uma das unidades de ‘problemas de empréstimos’. De modo a reduzir o número de atrasados, a maior parte das unidades do ING Belgium encoraja os devedores a estabelecerem débitos automáticos nas suas contas para assegurar os pagamentos atempados. Geralmente, todos os empréstimos com obrigações financeiras vencidas há mais de 90 dias são automaticamente reclassificados como tendo diminuição de valor. Contudo, podem também existir outros motivos para declarar um empréstimo com diminuição de valor antes de estar vencido há 90 dias. Estes incluem, mas não estão limitados a, a avaliação por parte do ING Belgium da incapacidade do cliente observada para cumprir com as suas obrigações financeiras, ou o cliente apresentar o pedido de declaração de falência ou de protecção na falência. Em alguns casos, uma quebra material dos pactos financeiros irá também desencadear a reclassificação de um empréstimo na categoria de apresentando diminuição de valor.

Os quadros abaixo fornecem informação no final do ano sobre os activos financeiros que estão vencidos mas não com diminuição de valor.

2008

(Em milhares de euros)	Até 30 dias	Com mais de 30 dias e até 90 dias	Com mais de 90 dias e até 180 dias	Com mais de 180 dias e até 1 ano	Com mais de 1 ano
Títulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos & adiantamentos	701.572	292.812	1.872	652	2.074
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0
Total	701.572	292.812	1.872	652	2.074

2007

(Em milhares de euros)	Até 30 dias	Com mais de 30 dias e até 90 dias	Com mais de 90 dias e até 180 dias	Com mais de 180 dias e até 1 ano	Com mais de 1 ano
Títulos de dívida	0	0	0	0	0
Empréstimos & adiantamentos	540.374	1.447.378	96.781	30.078	87.986
Outros activos financeiros	0	0	0	0	0
Total	540.374	1.447.378	96.781	30.078	87.986

7.6.4.2 Risco de liquidez

7.6.4.2.1 Definição

O risco de liquidez é o risco do ING Belgium ou de uma das suas filiais não conseguir cumprir com as suas responsabilidades financeiras quando estas se vencem, com custos razoáveis e de uma forma atempada. O risco de liquidez pode ser materializado tanto através das posições comerciais como não comerciais. Dentro do ING Belgium, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP) suporta a totalidade da responsabilidade pelo risco de liquidez. O principal objectivo da estrutura de risco de liquidez do ING Belgium é manter liquidez suficiente para assegurar operações seguras e salutaras. Para este fim o risco de liquidez é considerado através de três diferentes ângulos nomeadamente do ponto de vista estrutural, tático e de contingência.

7.6.4.2.2 Estrutura do risco de liquidez

Gestão do Risco de Liquidez

Tópicos:

- Políticas e procedimentos

Identificação e controlo do risco de liquidez

Risco de Liquidez Estrutural

Tópicos:

- Brecha de liquidez estrutural
- Combinação de financiamentos
- Activos comercializáveis
- Capacidade do Banco Central
- Titularização
- Preços da transferência de fundos

Risco de Liquidez Tática

Tópicos:

- Análise e comunicação de valores limite
- Comunicação de caixa e garantias
- Financiamentos diários e intradiários e gestão do risco de liquidez

Risco de Liquidez de contingência

Tópicos:

- Gestão do Risco de Liquidez em tempos de crise

7.6.4.2.3 Risco de liquidez estrutural

O risco de liquidez estrutural é o risco do balanço financeiro estrutural e a longo prazo não poder ser financiado atempadamente ou com um custo razoável. Neste ponto de vista do risco de liquidez a totalidade das posições sobre o balanço e extra-balanço são consideradas a partir de uma perspectiva estrutural de gestão dos activos e passivos. O principal objectivo é manter um perfil de liquidez salutar através da:

- manutenção de uma combinação bem diversificada de fontes de financiamento em termos de tipos de instrumentos, fornecedores de fundos, mercados geográficos e moedas.
- gestão activa do acesso aos mercados de capital através da emissão regular de títulos de dívida pública em todos os mercados materiais e da condução das relações com investidores.
- posse de uma carteira alargada de activos altamente comercializáveis que possam ser usados para obter financiamentos com garantia.
- manutenção de uma brecha estrutural de liquidez adequada tendo em conta a combinação de activos e, tanto as possibilidades de financiamento com garantia como de financiamento sem garantia do ING Belgium.
- manutenção de uma metodologia de preços de transferência de fundos na qual o custo de liquidez do Grupo ING seja adequadamente reflectido tanto de forma contínua como numa perspectiva de contingência.

7.6.4.2.4 Risco de liquidez táctica

Numa perspectiva táctica e a curto prazo, o risco de liquidez resultante das posições de tesouraria e de garantia a curto prazo é considerado. A gestão da liquidez diária foi delegada para o departamento de Mercados Financeiros, que é responsável pela gestão da posição de risco de liquidez global do ING Belgium.

Dentro do departamento de Mercados Financeiros o foco está principalmente nas posições de tesouraria e de garantia diárias e intra-diárias e é política escalonar suficientemente os requisitos de financiamento diário. Com este propósito, a função Tesouraria controla todos os fluxos de caixa a vencimento juntamente com as variações esperadas nos requisitos principais dos financiamentos para negócios.

A função de gestão do risco de liquidez é delegada para a Gestão do Risco de Mercado (GRM), que é responsável pela análise de valores limite do risco de liquidez e pela identificação, medição e controlo da posição de risco de liquidez. Em relação à medição e controlo da actual posição de liquidez, o foco está na posição diária de tesouraria e de garantia. Para fins de análise de valores limite, as posições de risco de liquidez são calculadas a par dos requisitos regulamentares de comunicação do risco de liquidez do Banco Central Belga. Para além disso, é

implementada uma estrutura dentro do ING Belgium que estabelece os limites na globalidade das posições de risco de liquidez semanal e mensal para assegurar reguladores adequados de liquidez.

O quadro abaixo fornece uma análise de vencimento em relação aos passivos financeiros que mostra as datas de vencimento contratuais.

2008

Activos

(Em milhares de euros)	Mais de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Subtotal menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecido	Total
Caixa & saldo com os bancos centrais, empréstimos e adiantamentos	3.564.476	0	0	3.564.476	0	0	0	3.564.476
Activos financeiros detidos para negociação	781.687	2.827.953	6.226.915	9.836.555	12.786.699	19.601.194	0	42.224.448
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	0	653.086	29.323	682.409	501.691	137.868	0	1.321.968
Activos financeiros disponíveis para venda	170.647	845.768	1.175.015	2.191.430	12.070.449	12.668.641	484.129	27.414.649
Empréstimos e devedores	29.519.928	11.482.740	14.449.065	55.451.733	17.981.771	23.324.400	0	96.757.904
- dos quais empréstimos & adiantamentos a bancos	13.902.987	6.929.963	9.612.935	30.445.885	2.053.662	104.467	0	32.604.014
- dos quais empréstimos & adiantamentos a clientes	15.616.941	4.552.777	4.836.130	25.005.848	15.928.109	23.219.933	0	64.153.890
Derivados usados para cobertura	360.367	499.316	421.724	1.281.407	570.793	822.556	0	2.674.756
Ações de investimentos, Imobilizações corpóreas e incorpóreas	0	0	0	0	0	0	1.047.702	1.047.702
Outros activos	159.843	0	89.287	249.130	0	675.472	0	924.602
Total	35.556.948	16.308.863	22.391.329	73.257.140	43.911.403	57.230.131	1.531.831	175.930.505

Passivos

(Em milhares de euros)	Mais de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Subtotal menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecido	Total
Depósitos providos dos bancos centrais	26.579	0	0	26.579	0	0	0	26.579
Passivos financeiros								
detidos para negociação	861.060	2.686.397	5.285.208	8.832.665	12.315.494	17.747.494	0	38.895.194
Passivos financeiros ao justo valor através de								
ganhos ou perdas	34.464	747.587	1.456.330	2.238.381	2.918.598	923.439	0	6.080.418
- dos quais passivos subordinados	8.693	14.072	114.472	137.507	289.574	42.079	0	469.160
Passivos financeiros medidos ao custo								
amortizado ²⁰	85.814.331	11.735.006	9.380.999	106.930.336	5.179.845	3.178.593	0	115.288.774
- dos quais fundos								
confiados por bancos	23.702.663	5.764.421	2.812.334	32.279.418	280.693	92.343	0	32.652.454
- dos quais fundos								
confiados por clientes	61.306.734	5.756.589	5.978.139	73.041.462	1.691.210	318.642	0	75.051.314
- dos quais passivos subordinados	1.553	54.093	1.779	57.425	66.064	9.061		132.550
- dos quais títulos de dívida em emissão	65.449	159.903	588.747	814.009	3.141.878	2.758.547	0	6.417.524
- dos quais outros passivos financeiros	737.932	0	0	737.932	0	0	0	737.932
Derivados usados								
para cobertura	203.553	964.424	550.651	1.718.628	954.863	0	0	2.673.491
Outros passivos	1.709.543	32.340	481.054	2.222.937	851.953	101.011	164.729	3.340.630
Capital social de levantamento à ordem	0	0	0	0	0	0	145.118	145.118
Total	88.649.530	16.165.754	17.154.242	121.969.526	22.220.294	21.950.537	309.847	166.450.204

²⁰ Incluindo passivos financeiros associados a activos transferidos

2007

Activos

(Em milhares de euros)	Mais de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Subtotal menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecido	Total
Caixa & saldo com os bancos centrais, empréstimos e adiantamentos	3.539.124	0	0	3.539.124	0	0	0	3.539.124
Activos financeiros detidos para negociação	20.639.186	861.340	2.839.566	24.340.092	10.352.423	12.921.767	0	47.614.282
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	601.058	6.416	648.334	1.255.808	469.584	207.172	0	1.932.564
Activos financeiros disponíveis para venda	169.674	2.450.255	3.107.557	5.727.486	9.728.660	12.572.819	152.515	28.181.480
Empréstimos e devedores	36.114.553	16.408.182	8.207.698	60.730.433	13.126.568	20.897.988	0	94.754.989
- dos quais empréstimos & adiantamentos a bancos	19.501.242	12.670.725	3.732.413	35.904.380	538.603	36.314	0	36.479.297
- dos quais empréstimos & adiantamentos a clientes	16.613.311	3.737.457	4.475.285	24.826.053	12.587.965	20.861.674	0	58.275.692
Derivados usados para cobertura	42.604	228.208	172.763	443.575	837.862	894.900	0	2.176.337
Acções de investimentos, Imobilizações corpóreas e incorpóreas	0	0	0	0	0	0	1.074.392	1.074.392
Outros activos	187.076	0	49.870	236.946	524.648	0	0	761.594
Total	61.293.275	19.954.401	15.025.788	96.273.464	35.039.745	47.494.646	1.226.907	180.034.762

Passivos

(Em milhares de euros)	Mais de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Subtotal menos de 12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Desconhecido	Total
Depósitos providos dos bancos centrais	1.878	0	0	1.878	0	0	0	1.878
Passivos financeiros detidos para negociação	353.016	326.340	1.831.551	2.510.907	7.423.910	11.536.674	0	21.471.491
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	56.618	126.710	534.563	717.891	2.393.319	827.232	0	3.938.442
- dos quais passivos subordinados	18.858	44.466	146.226	209.550	384.195	71.144	0	664.889
Passivos financeiros medidos ao custo amortizado ²¹	112.403.389	16.232.081	5.001.217	133.636.687	3.663.347	3.452.443	0	140.752.477
- dos quais fundos confiados por bancos	47.340.556	8.437.931	2.442.222	58.220.709	207.657	15.055	0	58.443.421
- dos quais fundos confiados por clientes	64.726.546	7.634.270	1.963.222	74.324.038	426.439	302.207	0	75.052.684
- dos quais passivos subordinados	739	1.576	4.419	6.734	172.319	9.972	0	189.025
- dos quais títulos de dívida em emissão	243.209	158.304	591.354	992.867	2.856.932	3.125.209	0	6.975.008
- dos quais outros passivos financeiros	92.339	0	0	92.339	0	0	0	92.339
Derivados usados para cobertura	4.515	40.761	92.570	137.846	419.866	954.863	0	1.512.575
Outros passivos	1.829.864	30.905	576.365	2.437.134	645.525	81.397	263.913	3.427.969
Capital social de levantamento à ordem	0	0	0	0	0	0	153.810	153.810
Total	114.649.280	16.756.797	8.036.266	139.442.343	14.545.967	16.852.609	417.723	171.258.642

²¹ Incluindo passivos financeiros associados a activos transferidos

7.6.4.2.5 Risco de liquidez de contingência

O risco de liquidez de contingência diz respeito à organização e planeamento da gestão da liquidez em alturas de tensão. Em relação ao ING este risco é gerido a nível do grupo. O ING Belgium participa através das linhas funcionais que existem entre os tesoureiros gerais e os tesoureiros locais, e entre a gestão global do risco e os gestores do risco locais.

Uma equipa específica de crise é responsável pela gestão da liquidez em tempos de crise. Esta equipa de crise consiste nas CRO do CFO, os Directores da GRMC e da Gestão do Capital e em todos os tesoureiros principais tanto do ING Bank como do ING Insurance. A política do ING é ter implantados planos de financiamento de contingência adequados e actualizados em toda a organização. O principal objectivo dos planos de financiamento de contingência do ING é permitir que a direcção actue de modo eficaz e efectivo em tempos de crise. Os planos de financiamento de contingência são estabelecidos para tratarem de rupturas de liquidez temporárias e a longo prazo causadas por um acontecimento geral no mercado ou um acontecimento específico no ING. Estes planos asseguram que todos os papéis e responsabilidades fiquem claramente definidos e que toda a informação de gestão necessária seja disponibilizada. Os planos de financiamento de contingência são regularmente testados tanto a nível local como a nível consolidado de forma a estarem bem preparados para potenciais emissões do risco de liquidez.

7.6.4.2.6 Crise de liquidez

A abordagem do ING à gestão da liquidez requer um excesso significativo de activos líquidos, planos de contingência rigorosamente testados e um controlo próximo das condições de mercado. Desde o início da turbulência no mercado em Agosto de 2007, o Comité de Crise de Liquidez do ING tem estado alinhado de forma regular com a política de liquidez do ING. O Comité discute o perfil de liquidez e de financiamento do ING e é presidido pelo Director-geral do Risco. Outros membros incluem o Director-geral Financeiro, todos os principais tesoureiros do Grupo ING, o director da Gestão do Risco de Mercado e o director de Comunicações Empresariais. A estratégia de liquidez e as condições de mercado são controladas diariamente. Os grandes reguladores de liquidez foram retidos ao longo de 2007 e, como resultado disso, planos de financiamento de contingência, organizados a todos os níveis, não foram necessários. Considerando o perfil global de financiamento do ING, o impacto da turbulência do mercado sobre os custos de financiamento foi insignificante.

7.6.4.3 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perdas devido a flutuações nos factores de risco do mercado, os quais incluem a cotação das acções, taxas de juros, taxas de câmbio e mercadoria e preços de bens imobiliários.

O risco de mercado surge das actividades comerciais e não comerciais. Os riscos de mercado comerciais surgem, dentro do ING Belgium Wholesale Banking originalmente, através da constituição do mercado, angariação de clientes e comercialização de bens imóveis no rendimento fixo, títulos de capital e mercados de câmbios, assim como nos mercados de derivados directamente relacionados. O risco de mercado não comercial relativo a transacções com mais de 1 ano em euros é transferido para os livros da gestão de activos & passivos (GAP). Trata-se de posições estruturais de desvio da taxa de juro que resultam de actividades bancárias comerciais.

7.6.4.3.1 Estruturas de tomada de decisões e organismos de controlo

Todos os meses, o Comité Executivo, assistido pelos directores dos departamentos relevantes, reúne-se no Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP) para analisar os principais itens com lacunas relativamente a activos e passivos (sobre o balanço e extra balanço). Um modelo de réplica é usado para estabelecer as datas de vencimento teóricas a respeito dos activos e passivos para os quais as datas de vencimento não sejam contratualmente conhecidas. O CGAP revê os rácios de capital (Directiva sobre a Adequação dos Fundos Próprios – DAFP) e toma decisões estratégicas relativas aos riscos da taxa de juro e, por conseguinte, aos Ganhos no Risco.

As actividades dos Mercados Financeiros e os seus departamentos de apoio são revistos por um Comité de Mercados Financeiros semanal presidido pelo membro do Comité Executivo responsável por todas as operações de mercado financeiro.

O Departamento de Gestão do Risco de Mercado coordena o controlo diário dos riscos de mercado, numa base consolidada. Faz também uma compilação das análises e documentação necessárias para o funcionamento tranquilo do CGAP e do Comité de Mercados Financeiros.

7.6.4.3.2 Valor sujeito a risco

Os potenciais riscos relativos a flutuações no câmbio, taxa de juro e cotação de acções devem ser mantidos sob controlo.

As transacções dos espaços de negociação são registadas, por categoria estratégica, em livros de negociação, os quais, por sua vez, são agrupados em livros de mercado de acordo com o tipo de actividade. As regras contabilísticas são aplicadas ao nível dos livros de mercado. Estas são classificadas como livros comerciais ou bancários, de acordo com a DAFP.

As posições de mercado são controladas diariamente pelo Departamento de Gestão do Risco de Mercado. Um sistema dualista é usado:

- um limite de risco de posição aberta é fixo na base do Valor sujeito a Risco (VaR); o VaR para o risco de mercado quantifica, com um nível de fiabilidade unilateral de pelo menos 99%, o máximo de perda até 24 horas que poderia ocorrer devido a alterações nos factores de risco (por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações, spreads de crédito, volatilidades implícitas), se as posições permanecessem inalteradas durante um intervalo de tempo de um dia;
- os limites da margem de variação stop loss são aplicados ao resultado global por livro de mercado desde o início do ano.

Requisitos precisos têm sido dispostos em relação à comunicação com o Comité de Mercados Financeiros. A este respeito, o banco aplica as melhores práticas de mercado, calculando o seu VaR consolidado diariamente.

Tal requer o uso de bases de dados muito alargadas para medir a volatilidade de vários segmentos das curvas de taxa de juro em diferentes moedas e para identificar as correlações entre os vários segmentos das curvas em relação a uma moeda em particular, entre todas as moedas usadas, assim como entre os vários tipos de riscos (taxas de câmbio, taxas de juro e capital).

O banco usa uma abordagem consistente em todos os riscos. Além disso, os utilizadores dos espaços de negociação recebem informação sobre a gestão do risco relativamente às suas posições individuais.

O banco também faz regularmente uma estimativa das possíveis repercussões das tendências de mercado extraordinárias sobre o VaR e sobre os resultados (“análise de valores limite”). Estas estimativas complementam o VaR diário e os cálculos do teste comparativo.

O impacto dos movimentos de mercado históricos na carteira actual é estimado com base nos movimentos de mercado equivalentes observados dos 250 dias úteis anteriores.

A componente geral do risco de mercado estima o VaR resultante dos movimentos gerais do valor de mercado. A componente específica do risco de mercado estima o VaR resultante dos movimentos do valor de mercado que estão relacionados com o emitente subjacente dos títulos das carteiras.

O VaR das carteiras lineares é calculado usando uma abordagem de variância – covariância. O risco de mercado de todas as carteiras de opções importantes dentro do ING Belgium é medido pelos métodos de simulação Monte Carlo.

O seguinte gráfico mostra o desenvolvimento do VaR até 24 horas em relação à carteira comercial do banco, a qual foi gerida pela gestão do risco comercial durante 2007.

VaR comercial consolidado de 2008 (em milhões de euros)

28					
26					
24					
22					
20					
18					
16					
14					
12					
10					
8					
31/12/2007	31/03/2008	30/06/2008	30/09/2008	31/12/2008	

VaR consolidado de negociação

Em milhões de euros	2008	2007
VaR a 31 de Dezembro		
VaR mais elevado	27,1	14,1
VaR mais baixo	9,2	7,7
VaR médio	18,2	10,3

Embora os modelos de VaR estimem os potenciais resultados futuros, as estimativas baseiam-se nos dados de mercado históricos, o banco controla continuamente a plausibilidade e a eficácia do modelo de VaR em uso. A técnica para este fim é geralmente conhecida como teste comparativo, no qual o resultado real diário é comparado com o VaR diário conforme calculado no modelo. Para além de usar resultados reais no teste comparativo, o banco usa também resultados hipotéticos, os quais medem os resultados excluindo o efeito intradiário da negociação, taxas e comissões. Quando a perda real ou hipotética excede o VaR, tem lugar uma ‘ocorrência’. Com base no nível de fiabilidade unilateral de pelo menos 99% do ING Belgium, é esperada uma ocorrência, em média, uma vez em cada 100 dias úteis.

Dado que o VaR em geral não produz uma estimativa das potenciais perdas que podem ocorrer como resultado de movimentos de mercado extremos, o banco utiliza uma análise estruturada de valores limite para controlar o risco de mercado sob estas condições extremas. Os cenários de tensão são baseados em acontecimentos extremos históricos e hipotéticos. O resultado da análise dos valores limite é um número do risco do acontecimento, o qual é uma estimativa do efeito da conta de resultados causado por um potencial acontecimento e representa um impacto em todo o ING Wholesale Banking. A política acontecimento-risco (e a sua implementação técnica) é específica do ING Belgium, já que não existe nenhum método de cálculo do risco do acontecimento que seja aceite de uma forma geral por outros bancos e reguladores (como o

modelo do Valor sujeito a Risco). A política de risco do acontecimento do banco consiste basicamente em parâmetros de tensão definidos por país e por mercado (rendimento fixo, capital, moeda estrangeira e mercados de derivados relacionados). Os parâmetros indicam movimentos de mercado máximos e históricos dentro do período de tempo de um mês. Os cenários e parâmetros de tensão são sujeitos a um teste comparativo contra movimentos de mercado extremos que ocorrem efectivamente nos mercados.

7.6.4.3.3 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro (ou desvio) resulta de brechas entre os activos e passivos a vencimento (datas de vencimento finais ou datas de vencimento de revisão de taxa), tanto sobre o balanço como extra-balanço. Dependendo da sua natureza e da tendência das taxas, estes podem ter um impacto positivo ou negativo na margem de juro: se o banco for regularmente um devedor líquido diário em tempos de queda das taxas, tal irá beneficiar a sua margem de juro; se as taxas subirem antes do banco inverter a sua posição, o oposto irá ocorrer.

Como não é possível prever com exactidão a tendência das taxas em qualquer altura, o risco de taxa de juro deve ser gerido através de valores de desvio totalmente autorizados para períodos no futuro predefinidos. A este nível, existe uma ligação directa entre o volume e a restante duração das posições. O ING Belgium usa vários métodos para controlar o risco de taxa de juro. Os mais importantes são o Valor sujeito a Risco (VaR) e o Ganhos no Risco (EaR). O banco controla constantemente os seus perfis de vencimento, sensibilidade da taxa de juro e VaR por livro de negociação. O uso de modelos internos para cálculo do VaR é encorajado pelas autoridades regulamentares.

7.6.4.3.4 Risco cambial

O banco fica exposto às flutuações da moeda estrangeira na sua posição financeira e fluxos de caixa. Os riscos da moeda nos livros não comerciais são amplamente transferidos através de transacções internas para a Tesouraria de Mercados Financeiros, a qual leva a cabo a gestão diária de todas as posições de moeda estrangeira.

7.6.4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de perda que pode ocorrer para o banco como resultado de transacções mal executadas, problemas como as suas ferramentas de TI, litígios com os seus clientes ou pessoal, fraude interna e externa, e mesmo perda ou dano causado sobre os seus activos por condições atmosféricas ou actos criminosos.

A equipa da Gestão do Risco Operacional, a qual faz parte do departamento de Gestão do Risco, é responsável pela gestão deste risco em relação a todas as entidades incluídas na esfera de consolidação do ING Belgium. Transmite a política e os procedimentos dispostos pelo banco a estas entidades. Verifica se os mesmos foram totalmente entendidos e implementados.

A gestão do risco operacional foi sempre da maior importância para a conta de resultados do banco.

Contra as bases do Basileia II, este risco também vem à tona no cálculo da adequação dos fundos próprios. A importância cada vez maior dada à sua gestão resultou na implementação de três estruturas específicas:

- o Comité Director de Risco operacional e Segurança reúne todos os meses sob a autoridade de dois directores-gerais do ING Belgium e dos administradores gerais dos principais ramos de negócio do banco, incluindo seguros e gestão de activos; este comité elabora medidas gerais apontadas para a gestão do risco operacional;
- o Forum do Risco operacional reúne também mensalmente sob a supervisão do director da equipa de Gestão do Risco operacional e dos principais Administradores do Risco operacional das entidades belgas;
- um Comité de Risco operacional funciona em cada uma das entidades que estão dentro da esfera de consolidação e também nos principais departamentos das entidades chave.

7.6.4.4.1 Identificação dos riscos

Cada entidade e departamento leva a cabo uma auto-avaliação regular do risco & controlo inspeccionada pela equipa de Gestão do Risco operacional.

Este procedimento envolve:

- potenciais riscos descobertos, calculando a sua frequência, e estimando o impacto financeiro máximo;
- retirar o capital das medidas de controlo existentes e verificar a sua eficácia;
- analisar a segurança económica de implementar novas medidas de controlo com o objectivo de minimizar os riscos considerados inaceitáveis.

7.6.4.4.2 Medição dos riscos

Tal envolve retirar o capital de todos os incidentes operacionais que ocorram e em cada caso determinar o tipo e causa do risco, para além do ramo de negócios envolvido. A equipa da Gestão do Risco operacional aprende com os incidentes tendo em vista aumentar o conhecimento entre as outras entidades e departamentos. Ao dar resposta a um incidente sério, requer a implementação de medidas de prevenção e de reforço.

7.6.4.4.3 Controlo dos Riscos

Levar a cabo a auto-avaliação de risco & controlo acima mencionada geralmente leva à identificação dos riscos chave que devem ser controlados como precaução, de modo a evitar que estes se transformem em perdas. Cada entidade ou administrador principal de departamento constrói as suas próprias estatísticas vitais, permitindo a este gerir os seus riscos operacionais e a avaliar se estes melhoraram ou pioraram usando indicadores adequados.

7.6.4.4.4 Minimização dos riscos

As recomendações formuladas pelas autoridades regulamentares e pelos auditores internos e externos devem ser implementadas o mais rapidamente possível. Tal aplica-se também aos relatórios preparados pelos próprios administradores principais (ver ponto anterior).

Implementar estas recomendações contribui para reduzir as potenciais fontes de perdas operacionais, considerando que tal resulta na correcção das falhas de controlo.

7.6.5 Gestão de capital

7.6.5.1 Objectivos

O ING Group Capital Management (Gestão de Capital), a empresa-mãe mais importante do ING Belgium SA, é responsável pela medição e gestão do capital consumido por todas as entidades do Grupo ING e pela execução das transacções relativas ao mercado de capitais. A Gestão do Capital mede a adequação dos fundos próprios numa base consolidada a três níveis: o Grupo ING, o ING Insurance e o ING Bank. O objectivo de avaliação em relação a estas três entidades é AA. A Gestão do Capital é responsável por gerir a adequação dos fundos próprios de acordo com todas as métricas relevantes aplicadas pelas várias partes interessadas do Grupo: métrica económica interna (por exemplo, Capital Económico 'CE' versus Recursos Financeiros Disponíveis), métrica de sociedade de notação (por exemplo, rácios de capitalização, Capital Ajustado) e métricas reguladoras (por exemplo, solvidade UE, capital Tier 1, rácios BIS e limites para capital híbrido). Executa também todas as transacções relativas a mercado de capitais tais como reunião de capitais ou dívida, cobertura e titularizações.

O Grupo ING aplica três principais definições de capital disponível:

- Os Recursos financeiros Disponíveis (RFD) são definidos como capital de accionistas ajustado. Os ajustamentos são necessários devido ao facto que sob as IFRS nem todos os activos e passivos são marcados como mercado e a metodologia de CE exigiu também ajustamentos a serem feitos.
- O Capital Ajustado é definido como o capital de accionistas ajustado em relação a filtros prudenciais híbridos e o Valor em Vigor e o Custo de Aquisição Diferido (CAD).
- Capital Tier 1 – o capital de accionista IFRS. Esta definição de capital é geralmente aplicada ao comparar o capital disponível no ING Bank com os activos de risco ponderado.

Cada vez mais a Gestão do Capital tem em consideração os RFD e o CE empregues ao gerir o capital. Estes são provindos dos modelos internos de gestão do risco do ING. É política que os RFD devem exceder o CE tanto para o ING Bank como para o ING Insurance. Os RFD do Grupo ING devem ser pelo menos de 120% do CE do Grupo ING. É política que qualquer regulador deve poder ser disposto com a máxima flexibilidade.

7.6.5.2 Políticas

As actividades da Gestão do Capital são executadas com base nas políticas, linhas de orientação e procedimentos estabelecidos. Os principais documentos que servem de linhas de orientação para a gestão do capital são a Carta de Capital (compreendendo os objectivos e limites de capital

aprovados), a Política de Planeamento de Capital, a Política de Dividendos e a Política de Pedido de Capital.

As definições de capital acima indicadas foram aprovadas pelo Grupo ING.

7.6.5.3 Processos para gerir o capital

Para além de medir a adequação dos fundos próprios, a Gestão do Capital garante também que esteja disponível capital suficiente através do estabelecimento de objectivos e limites relevantes para a métrica acima mencionada em relação ao ING Bank, ao ING Insurance e ao Grupo ING e assegurando a aderência aos limites e objectivos estabelecidos através do planeamento e execução de transacções de gestão de capital. O processo é complementado por uma análise de valores limite e análise do cenário. A avaliação e a supervisão contínuas da adequação dos fundos próprios são incluídas no processo de planeamento do capital da Gestão do Capital e resultam num Relatório de Avaliação da Adequação dos Fundos Próprios, o qual é apresentado tanto ao Comité de Risco e Finanças como ao Conselho Executivo do Grupo ING. O principal objectivo é assegurar que o Grupo ING como um todo possui capital suficiente relativamente ao seu perfil de risco tanto a curto como a médio prazo.

7.6.5.4 Requisitos de adequação dos fundos próprios

É necessário capital para suportar os riscos de crédito e de mercado. O risco de mercado surge a partir de todas as posições de moeda estrangeira e de todas as posições detidas para negociação em instrumentos das taxas de juro e títulos de capital, incluindo os riscos sobre títulos de capital individuais e os compromissos de títulos de dívida negociáveis, tais como as obrigações. O ING Belgium calcula este risco usando o modelo do Valor sujeito a Risco (VaR) aprovado pela CBFA, donde provém o requisito de capital do risco de mercado.

A adequação dos fundos próprios do ING Belgium é controlada usando, entre outras medidas, as normas e rácios estabelecidos pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (“normas / rácios BIS”). Os rácios BIS comparam o montante do capital elegível (no total e no Tier 1) com o total dos activos de risco ponderado (RWA).

A adequação dos fundos próprios e o uso do capital regulador necessário baseiam-se nas linhas de orientação desenvolvidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (o Comité de Basileia) e nas directivas da Comunidade Europeia, conforme implementadas pela CBFA. O rácio Tier 1 mínimo é de 4% e o rácio de capital total mínimo (conhecido como ‘rácio BIS’) é de 8% de todos os activos de risco ponderado, incluindo os itens extra-balanço e o risco de mercado associado às carteiras comerciais.

Rácios de Solvabilidade

Em milhões de euros	2008 Basileia II	2007 Basileia II	2007 Basileia I
Fundos Próprios Originais (Tier 1)	8.946.20	8.333.90	8.333.90
Fundos Próprios Adicionais (Tier 2)	526.6	737.4	737.4
Items a serem deduzidos do Tier 1 e Tier 2	-285.1	-358.8	-28.7
Total de Capital Elegível (Tier 1 e Tier 2)	9.187.7	8.712.50	9.042.60
Activos de Risco Ponderado:			
Risco de Crédito	49.264.8	49.365.0	71.480.0
Risco de Liquidação	7.4	0.0	0.0
Risco de Mercado	4.013.8	1.341.3	1.341.3
Risco Operacional	6.580.0	5.987.5	0.0
Total de Activos de Risco Ponderado	59.865.9	56.693.8	72.821.3
Requisitos de Capital:			
Total de Risco de Crédito	3.941.2	3.949.2	5.718.4
Risco de Liquidação	0.6	0.0	0.0
Risco de Mercado	321.1	107.3	107.3
Risco Operacional	526.4	479.0	0.0
Total de Requisitos de Capital	4.789.3	4.535.5	5.825.7
Rácios de Solvabilidade:			
Tier 1 Basileia II	14,71%	14,38%	
Total do Capital do Basileia II	15,35%	15,37%	
Após 2007: Tier 1 Basileia com impacto de um floor / Até 2007: Basileia I	11,97%		11,44%
Após 2007: Total de Capital do Basileia II com impacto de um floor / Até 2007: Basileia I	12,49%		12,42%

Rácios de Solvabilidade

Em milhões de euros	2008
Total de Capital Elegível	9.187.8
Total de requisitos de capital	4.789.3
Défice (-) / Superavit (+) dos fundos próprios	4.398.5
 Total de Capital Elegível	 9.187.8
Total de activos imobilizados	1.031.1
Défice (-) / Superavit (+) dos fundos próprios	8.156.7
Défice (-) / Superavit (+) dos fundos próprios para o requisito geral de solvabilidade	5.871.8
Rácio de solvabilidade (%)	15,35%
Rácio Capitais Próprios/Capitais Alheios (%)	36,09%

7.6.5.5 Basileia II (Revelação do Pilar 3)

Desde Janeiro de 2008, o ING Belgium SA/NV passou a calcular os seus rácios de capital sob o Basileia II. Dado que o ING Belgium constitui uma importante filial do Grupo ING, torna-se necessária a revelação limitada do Pilar 3 (Disciplina de Mercado) pelo supervisor regulador local, já que o Pilar 3 está a ser implementado na sua totalidade ao nível do grupo.

O Pilar 3 constitui um complemento do Pilar 1 (Requisitos de Capital Mínimo) e do Pilar 2 (Processo de Revisão de Supervisão) ao permitir que os participantes do mercado avaliem a adequação do capital de um banco através da utilização de informações chave.

7.6.5.5.1 Estrutura do capital

Requisitos de capital – componentes dos próprios fundos

Em milhões de euros	2008	2007
Fundos próprios originais (Tier 1)	8.946.2	8.333.9
Capital social	2.946.6	2.955.3
Reservas e ganhos retidos	6.023.2	5.404.8
(-) Outras deduções dos Fundos Próprios Originais (imobilizações incorpóreas)	-23.6	-26.2
Fundos próprios adicionais (Tier 2)	526.6	737.4
(-) Deduções dos fundos próprios originais e adicionais	-285.1	-358.8
Total de fundos próprios originais para fins de solvabilidade geral	9.187.7	8.712.5

7.6.5.5.2 Adequação do capital

7.6.5.5.2.1 Risco de crédito e de transferência

O Capital Económico para o risco de crédito e para o risco de transferência é a parte do Capital Económico detida para fazer frente às perdas inesperadas inerentes nas carteiras de créditos relacionadas com as mudanças (inesperadas) na solvabilidade subjacente dos devedores ou no valor de recuperação das garantias subjacentes (se existentes). O capital do risco de crédito e do risco de transferência é calculado sobre todas as carteiras que contenham risco de crédito ou de transferência, incluindo as carteiras de investimentos.

O Capital Económico para o risco de crédito e para o risco de transferência é calculado utilizando modelos desenvolvidos internamente com um nível de confiança de 99,95% e um horizonte temporal de um ano, o que representa a solvabilidade do ING desejada.

O ING utiliza uma série de modelos de risco de crédito que podem ser agrupados em três categorias principais: modelos de Probabilidade de Incumprimento (PD), os quais medem a solvabilidade dos devedores individuais; modelos de Exposição à Data do Incumprimento (EAD), os quais estimam o tamanho da obrigação financeira no momento do incumprimento no futuro; e modelos de Perda Dado o Incumprimento (LGD), os quais estimam o valor de recuperação das garantias ou cauções subjacentes (se existentes) e da parte não segurada. Os vários modelos podem ser agrupados em três categorias: estatístico, especializado e híbrido. Cada modelo é individualmente revisto e validado anualmente pelo departamento de Validação de Modelos (MV), de modo a determinar a continuação da viabilidade ou a necessidade de ajustar cada um dos modelos individuais.

A fórmula do Capital Económico para os riscos de crédito e de transferência assenta em sete diferentes impulsionadores do risco. Para além dos modelos de PD, EAD e LGD mencionados acima, a fórmula considera também a indústria e o país do devedor, assim como o prazo remanescente das respectivas transacções subjacentes. Por último, a fórmula considera a correlação das transacções individuais com a carteira como um todo. O ING utiliza as ferramentas da simulação Monte Carlo para determinar certos parâmetros que são depois aplicados às transacções individuais na determinação do nível de Capital Económico relacionado com o risco de crédito e de transferência numa abordagem da base para o topo. As correlações, as quais são actualizadas trimestralmente, são determinadas num nível de linha empresarial, e os feitos da diversificação são aplicados num nível transaccional.

Os modelos subjacentes que são utilizados para determinar o Capital Económico para o risco de crédito e de transferência são os mesmos que os utilizados para determinar o nível de capital

regulatório que é exigido sob o Basileia II (Pilar 1). Apesar do facto de que são utilizados os mesmos modelos subjacentes, o Capital Económico (interno) e o capital regulatório não são o mesmo devido a várias regras específicas impostas pelo Basileia II, tais como caps e floors Reguladores e o uso de uma abordagem estandardizada em relação a certas partes da carteira do ING. Estas diferenças são permitidas sob as linhas de orientação do Basileia II.

O quadro abaixo resume as diferentes medições de capital utilizadas para os diferentes objectivos e mostra a diferença nos elementos chave e objectivos.

Medições do Capital para Risco de Crédito	Metodologia	Localização	Nível de Confiança	Entradas	Objectivo
Capital Regulatório	Fórmula do Basileia II	Vortex Basel Engine ('VBE') na Central Risk Database	99,90%	Resultados do modelo do Basileia II	Activos de Risco Ponderado (RWA)
Capital Económico	Fórmula Algébrica Fechada do Capital Ajustado ao Risco (RAC)	Vortex Risk Engine ('VRE') na Central Risk Database	99,95%	Resultados do modelo do Basileia II, excluindo os caps e floors do Basileia II, assim como o vencimento, planos de reembolso, factores de correlação, matriz de migração.	Fixação de preços, Capital Económico para crédito ao nível transaccional e acima

Em relação à metodologia, o calculador da Carteira EC-MC fornece uma estrutura sofisticada e consistente para medir os valores de capital para o risco de crédito. Devido à sua complexidade e tempo de cálculo necessário, o calculador da Carteira EC-MC é mais adequado para o cálculo da carteira do que para a implementação num ambiente que exija uma comunicação em tempo real a um nível transaccional na gestão diária, fixação de preços em novas transacções e estabelecimento de limites. Como resultado, os valores do Capital Económico são baseados em valores de RAC que são derivados do calculador da Carteira EC-MC, mas não são totalmente equivalentes. As principais características são:

- O RAC é calculado ao nível do instrumento com fórmulas algébricas fechadas em vez de a partir de uma Simulação Monte Carlo. A fórmula algébrica do RAC inclui parâmetros que incorporam o impacto das dinâmicas da carteira, tais como correlações e efeitos da diversificação. Estes parâmetros são derivados através de uma regressão dos resultados do calculador da carteira EC-MC;
- Devido à sua natureza proprietária, os resultados do calculador da carteira EC_MC estão sujeitos a certos caps e floors técnicos (a LGD/EAD é constante e a matriz de

migração da PD é nivelada), os quais não são aplicáveis no RAC. Além disso, devido às rotinas matemáticas implementadas, o calculador da carteira está sujeito a uma probabilidade de incumprimento (PD) mínima e a um prazo de reembolso máximo, os quais não são aplicáveis no RAC.

Adicionalmente, as operações bancárias utilizam o modelo do RAC para determinar o preço óptimo nas (novas) transacções de empréstimo, de modo a assegurar que o ING satisfaz os retornos RAROC desejados.

Durante o ano de 2008, os níveis de Capital Económico para o risco de crédito e de transferência foram calculados semanalmente em relação à maior parte das carteiras do Wholesale Bank e em relação às carteiras de PME no âmbito das operações do Retail Banking. De três em três meses, os valores de Capital Económico para o risco de crédito e risco de transferência são consolidados com os elementos correspondentes de Capital Económico provindos de outras disciplinas.

Administração do Capital Económico para o Risco de Crédito e Risco de Transferência:

Todos os modelos de PD, EAD e LGD são aprovados pelo Comité de Risco de Crédito (CRC) após uma revisão metódica da documentação pelo Comité Director de Desenvolvimento de Modelos (CDDM) e pela MV. Além disso, cada um dos modelos é validado anualmente pela MV. Cada modelo possui um co-responsável de risco de crédito e de sala de negociação. Tanto o CDDM como o CRC têm participação tanto dos gestores de risco de crédito como da sala de negociação de forma a assegurar a máxima aceitação por parte da organização.

7.6.5.5.2 Risco de mercado

Geral:

O Capital Económico para o risco de mercado é o Capital Económico necessário para fazer frente aos movimentos de valor inesperados devido a mudanças nos riscos dos modelos e nas variáveis de mercado, tais como as taxas de juros, cotações, taxas de câmbio e preços de bens imóveis. O Capital Económico para o risco de mercado é calculado para os riscos tanto nas carteiras comerciais como nas carteiras não comerciais.

Medição:

O Capital Económico para o risco de mercado é calculado utilizando metodologias desenvolvidas internamente com um intervalo de confiança de 99,95% e um horizonte de um

ano, o que representa os factos extremos e a solvabilidade do ING. O Capital Económico para o risco de mercado relativamente às carteiras não comerciais é calculado para cada tipo de risco, enquanto que relativamente às carteiras comerciais é calculado num nível de carteira. Os cálculos do Capital Económico para o risco de mercado incluem o risco cambial, o risco do preço das acções, o risco de taxa de juro e o risco do modelo.

Em relação aos riscos de mercado directos, o VaR real (medido com um intervalo de confiança de 99,95%, um período de detenção de um dia e sob a suposição de um valor esperado de zero) das carteiras comerciais e não comerciais é considerado como um ponto de partida para os cálculos do Capital Económico para o risco de mercado. Para chegar ao Capital Económico para o risco de mercado, é utilizado um modelo com base numa simulação que inclui um aumento ou diminuição proporcional até ao intervalo de confiança e período de detenção exigidos. Na determinação deste factor de proporcionalidade, são tidos em conta vários outros factores, tais como a ocorrência de grandes movimentos de mercado (factos) e as intervenções da gestão.

O Capital Económico para o risco de mercado nas carteiras não comerciais é calculado em relação ao risco de opção incorporada (por exemplo, a opção de pré-pagamento nas hipotecas) e o risco do modelo. O risco do modelo é calculado realçando os pressupostos subjacentes dos modelos relativamente aos activos e passivos comportamentais. Por exemplo, a cobertura das carteiras de poupanças é baseada em pressupostos no que diz respeito ao desenvolvimento de volumes e taxas de cliente. Os desvios nestes pressupostos podem levar a uma estimativa incorrecta (ex-post) do típico vencimento da taxa de juro dos depósitos de poupanças. Se houver um fluxo de saída maior que o inicialmente previsto, a duração do dinheiro de poupanças pode ser inferior à duração dos investimentos, o que leva a perdas se as taxas de juro subirem.

Em relação ao modelo aplicado às carteiras de hipotecas é utilizada uma filosofia similar. A qualidade da cobertura depende de pressupostos no que diz respeito ao comportamento de pré-pagamento. Se estes pressupostos estiverem errados, o financiamento pode ter um prazo demasiado longo ou demasiado curto. Tal como acima, o modelo do Capital Económico para o risco de mercado é baseado no erro do modelo de pré-pagamento com uma estimativa de 99% de confiança e na mudança adversa da taxa de juro com 99% de confiança.

Enquanto são agregados os diferentes valores de Capital Económico para o risco de mercado em relação às diferentes carteiras, são tidos em conta os benefícios da diversificação, uma vez que não se espera que todos os movimentos de mercado extremos surjam na mesma altura.

A natureza do Capital Económico para o risco de mercado, que avalia o impacto de uma tensão extrema com um nível de confiança de 99,95%, pode por vezes ser difícil de demonstrar de uma forma estatisticamente sólida com os dados históricos disponíveis. Os valores de Capital Económico revelados pelo ING Belgium constituem a melhor estimativa possível com base nos dados disponíveis e nas opiniões de peritos.

7.6.5.5.2.3 Risco operacional

O risco operacional é o risco de uma perda directa ou indirecta que resulta de pessoal, sistemas e processos internos inadequados ou com falha ou de factos externos. Inclui o risco de perda de reputação, assim como o risco legal, ao passo que os riscos estratégicos não estão incluídos. Embora o risco operacional possa ser limitado através da segurança e controlos de gestão, muitos incidentes ainda têm um impacto substancial na conta de ganhos e perdas das instituições financeiras. O modelo do capital, um modelo actuarial, consiste numa combinação de três técnicas:

1. Abordagem de Distribuição de Perdas (LDA), a qual aplica a análise estatística aos dados históricos de perdas;
2. Abordagem de cartão de marcação, a qual se concentra na qualidade das medidas de controlo do risco dentro de uma unidade empresarial específica;
3. Abordagem de 'Bónus/Malus', a qual se concentra nos incidentes operacionais efectivos de uma unidade empresarial específica.

1. Abordagem de Distribuição de Perdas:

O principal objectivo da abordagem LDA é fazer derivar uma quantia de capital objectiva com base no tamanho e na apetência para o risco da instituição e das suas unidades empresariais. Esta abordagem faz uma estimativa da provável distribuição (fat-tailed) das perdas por risco operacional ao longo de um horizonte futuro em relação a cada combinação de linhas de negócios e tipo de ocorrência de perda. A principal característica da LDA é a derivação explícita de uma distribuição de perdas, a qual é baseada em distribuições separadas relativamente à frequência da ocorrência (Poisson) e à intensidade (Gaussiana invertida). O modelo utiliza tanto dados de perdas externos como internos acima de 1 milhão de euros.

O cálculo dos capitais para o risco operacional relativamente às unidades segue cinco princípios básicos:

- Princípio 1: Se os riscos aumentarem no mundo, as unidades empresariais vão necessitar de mais Capital Económico;

- Princípio 2: Se o tamanho de uma unidade empresarial aumentar, o seu capital também aumentará;
- Princípio 3: Se o negócio de uma unidade empresarial se tornar mais complexo, esta irá necessitar de mais capital;
- Princípio 4: Se o nível de controlo de uma unidade empresarial se tornar mais elevado, esta irá ter uma menor necessidade de capital;
- Princípio 5: Se as perdas das unidades empresariais provindas de incidentes internos excederem o nível de perda esperada que se encontra representado nos primeiros quatro princípios da estrutura, será necessário mais capital.

O capital calculado de acordo com os três primeiros é ‘genérico’: se duas unidades empresariais operarem nos mesmos mercados e forem do mesmo tamanho, o capital resultante será o mesmo. Os ajustamentos específicos do capital mencionados abaixo ajustam o capital genérico de uma instituição específica ao seu capital específico para o risco operacional.

2. Abordagem de cartão de marcação (princípio 4):

O ajustamento de cartão de marcação reflecte o nível de qualidade de controlo numa instituição específica. Os cartões de marcação têm como objectivo medir a qualidade dos processos chave de gestão do risco operacional. O procedimento do cartão de marcação envolve questões que exigem dados quantitativos, pareceres qualitativos ou questões simples de ‘sim/não’ (por exemplo, indicando a conformidade com certas políticas do grupo). Os cartões de marcação são completados por todas as unidades empresariais recorrendo à auto-avaliação, e revistos por um painel de peritos que determina a pontuação final. O conjunto de cartões conduz depois a um aumento ou a uma diminuição do capital da instituição específica.

3. Abordagem de ‘Bónus/Malus’ (princípio 5):

É atribuído capital adicional às unidades se os casos de perdas com origem em incidentes internos excederem o nível de perdas esperadas que tenham sido representadas na LDA. Se as perdas efectivas forem inferiores ao esperado, o capital será diminuído. Apenas são considerados os incidentes internos com um valor acima de 1 milhão de euros nos últimos cinco anos. Os ajustamentos de Bónus/Malus são nivelados para + e – 20% para evitar as grandes flutuações de capital na totalidade do capital do ING.

Total de requisitos de capital para crédito, crédito de contraparte e riscos de diluição e transacções incompletas

Em milhões de euros	2008	2007
Abordagem estandardizada (SA)	89.4	91.7
Classes do risco na SA excluindo as posições de titularização de activos		
Instituições		
Empresas		
Retalho		
Abordagens IRB quando são usadas as próprias estimativas da LGD e/ou Factores de Conversão	3.521.8	3.393.7
Governos centrais e bancos centrais	38.7	60.1
Instituições	1.031.0	1.042.0
Empresas	1.953.7	1.906.1
Retalho	498.4	385.5
Capital IRB	19.2	33.8
Posições de titularização de activos IRB	11.1	18.4
Outros activos de obrigações que não de crédito	299.7	411.6
Total de capital para:		
Risco de crédito	3.941.20	3.949.20
Riso de liquidação/entrega	0.6	0.0
Riscos de posição, cambial e de mercadorias	321.1	107.0
Risco operacional	526.4	479
Total de requisitos de capital	4.789.3	4.535.2

7.7 Notas das contas consolidadas

7.7.1 Notas do balanço financeiro consolidado

7.7.1.1 Activos

1. Caixa e saldos com os bancos centrais

Caixa e balanços com os bancos centrais

Em milhares de euros	2008	2007
Caixa e saldos de caixa com os bancos centrais que não		
depósitos de reserva obrigatórios	966.934	2.718.604
Depósitos de reserva obrigatórios com os bancos centrais	2.597.542	820.520
Total	3.564.476	3.539.124

2. Activos financeiros detidos para negociação

Activos financeiros detidos para negociação

Em milhares de euros	2008	2007
Instrumentos de derivados	32.198.938	16.912.462
Títulos de capital	881.878	805.021
Títulos de dívida	3.365.620	5.482.731
Empréstimos & adiantamentos	223.579	20.449.733
Proveitos antecipados	5.554.433	3.964.335
Total	42.224.448	47.614.282

3. Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Em milhares de euros	2008	2007
Títulos de capital	2.468	3.262
Títulos de dívida	1.319.500	1.929.302
Total	1.321.968	1.932.564

4. Activos financeiros disponíveis para venda

Discriminação dos activos financeiros disponíveis para venda

Em milhares de euros	2008	2007
Títulos de capital	78.387	152.516
Títulos de dívida	27.336.262	28.028.964
Total	27.414.649	28.181.480

Movimentos nos activos financeiros disponíveis para venda

Em milhares de euros	Títulos de capital		Títulos de dívida		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Saldo de abertura	152.516	190.607	28.028.964	33.433.966	28.181.480	3.624.573
Acréscimos	32.186	2.955	5.375.449	4.878.743	5.407.635	4.881.698
Alterações na composição do grupo	-259	-	-	-	-259	-
Transferência de activos/passivos	23.941	843	-	-3.000	23.941	-2.157
Ganhos não realizados (perdas) provindos de						
variações no justo valor	-47.040	-6.540	143.936	-546.168	96.896	-552.708
Provisões por diminuição de valor	-13.586	-3.258	-29.808	-	-43.394	-3.258
Vendas – preço de venda	-66.858	-55.628	-6.972.689	-9.623.765	-7.039.547	-9.679.393
Lucros realizados (perdas)	-5.517	23.547	744.599	-267	742.082	23.280
Diferenças de câmbio	4	-10	45.861	-110.442	45.865	-110.452
Outras alterações	-	-	-50	-103	-50	-103
Saldo de encerramento	78.387	152.516	27.333.262	28.028.964	27.414.469	28.181.480

5. Empréstimos e devedores

Empréstimos e devedores

Em milhares de euros	2008	2007
Governos centrais	113.765	132.287
Instituições de crédito	32.243.550	35.969.080
Instituições que não sejam de crédito	5.617.246	5.580.645
Empresas	32.508.566	27.935.657
Retalho	26.134.235	23.858.213
Encargos a pagar	1.140.542	1.279.107
Total	96.757.904	94.754.989

6. Derivados usados para cobertura

Derivados usados para cobertura

Em milhares de euros	2008	2007
Cobertura do justo valor		
IRS	-2.150	87.805
Crédito swap	2.246	2.242
Outros	0	0
Encargos a pagar	25.000	16.828
Cobertura de fluxos de caixa		
IRS	1.212.838	995.195
Crédito swap	0	0
Outros	0	0
Encargos a pagar	1.436.822	1.074.267
Total	2.674.756	2.176.337

7. Bens imóveis, instalações e equipamento

Movimentos durante 2008

Em milhares de euros	Terrenos e edificios ocupados pelo proprietário	Equipamento TI	Equipamento de escritório	Outros equipamentos (incluindo automóveis)	Total
Saldo de abertura	807.522	11.943	20.680	65.647	905.792
Acréscimos	52.001	7.639	31.293	31.293	102.810
Vendas	-4.947	-31	-150	-1943	-7.071
Aumentos provindos de reavaliações	-17.174	-	-	-	-17.174
Perdas com diminuição de valor directamente reconhecidas ou invertidas no capital	-	-	-	-	-
Depreciação	-37.113	-6.106	-5.655	-11.895	-60.769
Perdas com diminuição de valor reconhecidas na conta de resultados	-5.756	-	-	-	-5.756
Perdas com diminuição de valor invertidas na conta de resultados	20	-	-	-	20
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	2.836	48	30	154	3.068
Transferências de (para) bens imóveis de investimento	-	-	-	-	-
Outras alterações	-55	2	-85	64	-74
Saldo de encerramento	797.334	13.495	26.698	83.320	920.847
Depreciação acumulada	-717.806	-178.412	-100.674	-103.778	-1.100.670
Valor de detenção sob o modelo de custo	538.883	13.495	26.698	83.320	662.396

Movimentos durante 2007

Em milhares de euros	Terrenos e edificios ocupados pelo proprietário	Equipamento TI	Equipamento de escritório	Outros equipamentos (incluindo automóveis)	Total
Saldo de abertura	791.811	16.177	18.752	68.166	894.906
Acréscimos	34.857	4.848	7.451	11.484	58.640
Vendas	-13.291	-1.216	-486	-3.382	-18.375
Aumentos provindos de reavaliações	25.315	0	0	0	25.315
Perdas com diminuição de valor directamente reconhecidas ou invertidas no capital	0	0	0	0	0
Depreciação	-38.081	-7.840	-5.024	-9.245	-60.190
Perdas com diminuição de valor reconhecidas na conta de resultados	-1.088	0	0	0	-1.088
Perdas com diminuição de valor invertidas na conta de resultados	7.463	0	0	0	7.463
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	-745	-26	-13	-87	-871
Transferências de (para) bens imóveis de investimento	-9	0	0	0	-9
Outras alterações	1.290	0	0	-1.289	1
Saldo de encerramento	807.522	11.943	20.680	65.647	905.792
Depreciação acumulada	-686.732	-197.350	-97.778	-97.779	-1.079.640
Valor de detenção sob o modelo de custo	531.770	11.943	20.680	65.647	630.040

Alterações na reserva de reavaliação

Em milhares de euros	2008	2007
Saldo de abertura	241.850	225.555
Alterações na reserva de reavaliação durante o ano	-6.193	16.295
Saldo de encerramento	235.657	241.850

Discriminação dos bens imóveis e equipamento por vidas úteis

Em anos	2008
Terrenos e edificios ocupados pelo proprietário	33
Equipamento TI	5
Equipamento de escritório	10
Outros equipamentos	7
Automóveis	4

Locação financeira

	< 1 ano	> 1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Total
Pagamentos de locação futuros mínimos	135.617	132.715	55.265	59.401
Valor actual líquido dos pagamentos de locação futuros mínimos	95.982	131.872	0	59.401
Valor residual	137.375	132.715	55.265	61.416

8. Bens imóveis de investimento

Bens imóveis de investimento

Em milhares de euros	2008	2007
Saldo de abertura	10.272	9.864
Aquisições	67	0
Despesas subsequentes	0	0
Vendas	0	0
Ganhos líquidos (perdas) provindos de ajustamentos no justo valor	-333	399
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	0	0
Outras alterações	0	9
Saldo de encerramento	10.006	10.272

9. Activo imaterial e outras imobilizações incorpóreas

Movimentos durante 2008

Em milhares de euros	Activo Imaterial	Software desenvolvido Internamente	Software adquirido	Outras imobilizações corpóreas	Total
Saldo de abertura	44.100	20.196	6.037	0	70.333
Acréscimos provindos do desenvolvimento interno	0	7.822	0	0	7.822
Acréscimos provindos de aquisições independentes	0	0	3.830	0	3.830
Ajustamentos provindos de acordos empresariais	0	0	-16	0	-16
Levantamentos & vendas	0	-311	-45	0	-356
Ajustamentos resultando do reconhecimento subsequente de activos com imposto diferido	0	0	0	0	0
Amortização reconhecida	0	-10.655	-3.276	0	-13.931
Diminuição de valor reconhecida na conta de resultados	-6	0	0	0	-6
Diminuição de valor invertida na conta de resultados	0	0	0	0	0
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	0	0	5	0	5
Outros movimentos	0	1	0	0	1
Saldo de encerramento	44.094	17.053	6.535	0	67.682

Movimentos durante 2007

Em milhares de euros	Activo Imaterial	Software desenvolvido Internamente	Software adquirido	Outras imobilizações corpóreas	Total
Saldo de abertura	44.225	42.034	11.326	0	97.585
Acréscimos provindos do desenvolvimento interno	0	1.742	0	0	1.741
Acréscimos provindos de aquisições independentes	0	0	2.612	0	2.612
Ajustamentos provindos de acordos empresariais	0	0	0	0	0
Levantamentos & vendas	-13	-688	-2.976	0	-3.677
Ajustamentos resultando do reconhecimento subsequente de activos com imposto diferido	0	0	0	0	0
Amortização reconhecida	0	-22.892	-4.914	0	-27.806
Diminuição de valor reconhecida na conta de resultados	-112	0	0	0	-112
Diminuição de valor invertida na conta de resultados	0	0	0	0	0
Efeitos da conversão de moeda estrangeira	0	0	-11	0	-10
Outros movimentos	0	0	0	0	0
Saldo de encerramento	44.100	20.916	6.037	0	70.333

10. Activos com imposto diferido

Discriminação de activos com imposto diferido por origem

Em milhares de euros	2008	2007
Activos com imposto diferido relativos a:		
Investimentos	57.895	57.236
Outras provisões	103.568	145.982
Prejuízos fiscais não utilizados deduzidos	13.542	18.628
Devedores	20.771	34.820
Bens imóveis e equipamento	37.142	32.937
Outros	442.555	235.045
Total	675.472	524.648

Outros incluem principalmente activos com imposto diferido relativos a ajustamentos negativos sobre os derivados.

Activos com imposto diferido líquido (passivos)

Em milhares de euros	Abertura a 31/12/2007	Diferenças de câmbio	Ganhos & perdas de imposto diferido	Capital de imposto diferido	Transferência de/para imposto diferido	Encerramento a 31/12/2008
Activos com imposto diferido bruto	524.648	0	120.917	137.948	-108.041	675.472
Amortizações – activos com imposto diferido						
Passivos com imposto diferido	-528.880	-1.288	-214.912	-43.493	108.041	-680.532
Activos com imposto diferido líquido (passivos)	-4.232	-1.288	-93.994	94.455	0	-5.059

Imposto sobre o rendimento: discriminação de prejuízos fiscais deduzidos/crédito fiscal não utilizado por prazos de expiração (2008)

Em milhares de euros	Total	Mais de cinco anos	Cinco a dez anos	Dez a vinte anos	Sem expiração
Total de prejuízos fiscais não utilizados deduzidos dos quais:	62.168	0	0	0	62.168
Prejuízos fiscais não utilizados deduzidos não reconhecidos como um activo com imposto diferido	22.502	0	0	0	22.502
Prejuízos fiscais não utilizados deduzidos reconhecidos como um activo com imposto diferido	39.666	0	0	0	39.666
Taxa de tributação aplicável	34,14%				
Activo com imposto diferido reconhecido nos prejuízos fiscais não utilizados deduzidos	13.542				

Imposto sobre o rendimento: discriminação de prejuízos fiscais deduzidos/crédito fiscal não utilizado por prazos de expiração (2007)

Em milhares de euros	Total	Mais de cinco anos	Cinco a dez anos	Dez a vinte anos	Sem expiração
Total de prejuízos fiscais não utilizados deduzidos dos quais:	137.285	0	0	0	0
Prejuízos fiscais não utilizados deduzidos não reconhecidos como um activo com imposto diferido	82.481	0	0	0	82.481
Prejuízos fiscais não utilizados deduzidos reconhecidos como um activo com imposto diferido	54.804	0	26.403	0	28.402
Taxa de tributação aplicável	33,99%				
Activo com imposto diferido reconhecido nos prejuízos fiscais não utilizados deduzidos	18.628				

11. Investimentos em associados, filiais e empresas comuns

Associados não consolidados

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ²²	Passivos ²²	Conta de resultados
BIENCA (Biotechnological							
Enzymatic Catalyse) sa	Seneffe	Farmácia	BE 0446.755.472	33.90	3.413	317	-708
BNL Food Investments	Luxemburgo	Indústria		32.58	23.980	17.553	-6.294
Brand & Licence Company	Bruxelas	Serviços	BE 0884.499.250	20.00	122	16	66
Elysées GNI Finance	Landon (Fr)	Finanças	50501533900029	49.05	-	-	-
Europay Belgium SC	Bruxelas	Finanças	BE 0434.197.536	20.36	10.391	9.038	6.690
Greetham	Veurne	Serviços	BE 0887.439.439	44.76	7.515	9.042	259
Groep Bruyninx SA	Hasselt	Serviços	BE 0444.498.837	43.49	7.931	4.756	190
M Brussels Village	Bruxelas	Bens Imóveis	BE0473.370.886	24.59	300	175	-
Sherpa Invest	Bruxelas	Finanças	BE 0878.752.692	20.00	827	339	-28
Tax Shelter Partners SCRL	Bruxelas	Cultura	BE 0892.760.383	34.00	16	10	-
Tigenix	Heverlee	Farmácia	BE 0471.340.123	27.86	46.268	3.122	-10.858
Unibiosscreen SA	Bruxelas	Farmácia	BE 0466.013.437	23.97	4.654	11.013	-6.915
Vesalius Biocapital I SA SICAR	Bruxelas	Finanças	BE 0894.571.018	25.00	22.676	95	-1.566
Vesalius Biocapital Partners SARL	Luxemburgo	Finanças	LU 0894.571.315	20.00	-	-	-
Verbraeken Construction Drillig (VC)	Temse	Construção	BE 0431.507.369	26.46	2.764	2.386	-103

²² Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

Filiais não totalmente consolidadas

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ²³	Passivos ²³	Conta de resultados
Aigle Aviation	Luxemburgo	Leasing		75.00		122.172	21
Caeseran Management Ltd	Jersey	Finanças		100.00	-	-	-
Immomanda SA	Bruxelas	Bens Imóveis	BE0471.331.315	100.00	506	437	286
INAXI	Willebroek	Serviços	BE 0894.141.743	58.65		-	-
ING (Jersey) Nominees Ltd	Jersey	Finanças		100.00		-	-
ING (Jersey) Secretaries Ltd	Jersey	Finanças		100.00		-	-
ING Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra	Finanças		100.00	546	104	189
ING Insurance Solutions SA	Bruxelas	Seguros	BE 0453.312.375	100.00	2.619	1.751	50
ING Representações de Instituições Financeiras Ltda (em liquidação)		Finanças		100.00	-	-	-
ING-Activator Fund	Bruxelas		BE 0878.533.255	50.03	2.274	32	-259
Logipar	Antuérpia	Bens Imóveis	BE0439.526.103	100.00	1.515	197	185
Partimmo	Evere	Bens Imóveis	BE0414.384.493	100.00	36	4	-2
SAS Marnix Invest	Bruxelas	Finanças		30.91		15.090	109
SAS SODIR	Paris	Finanças		40.45	41.185	17.466	-
TOP HCC	Antuérpia		BE 0447.283.727	81.86	1.152	6	5.317

Empresas comuns não consolidadas

Nome da Entidade	Sede Social	Actividade	Código da empresa	Juros de capital acumulado (%)	Activos ²⁴	Passivos ²⁴	Conta de resultados
XPats.com SA/NV	Bruxelas	Serviços	BE 0473.525.888	50,00%	463	31	-3

²³ Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

²⁴ Os activos não são equivalentes ao passivo devido ao capital não ser incluído.

Movimentos no investimento nos associados, filiais e empresas comuns

Em milhares de euros	2008
Saldo de abertura	87.994
Acréscimos	10.000
Alterações na composição do grupo	-41
Transferências	-25.004
Ganhos/ (perdas) provindos de variações no justo valor	-7.484
Provisões por diminuição de valor	-11.201
Vendas – preço de venda	-4.014
Ganhos e perdas realizadas ao longo da conta de resultados	181
Diferenças de câmbio	99
Outras alterações	-1.381
Saldo de encerramento	49.149

12. Outros activos

Outros activos

Em milhares de euros	2008	2007
Benefícios de funcionários	417	355
Activos de regularização para direitos de regularização	-	-
Encargos pagos antecipadamente	29.000	37.766
Proveitos antecipados (outros que não juros credores dos activos financeiros)	5.558	6.717
Metais preciosos, bens e mercadorias	-	-
Outros adiantamentos	2.237	2.415
Outros	124.868	142.238
Total	162.080	189.491

7.7.1.2 Passivos

13. Passivos financeiros detidos para negociação

Passivos financeiros detidos para negociação

Em milhares de euros	2008	2007
Derivados	32.400.431	16.433.843
Posições curtas em títulos de rendimento fixo	1.068.904	1.214.968
Encargos a pagar	5.425.859	3.822.680
Total	38.895.194	21.471.491

14. Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Em milhares de euros	Valor de detenção		Diferença entre o valor de detenção e o valor contratualmente pagável ao vencimento	
	2008	2007	2008	2007
Depósitos a prazo	1.703.372	83.396	31.795	-
Certificados de depósito	739.271	912.168	13.700	-9.800
Obrigações não convertíveis – notas estruturadas	3.120.684	2.277.989	15.536	-32.949
Passivos subordinados	469.160	664.889	13.000	-600
Juros	47.931	-	-	-
Total	6.080.418	3.938.442	74.031	-43.349

15. Passivos financeiros medidos ao custo amortizado

2008

Em milhares de euros	Bancos centrais	Governos centrais	Instituições de crédito	Instituições que não de crédito	Empresas	Retalho	Total
Contas correntes/depósitos até 24 horas	0	970.632	5.283.580	5.441.171	14.375.296	6.817.806	32.888.486
Depósitos com vencimento acordado	0	70.177	17.327.399	7.354.959	6.579.825	9.022.625	40.354.984
Depósitos com pré-aviso	0	0	3.560.970	0	3.118	18.148	3.582.235
Outros depósitos	0	0	1.806.883	157.751	1.534.529	21.643.631	25.142.794
Títulos de dívida incluindo obrigações	0	0	-6.485	0	2.834.031	3.886.978	6.714.524
Passivos subordinados	0	0	132.550	0	0	0	132.550
Outros passivos financeiros	0	0	737.933	0	0	0	737.933
Encargos a pagar	0	10.697	287.554	133.135	231.171	385.431	1.047.988
Total	0	1.051.506	29.130.384	13.087.016	25.557.970	41.774.619	110.601.494

2007

Em milhares de euros	Bancos centrais	Governos centrais	Instituições de crédito	Instituições que não de crédito	Empresas	Retalho	Total
Contas correntes/depósitos até 24 horas	0	1.335.127	18.826.988	8.312.953	13.490.053	6.348.557	48.313.678
Depósitos com vencimento acordado	0	71.396	18.758.565	7.217.847	6.344.175	7.810.466	40.202.449
Depósitos com pré-aviso	0	0	4.789.953	0	3.128	23.721	4.816.802
Outros depósitos	0	0	962.610	133.498	1.611.250	18.775.215	21.482.572
Títulos de dívida incluindo obrigações	0	0	20.642	0	3.490.168	3.464.199	6.975.009
Passivos subordinados	0	0	189.025	0	0	0	189.025
Outros passivos financeiros	0	0	92.339	0	0	0	92.339
Encargos a pagar	0	10.641	327.869	118.506	162.267	249.337	868.620
Total	0	1.417.164	43.640.121	15.782.804	24.938.774	36.422.158	122.940.493

16. Passivos financeiros associados a activos transferidos

Passivos financeiros associados a activos transferidos

Em milhares de euros	2008	2007
Re vendas	3.967.326	15.361.046
das quais instituições de crédito	3.967.326	12.520.206
das quais instituições que não de crédito	0	2.840.840
Outras	719.954	2.450.938
Total	4.687.280	17.811.984

Re vendas com garantia – 2008

Em milhares de euros	Títulos de capital	Títulos de dívida	Empréstimos e adiantamentos	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação		639.207			639.207
Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas					0
Activos financeiros disponíveis para venda		2.969.469			2.969.469
Empréstimos & devedores					0
Outros		488.778			488.778
Total	0	4.097.454	0	0	4.097.454

Re vendas com garantia – 2007

Em milhares de euros	Títulos de capital	Títulos de dívida	Empréstimos e adiantamentos	Outros	Total
Passivos financeiros detidos para negociação		1.497.664			1.497.664
Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas					0
Passivos financeiros disponíveis para venda		12.114.548			12.114.548
Empréstimos & devedores					0
Outros		1.498.314			1.498.314
Total	0	15.110.526	0	0	15.110.526

17. Derivados usados para cobertura

Derivados usados para cobertura

Em milhares de euros	2008	2007
Cobertura do justo valor		
IRS	160.667	3.092
Crédito swap	285	558
Outros	-	-
Encargos a pagar	73.858	54.392
Cobertura de fluxos de caixa		
IRS	1.336.580	691.676
Crédito swap	-	-
Outros	-	-
Encargos a pagar	1.102.101	762.857
Total	2.673.491	1.512.575

18. Provisões

2008

Em milhares de euros	Reestruturação	Questões legais pendentes	Provisões para litígios fiscais	Pensões e outras obrigações de benefícios pós-reforma	Outras provisões	Total
Saldo de abertura	27.921	112.884	10.922	263.046	29.990	444.763
Acréscimos	7.886	8.232	3.092	0	20.360	39.570
Montantes usados	-9.170	-904	-4.681	0	-9.098	-23.853
Montantes não usados invertidos durante o período	-2.383	-2.761	-698	-79.982	-7.173	-92.052
Aquisições (vendas) através de acordos empresariais	0	0	0	0	0	0
Aumento no valor descontado (passagem do tempo) e efeito de qualquer alteração na taxa de desconto	0	0	0	0	0	0
Diferenças de câmbio	0	11	0	0	-365	-354
Outros movimentos	0	0	0	0	-99	-99
Saldo de encerramento	24.254	117.462	8.635	183.064	33.615	367.975

2007

Em milhares de euros	Reestruturação	Questões legais pendentes	Provisões para litígios fiscais	Pensões e outras obrigações de benefícios pós-reforma	Outras provisões	Total
Saldo de abertura	44.624	113.507	8.986	313.703	65.996	546.816
Acréscimos	7.255	6.270	6.560	0	23.636	40.721
Montantes usados	-22.762	-1.305	-2.479	0	-50.951	-77.498
Montantes não usados invertidos durante o período	-1.196	-5.582	-466	-50.657	-8.460	-66.631
Aquisições (vendas) através de acordos empresariais	0	0	0	0	0	0
Aumento no valor descontado (passagem do tempo) e efeito de qualquer alteração na taxa de desconto	0	0	0	0	129	129
Diferenças de câmbio	0	-6	0	0	-30	-36
Outros movimentos	0	0	1.321	0	-329	993
Saldo de encerramento	27.921	112.884	10.922	263.046	29.990	444.463

Informação sobre pensões e outras responsabilidades relativas ao pessoal

O ING Belgium mantém planos de reforma de benefícios definidos nos principais países em que opera. Todos estes planos são total ou parcialmente instituídos pelo ING. Estes geralmente cobrem todos os funcionários, proporcionando aos mesmos benefícios na altura da reforma. Desde que os activos sejam suficientes, os benefícios de muitos destes planos estão sujeitos a algumas formas de indexação.

São efectuadas contribuições anuais para os fundos a uma taxa que seja necessária para financiar adequadamente as provisões dos planos, a qual é calculada de acordo com os requisitos legais locais. Os planos em todos os países estão em conformidade com os regulamentos locais aplicáveis que dizem respeito aos níveis de investimento e financiamento. Durante o ano de 2009, as contribuições esperadas a serem pagas pelo ING Belgium estimam-se em 78 milhões de euros.

O banco fornece a certos funcionários outros benefícios pós-serviço e pós-reforma. Estes são principalmente planos pós-reforma de benefícios de cuidados de saúde e de pós-serviço de benefícios definidos de reforma antecipada fornecidos a funcionários e antigos funcionários.

Certas empresas do grupo patrocinam planos de pensões de contribuição definida. Os activos de todos os planos de contribuição definida do ING Belgium são detidos em fundos administrados independentemente. As contribuições são geralmente determinadas como uma percentagem do pagamento. Estes planos não fazem aumentar as provisões do balanço financeiro, que não sejam as relativas às diferenças de timing a curto prazo incluídas nos passivos correntes.

Em 2008, as condições dos benefícios de fim de contrato foram modificadas. O plano original foi terminado e substituído por um novo.

Evolução dos planos de pensões de benefícios definidos

Em milhões de euros	2008	2007	2006	2005
Valor actual da obrigação de benefícios definidos	-1.007.919	-1.039.648	-1.195.835	-1.374.078
Justo valor dos activos do plano	692.202	838.676	1.018.074	948.836
Superavit (Défice) no plano	-315.717	-200.972	-177.761	-425.242
Ajustamentos de experiência que surgem dos:				
- passivos do plano	-38.523	60.490	212.462	-60.308
- activos do plano	-136.855	-46.328	2.165	15.898

Sumário das responsabilidades de pensões

Em milhares de euros	2008	2007
Custo de serviços passados não reconhecido	0	0
Ganhos (perdas) não reconhecidos	133.070	-61.720
Obrigação líquida de pensões e outros benefícios pós-reforma	182.645	262.692
Dos quais activo	-416	-354
Dos quais passivo	183.061	263.046

Movimentos nas obrigações de benefícios definidos

Em milhares de euros	2008	2007
Saldo de abertura	-1.039.648	-1.195.835
Custos de serviços correntes	-32.065	-35.707
Custos de juros	-53.195	-51.470
Contribuição do empregador	-2.582	0
Contribuição do funcionário	0	0
Benefícios pagos	150.328	138.189
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	0	0
Ganhos e perdas actuariais não reconhecidas	-38.523	58.362
Custos de serviços passados reconhecidos	-76.960	-1.019
Custos de serviços passados não reconhecidos	0	-3.413
Alterações na composição do grupo	3.307	34.508
Efeito de redução ou acordo	93.510	11.285
Diferenças de câmbio	-12.088	5.452
Saldo de encerramento	-1.007.916	-1.039.648
Diferenças actuariais devido a alterações nos pressupostos	7.152	86.791
Diferenças actuariais devido a alterações na experiência	-45.675	-28.429

Movimentos no justo valor dos activos de planos

Em milhares de euros	2008	2007
Saldo de abertura	838.676	1.018.074
Rendimento esperado sobre os activos de planos	47.415	52.426
Contribuição do empregador	76.750	102.684
Contribuição do funcionário	2.582	2.362
Benefícios pagos	-150.328	-138.189
Ganhos e perdas actuariais sobre os activos de planos	-136.855	-46.328
Custos de serviços passados	0	0
Alterações na composição do grupo	-2.995	-133.059
Efeito de acordo	5.792	-14.186
Diferenças de câmbio	11.165	-5.108
Saldo de encerramento	692.202	838.676

Estratégia de investimento em pensões

O principal objectivo financeiro do plano de benefícios dos funcionários do ING Belgium é assegurar benefícios de reforma participantes. Como tal, o objectivo chave presente na gestão financeira do plano é promover a estabilidade e, até a um ponto adequado, o crescimento do

estado de capitalização (ou seja, o rácio do valor de mercado dos activos para os passivos). A estratégia de investimento para a carteira de activos do plano (o fundo de investimentos) equilibra a necessidade de gerar rendimentos com a necessidade de controlar o risco. A combinação de activos é reconhecida como principal mecanismo para influenciar a estrutura de retribuição e risco do fundo de investimentos, num esforço para atingir os objectivos de financiamento do plano. As contribuições alvo desejáveis entre classes de activos identificadas são estabelecidas e dentro de cada classe de activos, é dada uma cuidada atenção ao equilíbrio da carteira entre os sectores da indústria, geografia, sensibilidade da taxa de juro, dependência do crescimento económico, moeda e outros factores afectando os rendimentos do investimento. Os activos são geridos por empresas de investimento profissionais. Estes estão delimitados por mandatos precisos e são medidos em relação a pontos de referência específicos. Entre os administradores, é dada atenção, entre outras coisas, ao equilíbrio da concentração das garantias, tipo de investimento, e confiança em estratégias de investimento particularmente activas. O ING Belgium revê a combinação dos activos do fundo de investimento de forma regular. A combinação de activos será geralmente reequilibrada com a combinação de objectivos, à medida que as carteiras individuais se aproximam dos seus níveis mínimo e máximo.

Categorias de activos de planos – Contribuição alvo

Em milhares de euros	2008	2007
Títulos de capital	177.160	251.661
Títulos de dívida	386.952	446.937
Bens imóveis	36.743	44.131
Outros	91.345	95.949
Total	692.202	838.678

“Outros” inclui quantias que não estão investidas no capital, títulos de dívida ou bens imóveis. Representa dinheiro em caixa essencialmente.

Os activos de planos do ING Belgium não incluem quaisquer bens imóveis ocupados pelo ING, nem quaisquer instrumentos financeiros próprios.

O rendimento efectivo dos activos de planos é de -12,67%

Determinação do retorno sobre os activos esperado

Um elemento importante para o relatório financeiro é o pressuposto de retorno sobre os activos (ROA). O ROA é actualizado pelo menos anualmente, tendo em consideração a alocação dos

activos do plano, o histórico dos rendimentos sobre o tipo de activos detidos no fundo de investimento, e o actual ambiente económico. Com base nestes factores, espera-se que os activos do fundo de investimento ganhem uma percentagem média por ano ao longo do período. Esta estimativa é baseada num retorno activo numa base de combinação, com uma redução das despesas administrativas e nas remunerações do administrador de investimento externo ao ING pagas pelo fundo de investimento. Para fins de estimativa, presume-se que a combinação de activos a longo prazo seja coerente com a combinação actual. As alterações na combinação de activos poderiam causar impacto no montante do rendimento ou despesa de pensões registado, no estado de capitalização do plano, e na necessidade de contribuições futuras de capital.

Média ponderada dos pressupostos actuariais básicos na % anual a 31 de Dezembro de 2008

Em %	2008	2007
Taxa de rentabilidade esperada nos activos de planos	6,5	6,5
Taxas de desconto	5,3	5,3
Inflação dos preços no consumidor	2	2
Taxas esperadas no aumento de salários (excluindo o aumento promocional)	2,5	2,5

19. Passivos com imposto diferido

Passivos com imposto diferido

Em milhares de euros	2008	2007
Passivos com imposto diferido relativos a:		
Investimentos	70.760	21.717
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	296.181	70.803
Depreciação	4.133	4.175
Outras provisões	82.978	84.068
Empréstimos e adiantamentos a clientes	48.808	42.821
Bens imóveis e equipamento	139.855	147.295
Outros	37.818	158.001
Total	680.533	528.880

Os outros passivos com imposto diferido dizem respeito principalmente ao justo valor positivo dos derivados não comerciais.

20. Outros passivos

Outros passivos: discriminação por tipo

Em milhares de euros	2008	2007
Benefícios de funcionários	34.772	34.677
Encargos com a segurança social	287.243	290.725
Passivos de regularização para direitos de regularização	8.185	8.229
Passivos de leasing	-	-
Encargos a pagar (outros que não provindos de despesas de juros sobre passivos financeiros)	8	22
Rendimento recebido antecipadamente	85.836	91.182
Outras dívidas	1.185.684	1.293.548
Outros	615.298	663.782
Total	2.217.027	2.382.165

As outras dívidas incluem, entre outras, as dívidas imediatamente pagáveis e as compras diferidas. Os outros passivos incluem principalmente as contas suspensas e as contas de regularização.

21. Capital social de levantamento à ordem

As acções dos membros em entidades cooperativas possuem algumas características de capital. Estas dão também ao titular o direito de pedir o resgate do capital, embora esse direito possa estar sujeito a certas limitações. De acordo com o IFRIC 2, as acções para as quais o membro tem o direito de pedir o resgate são passivos normais. O valor total diz respeito às acções de membros de terceira parte na nossa entidade cooperativa Record Credit Services.

22. Capital atribuível a titulares de capital da empresa

Capital atribuível a titulares de capital da empresa

Em milhares de euros	2008	2007
Capital emitido	2.350.000	2.350.000
Prémios da emissão de acções	451.511	451.511
Reservas de reavaliação	285.635	491.878
das quais:		
- reserva de reavaliação de imobilizações corpóreas	235.657	241.850
- cobertura de investimentos líquidos em reserva de operações estrangeiras (efectiva)	-25.689	25.013
- reserva de conversão de moeda estrangeira	23.825	-31.903
- reserva de cobertura de fluxos de caixa (efectiva)	-82.229	201.364
- reserva de reavaliação do justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	134.071	55.554
Reservas incluindo ganhos retidos	5.464.820	4.296.721
Ganho ou perda líquida	904.766	1.161.003
Total	9.456.732	8.751.113

Capital social

Em milhares de euros	Acções ordinárias sem valor nominal	
	Número	Valor
2008		
Capital social autorizado não emitido	0	0
Capital social emitido	55.414.550	2.350.000
2007		
Capital social autorizado não emitido	0	0
Capital social emitido	55.414.550	2.350.000

7.6.2 Notas sobre a conta de resultados consolidada

23. Juros credores líquidos

Juros credores líquidos

Em milhares de euros	2008	2007
Juros credores	34.005.164	26.094.854
Activos financeiros detidos para negociação	11.772	72.051
Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	1.323.533	1.306.046
Activos financeiros disponíveis para venda	4.895.650	4.102.937
Empréstimos e devedores	7.796.088	6.415.384
Derivados usados para cobertura	-	-
Outros activos	48.032.207	37.991.272
Despesas de juros	33.632.895	24.723.226
Passivos financeiros detidos para negociação	163.613	68.156
Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	4.405.826	4.928.015
Passivos financeiros medidos a custo amortizado	7.693.670	6.361.293
Derivados usados para cobertura	-	-
Outros passivos	45.896.004	36.080.690
Juros credores líquidos	2.136.203	1.910.582
Dos quais juros credores sobre activos financeiros com diminuição de valor	4.469	6.473

24. Rendimento de comissões e taxas líquidas

Rendimento de comissões e taxas líquidas

Em milhares de euros	2008	2007
Rendimento de comissões e taxas	1.212.797	1.474.539
Títulos	698.202	938.243
Gestão de activos	45.996	50.211
Obrigações de crédito	125.873	116.322
Custódia	47.018	65.276
Serviços de pagamento	94.428	83.666
Taxas de regularização providas de actividades de titularização	420	1.380
Outros	200.859	219.441
Despesas de comissões e taxas	524.118	718.992
Títulos	137.626	241.518
Gestão de activos	163.738	223.289
Comissões para agentes (custos de aquisição)	149.792	163.197
Custódia	6.313	7.705
Compensação e liquidação	1.466	2.013
Outros	65.183	81.270
Rendimento de comissões e taxas líquidas	668.679	755.547

‘Outro rendimento de comissões e taxas’ inclui principalmente contas bancárias, encargos cobrados, taxas e comissões de seguros (de vida e não vida), factoring, fusões e aquisições e outros serviços financeiros. ‘Outras despesas de comissões e taxas’ incluem principalmente taxas e comissões cobradas para pagamento de transferências, mercados financeiros, factoring, garantias recebidas e cartas de crédito.

25. Ganhos e perdas realizadas sobre activos & passivos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas

Ganhos e perdas realizadas sobre activos & passivos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas

Em milhares de euros	2008	2007
Ganhos realizados	70.244	104.730
Activos financeiros disponíveis para venda	70.244	104.730
Empréstimos e devedores	0	0
Passivos financeiros (excluindo itens detidos para negociação)	0	0
Outros	0	0
Perdas realizadas	-51.096	-46.938
Passivos financeiros disponíveis para venda	-51.096	-46.938
Empréstimos e devedores	0	0
Passivos financeiros (excluindo itens detidos para negociação)	0	0
Outros	0	0
Ganhos (perdas) líquidos realizados	19.148	57.792

26. Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros detidos para negociação

Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros detidos para negociação

Em milhares de euros ²⁵	2008	2007
Títulos de capital e derivados relacionados	-20.648	26.823
Instrumentos das taxas de juro e derivados relacionados	239.619	212.822
Negociação de moeda estrangeira	14.605	-3.357
Mercadorias e derivados relacionados	303	25
Passivos para negociação	-	-
Outros	-	-
Ganhos (perdas) líquidos	233.879	263.313

²⁵ Excluindo os fluxos de juros em relação a todos os itens.

27. Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Ganhos e perdas líquidas sobre activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas

Em milhares de euros ²⁶	2008	2007
Ganhos	117.165	177.339
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	10.498	128.290
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	106.667	49.049
Perdas	-187.690	-152.608
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	-48.499	-53.296
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	-139.191	-99.312
Ganhos (perdas) líquidos	-70.525	24.731

28. Ajustamentos do justo valor na contabilidade de cobertura

Análise dos ajustamentos do justo valor na contabilidade de cobertura

Em milhares de euros	2008		2007	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Cobertura do justo valor	318.949	247.253	135.617	132.715
Variações no justo valor do item coberto	318.949	0	95.982	131.872
Variações no justo valor dos derivados de cobertura (incluindo suspensão)	0	247.253	39.635	843
Cobertura dos fluxos de caixa	2.370	0	1.758	0
Variações no justo valor do instrumento de cobertura – parte ineficaz	2.370	0	1.758	0
Cobertura do investimento líquido	0	0	0	0
Variações no justo valor do instrumento de cobertura – parte ineficaz	0	0	0	0
Total	321.319	247.253	137.375	132.715

Transferências da reserva de cobertura dos fluxos de caixa para ganhos ou perdas

Em milhares de euros	2008	2007
Mais de um ano	65.445	107.628
De um a cinco anos	207.652	369.490
Mais de cinco anos	305.666	351.836

29. Reavaliações das diferenças de câmbio

Reavaliações das diferenças de câmbio

Em milhares de euros	2008	2007
Moeda estrangeira	43.377	126.195
Moeda & swaps de taxa de juro	29.278	-109.154
Opções de moeda	-13.957	25.285
Contratos de cotações a prazo	3.307	-4
Total de reavaliações das diferenças de câmbio	62.006	42.322

²⁶ Excluindo os fluxos de juros em relação a todos os itens.

30. Ganhos e perdas sobre o desreconhecimento de activos que não os detidos para venda

Ganhos e perdas sobre o desreconhecimento de activos que não os detidos para venda

Em milhares de euros	2008	2007
Ganhos realizados	162.118	153.476
Desreconhecimento de imobilizações corpóreas	271	2.634
Desreconhecimento de investimentos em associados, empresas comuns e filiais	161.847	150.842
Perdas realizadas	-4.381	-8.318
Desreconhecimento de imobilizações corpóreas	-4.311	-5.672
Desreconhecimento de investimentos em associados, empresas comuns e filiais	-70	-2.646
Total	157.737	145.159

Fluxos de caixa líquidos providos de actividades de investimento: detalhes de aquisições e vendas

O ano de 2008 indica a venda do ING Investment Management Luxembourg e Belgium.

Venda do ING Investment Management Luxembourg e Belgium

Em milhares de euros	
Preço da venda	201.284
Activos líquidos transferidos	-43.103
Total	158.181

31. Outros rendimentos de exploração líquidos

Discriminação de outras despesas e rendimentos de exploração

Em milhares de euros	2008	2007
Rendimento	90.545	82.414
Bens imóveis, instalações e equipamento & bens imóveis de investimento medidos usando o modelo de reavaliação	12	399
Rendas de bens imóveis de investimento	446	354
Outros	90.087	81.661
Despesas	189.006	58.615
Bens imóveis, instalações e equipamento & bens imóveis de investimento medidos usando o modelo de reavaliação	345	-
Outros	188.661	58.615
Total líquido	-98.461	23.799

32. Despesas de pessoal

Discriminação das despesas de pessoal

Em milhares de euros	2008	2007
Vencimentos e salários	720.195	705.257
Encargos com a segurança social	175.477	173.881
Despesas de pensões e similares	29.987	70.494
Pagamentos com base em acções	12.377	9.095
Outros	206.763	195.640
Total	1.144.799	1.154.367

As outras despesas de pessoal incluem principalmente bónus, software de uso privado distribuído pelo pessoal, presentes, benefícios sociais e subsídios, subsídios de alimentação e custos com agências de emprego.

Análise dos custos de pensões

Em milhares de euros	2008	2007
Custos de pensões no activo	32.065	35.707
Custos de serviços passados	76.960	1.019
Despesas de juros	53.195	51.470
Rendimento esperado sobre os activos	-47.415	-52.426
Amortização de custos de serviços passados não reconhecidos	0	3.413
Amortização de (ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas	-18.991	888
Efeito de redução ou acordo	-99.301	2.912
Planos pós-serviço de benefícios definidos (1)	-3.487	42.983
Planos de contribuição definida (2)	33.474	27.511
<i>Dos quais contribuições definidas para a direcção</i>	<i>8.128</i>	<i>8.168</i>

Os planos de benefícios definidos são detidos pelo ING Belgium, Grupo Record, ING Contact Centre, ING Luxembourg e ING Bank (Switzerland).

33. Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas

Em milhares de euros	2008	2007
Despesas de marketing	41.366	35.484
Remunerações profissionais	52.654	43.145
Despesas de TI	147.856	165.628
Reparações e manutenção	50.093	46.847
Despesas de alojamento	39.831	37.243
Outros impostos	97.696	82.585
Custos gerais cobrados pelas partes relativas	45.757	38.096
Outros	198.163	151.811
Total	673.418	600.839

As ‘outras’ despesas incluem principalmente custos de automóvel, deslocação e representação, despesas de telecomunicações, despesas de carga e despesas postais.

34. Diminuição de valor

Discriminação por tipo de activos com diminuição de valor

Em milhares de euros	2008	2007
Perdas por diminuição de valor sobre activos financeiros não medidos ao justo valor através de ganhos ou perdas	143.083	28.844
Activos financeiros disponíveis para venda	43.396	3.258
Empréstimos e devedores	99.687	25.586
Outras diminuições de valor	16.944	-6.258
Bens imóveis, instalações e equipamento	5.736	-6.375
Bens imóveis de investimento	0	0
Activo imaterial e outras imobilizações incorpóreas	6	112
Outros	0	0
Investimentos em associados e empresas comuns calculados sob o método de equivalência	11.202	5
Total	160.027	22.586

Valor de detenção dos activos financeiros com diminuição de valor

Em milhares de euros	2008	2007
Títulos de capital	6.354	18.602
Títulos de dívida	147	0

35. Despesas de imposto sobre o rendimento relativas a ganhos ou perdas de operações permanentes

Discriminação de despesas de imposto sobre o rendimento

Em milhares de euros	2008	2007
Despesas de imposto corrente	147.079	147.728
Imposto corrente para o período	153.069	165.655
Ajustamentos em relação ao imposto corrente de períodos passados	-5.990	-17.927
Prejuízos fiscais previamente não reconhecidos, crédito fiscal, diferenças temporárias reduzindo o imposto corrente	-	-
Despesas de imposto diferido	95.205	30.103
Impostos diferidos provindos do período corrente	93.634	30.103
Impostos diferidos provindos de variações nas taxas de juro	1.571	-
Impostos diferidos provindos da inversão de activos com imposto diferido	-	-
Prejuízos fiscais previamente não reconhecidos, crédito fiscal, diferenças temporárias reduzindo o imposto corrente	-	-
Outras despesas de impostos	-	-
Despesa (rendimento) fiscal relativa a alterações nas políticas de contabilidade e erros nos ganhos & perdas	-	-
Impostos relativos ao ganho ou perdas na suspensão de uma operação	-	-
Despesa de imposto sobre o rendimento de operações suspensas	-	-
Total de despesas de imposto sobre o rendimento	242.284	177.831

Despesas de imposto sobre o rendimento relativas a investimentos em filiais, associados e empresa comuns

Em milhares de euros	2008	2007
Passivos com imposto diferido reconhecidos nas diferenças temporárias relativas a investimentos em filiais, associados e empresas comuns	1.247	2.291
Valor do dividendo decidido a ser pago no ano seguinte ²⁶	73.383	134.775
Parte do dividendo sujeito a imposto sobre o rendimento	3.669	6.739
Taxa de juro da empresa-mãe sobre os lucros distribuídos	33,99%	33,99%
Imposto sobre o rendimento do dividendo decidido a ser pago no ano seguinte	1.247	2.291
Passivos com imposto diferido não reconhecido no rendimento constante das filiais, associados e empresas comuns	18.035	16.412
Parte da empresa-mãe do rendimento constante no final do ano	1.134.554	1.100.482
Rendimento constante sobre o qual não tenham sido reconhecidas dívidas fiscais	1.061.171	965.707
Parte do dividendo que estaria sujeita a imposto sobre o rendimento se houvesse pagamento	53.059	48.285
Taxa de juro da empresa-mãe usada sobre os lucros não distribuídos	33,99%	33,99%
Imposto sobre o rendimento não reconhecido sobre o rendimento constante	18.035	16.412

Reconciliação da taxa de juro legal para a taxa de juro real

Em milhares de euros	2008	2007
Resultado antes da tributação - despesas de impostos usando a taxa legal	1.147.067	1.339.029
Taxa de imposto legal	33,99%	33,99%
Valor fiscal legal	389.888	455.136
Efeito fiscal das taxas noutras jurisdições	-22.169	-29.647
Efeito fiscal dos rendimentos não tributáveis	-254.817	-324.445
Efeito fiscal das despesas fiscalmente não dedutíveis	217.934	162.699
Efeito fiscal da utilização de prejuízos fiscais previamente não reconhecidos	-	-
Efeito fiscal nos benefícios fiscais não reconhecidos previamente nos ganhos ou perdas	-	-
Efeito fiscal da reavaliação dos activos com imposto diferido não reconhecidos	-	-
Efeito fiscal da variação nas taxas de juro	1.571	-
Efeito fiscal das provisões em excesso ou falta em períodos anteriores	-2.857	-20.883
Efeito fiscal dos juros nocionais	-91.896	-66.331
Outros aumentos (diminuições) na carga fiscal legal	4.630	1.302
Valor fiscal real	242.284	177.831
Taxa de juro real	21,12%	13,28%

²⁷ Estimativa com base no rácio de pagamento corrente.

7.7.3 Informação adicional

7.7.3.1 Justo valor dos activos e passivos financeiros

Os justos valores estimados correspondem aos valores aos quais os instrumentos financeiros poderiam ter sido negociados de uma forma justa à data de encerramento do balanço entre partes informadas e de boa vontade em transacções presenciais. O justo valor dos activos e passivos financeiros baseia-se em preços cotados de mercado, se disponíveis. Devido a não existirem mercados comerciais substanciais para todos estes instrumentos financeiros, têm sido desenvolvidas várias técnicas para estimar os seus justos valores aproximados. Estas técnicas são subjectivas na sua natureza e envolvem vários pressupostos acerca da taxa de desconto e as estimativas da quantia e escolha do momento para os fluxos de caixa futuros. As alterações nestes pressupostos podem afectar significativamente os justos valores estimados. Consequentemente, os justos valores apresentados podem não ser indicativos do valor líquido realizável. Além disso, o cálculo do justo valor estimado baseia-se nas condições de mercado num momento específico e pode não ser indicativo de justos valores futuros.

Quando o justo valor estimado é inferior ao valor de balanço, é levada a cabo uma revisão para assegurar que o valor de detenção é recuperável.

Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados pelo ING Belgium para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros.

Comparação do justo valor e do valor de detenção de instrumentos financeiros

Em milhares de euros	2008		2007	
	Justo valor	Valor de detenção	Justo valor	Valor de detenção
Caixa e saldos de caixa com os bancos centrais	3.564.476	3.564.476	3.539.124	3.539.125
Activos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	42.224.448	42.224.448	47.614.282	47.614.282
Activos financeiros detidos para negociação	1.321.968	1.321.968	1.932.564	1.932.564
Activos financeiros disponíveis para venda	27.414.649	27.414.649	28.181.480	28.181.480
Empréstimos e devedores	96.758.285	96.757.904	94.277.149	94.754.989
Outros activos financeiros	2.674.756	2.674.756	2.176.337	2.176.337
Passivos financeiros detidos para negociação	38.895.194	38.895.194	21.471.491	21.471.491
Passivos financeiros designados ao justo valor através de ganhos ou perdas	6.080.418	6.80.418	3.938.442	3.938.442
Passivos financeiros medidos a custo amortizado	110.601.494	110.601.565	122.423.826	122.940.493
Outros passivos financeiros	7.360.771	7.360.771	19.324.559	19.324.559

7.7.3.1.1 Justo valor de activos financeiros

7.7.3.1.1.1 Caixa e saldos com os bancos centrais

O valor de detenção de caixa aproxima-se do seu justo valor.

7.7.3.1.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas e detidos para negociação

Os justos valores dos títulos da carteira comercial e de outros activos ao justo valor através de ganhos ou perdas baseiam-se em preços cotados de mercado, se disponíveis. Em relação aos títulos não comercializados activamente, os justos valores são estimados, com base em modelos de avaliação internos dos fluxos de caixa actualizados, tendo em conta os pressupostos dos fluxos de caixa correntes e a solvabilidade das contrapartes.

7.7.3.1.1.3 Activos financeiros disponíveis para venda

Os justos valores dos títulos de capital baseiam-se em preços cotados de mercado ou, se não cotados, em valores de mercado estimados geralmente com base em preços cotados para títulos similares. Os justos valores dos títulos de rendimento fixo são baseados em preços de mercado cotados, se disponíveis. Em relação aos títulos não comercializados activamente, os justos valores são estimados, com base em valores obtidos a partir de serviços de avaliação privados ou descontando futuros fluxos de caixa esperados, usando uma taxa de mercado corrente aplicável ao rendimento, tipo de crédito e data de vencimento do investimento.

7.7.3.1.1.4 Empréstimos e adiantamentos

Em relação a empréstimos e adiantamentos que são frequentemente avaliados e não sofreram alterações significativas no risco de crédito, os valores de detenção representam uma estimativa razoável dos justos valores. Os justos valores de outros empréstimos são estimados descontando futuros fluxos de caixa esperados, usando taxas de juro propostas para empréstimos similares a devedores com solvabilidade similar. Os justos valores de empréstimos não produtivos são estimados descontando os fluxos de caixa esperados de recuperações.

Os justos valores de empréstimos hipotecários são estimados descontando futuros fluxos de caixa, usando taxas de juro a serem actualmente propostas para empréstimos similares a devedores com solvabilidade similar. Os justos valores de empréstimos com política de taxa de juro fixa são estimados descontando os fluxos de caixa às taxas de juro cobradas em empréstimos com política similar às políticas actualmente a serem aplicadas. Os empréstimos com características similares são agregados para fins de cálculo. Os justos valores de empréstimos com política de taxa de juro variável aproximam-se dos seus valores de detenção.

7.7.3.1.1.5 Outros activos financeiros

O valor de detenção de outros activos financeiros aproxima-se do seu justo valor.

7.7.3.1.2 Justo valor de passivos financeiros

7.7.3.1.2.1 Passivos financeiros a custo amortizado

O justo valor dos passivos financeiros a custo amortizado é estimado usando fluxos de caixa actualizados com base em taxas de juro que se aplicam a instrumentos similares.

7.7.3.1.2.2 Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas e detidos para negociação

Os justos valores dos títulos da carteira comercial e de outros passivos ao justo valor através de ganhos ou perdas baseiam-se em preços cotados de mercado, se disponíveis. Em relação aos títulos não comercializados activamente, os justos valores são estimados, com base em modelos de avaliação internos dos fluxos de caixa actualizados, tendo em conta os pressupostos dos fluxos de caixa correntes e a solvabilidade dos bancos.

7.7.3.1.2.3 Outros passivos financeiros

O valor de detenção de outros passivos financeiros aproxima-se do seu justo valor.

Separação por método para determinação do justo valor

Em percentagem	Cotações de preço publicadas	Avaliação técnica suportada por entradas de mercado	Avaliação técnica não suportada por entradas e mercado
Activos			
Derivados usados para cobertura	95,81%	4,19%	-
Activos para negociação ²⁸	85,63%	14,37%	-
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	100%	-	-
Investimentos disponíveis para venda	94,50%	2,67%	2,83%
Passivos			
Derivados usados para cobertura	99,35%	0,65%	-
Passivos para negociação	83,49%	16,51%	-
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos ou perdas	57,98%	42,02%	-

7.7.3.2 Compromissos extra-balanço

No decorrer normal dos negócios, o ING Belgium é parte em actividades cujos riscos não são reflectidos no todo ou em parte nos mapas financeiros consolidados.

As garantias dizem respeito tanto às garantias substitutas de crédito como às não substitutas de crédito. As garantias substitutas de crédito são garantias fornecidas pelo ING Belgium a respeito de créditos concedidos a clientes por uma terceira parte. Espera-se que muitas destas expirem sem serem utilizadas e, por conseguinte, não representam necessariamente futuros fluxos de caixa.

As garantias são geralmente de tipo a curto prazo. Para além dos itens incluídos nas responsabilidades contingentes, o ING Belgium emitiu garantias como participante em acordos colectivos dos organismos nacionais da indústria e como participante nos regimes colectivos de garantias exigidos pelo Governo que se aplicam em vários países.

²⁸ Os acordos de revenda foram incluídos nesta categoria. Dado que são transacções a curto prazo, o valor notional equivale ao justo valor.

O crédito irrevogável garante principalmente os pagamentos a terceiras partes em relação a transacções de comércio interno e externo de um cliente de modo a financiar a expedição de mercadorias. O risco de crédito do banco nestas transacções é limitado dado que tais transacções são sujeitas a garantia relativamente à mercadoria expedida e são de curta duração.

Outras responsabilidades contingentes dizem respeito principalmente a aceitação de letras de câmbio e são de tipo a curto prazo.

As facilidades irrevogáveis são constituídas principalmente por partes não utilizadas de facilidades de crédito irrevogável concedidas a clientes empresariais. Muitas destas facilidades são de duração fixa e com produção de juros a uma taxa de juro flutuante. O risco de crédito do ING Belgium nestas transacções é limitado. A maior fatia da parte não utilizada das facilidades de crédito irrevogável é garantida por activos de clientes ou contra-garantias dos governos centrais e organismos isentos de acordo com os requisitos regulamentares. As facilidades de crédito irrevogável incluem também os acordos feitos para adquirir títulos a serem emitidos pelos governos e emitentes privados.

Discriminação dos compromissos extra-balanço

	2008	2007
Compromissos de empréstimos		
Concedidos	25.444.343	28.632.115
Recebidos	14.629	17.679
Garantias financeiras		
Garantias dadas	9.389.381	11.213.249
Garantias recebidas	76.161.017	103.461.715
Derivados de crédito dados	-	-
Derivados de crédito recebidos	509.392	244.699
Outros compromissos		
Ddados	-	788
Recebidos	-	3.545.439

7.7.3.3 Estas quantias não incluem as garantias relacionadas com as operações de comercialização. Como consequência, os valores para o ano de 2007 foram ajustados, de modo a não reflectirem tais garantias.

7.7.3.4 Pagamento com base em acções

Movimentos nas opções sobre acções

	Opções em curso		Média ponderada do preço do exercício	
	2008	2007	2008	2007
Saldo de abertura	3.882.061	3.645.519	25.23	21.92
Concedido	1.070.785	888.111	22.09	31.44
Exercido	57.362	515.255	15.70	13.24
Executado	64.139	136.314	28.96	23.92
Expirado	-	-	-	-
Saldo de encerramento	5.074.947	3.882.061	24.47	25.23

Discriminação das opções sobre acções por escalão do preço do exercício

2008

Escalão do preço do exercício em euros	Opções em curso a 31 de Dezembro de 2008	Média ponderada da restante vida contratual	Média ponderada do preço do exercício
0.00 – 15.00	493.630	4.17	12.57
15.00 – 20.00	550.226	5.27	18.74
20.00 – 25.00	2.116.311	7.88	22.72
25.00 – 30.00	500	6.87	26.04
30.00 – 35.00	1.671.278	7.73	32.11
35.00 – 40.00	0	0	0

2007

Escalão do preço do exercício em euros	Opções em curso a 31 de Dezembro de 2008	Média ponderada da restante vida contratual	Média ponderada do preço do exercício
0.00 – 15.00	527.690	5.25	12.57
15.00 – 20.00	580.239	6.25	18.74
20.00 – 25.00	996.128	7.25	23.46
25.00 – 30.00	500	7.95	26.04
30.00 – 35.00	1.777.504	8.75	32.10
35.00 – 40.00	0	0	0

Pagamentos com base em acções

Em euros	2008
Despesa surgida dos pagamentos com base em acções	9.675
Despesa surgida das transacções em dinheiro	
- montante nominal total no final do ano	334
- valor intrínseco total no final do ano	162

O justo valor das opções concedidas é registado como uma despesa de pessoal e é distribuído pelo período de garantia das opções. O justo valor dessas opções é determinado recorrendo a uma simulação Monte Carlo. Este modelo tem em conta a taxa de juro sem risco (3,55% a 4,92%), a vida estimada das opções (4,5 a 7,5 anos), o preço de exercício, o preço corrente das acções (18,70 euros – 33,92 euros), a volatilidade estimada dos certificados das acções do grupo ING (24,56% - 39,31%) e o rendimento estimado dos dividendos (3,57% a 8,99%).

7.7.3.5 Revelações das partes relacionadas

Balanço financeiro

Em milhares de euros	Empresa mãe	Filiais	Associados	Empresas comuns sendo a entidade um investidor de capital de risco	Outros
Activos	34.760.614	0	5.300	1.312	22.507
Empréstimos e adiantamentos	25.198.640	0	5.300	1.312	18.005
Contas correntes	1.810.007	0	0	0	0
Empréstimos a prazo	20.167.878	0	5.300	1.170	18.005
Leasing financeiro	0	0	0	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Empréstimos hipotecários	0	0	0	0	0
Outros	3.220.755	0	0	142	0
Títulos de capital	9.561.969	0	0	0	4.502
Titulos de comércio	8.689.574	0	0	0	0
Tiítulos de investimento	872.395	0	0	0	4.502
Outros devedores	4	0	0	0	0
Passivos	22.708.063	0	69.482	792	4.153
Depósitos	15.021.474	0	69.482	792	4.153
Depósitos	10.551.810	0	69.482	792	4.153
Outros empréstimos	4.469.664	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	7.682.617	0	0	0	0
Títulos de dívida	7.682.617	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0
Pagamentos com base em acções	0	0	0	0	0
Concedidos	0	0	0	0	0
Exercidos	0	0	0	0	0
Outros passivos	3.972	0	0	0	0
Garantias emitidas pelo grupo	683.399	0	0	0	0
Garantias recebidas pelo grupo	1.370.547	0	0	0	0
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	0	0	0	0	0

Conta de resultados

Em milhares de euros	Empresa mãe	Filiais	Associados	Empresas comuns sendo a entidade um investidor de capital de risco	Outros
Despesas	1.399.596	0	0	0	2.078
Juros pagos	980.125	0	0	0	6
Moeda estrangeira	15.874	0	0	0	0
Taxas e comissões	26.343	0	0	0	303
Prestação de serviços	0	0	0	0	0
Compra de bens, imóveis e outros					
Activos	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Outros	377.255	0	0	0	1.769
Rendimento	2.556.095	0	0	0	342
Juros credores	1.413.280	0	0	0	274
Moeda estrangeira	0	0	0	0	0
Taxas e comissões	26.417	0	0	0	0
Rendimento de dividendos	0	0	0	0	0
Contratação de serviços	0	0	0	0	0
Venda de bens, imóveis e outros					
Activos	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Outros	1.116.398	0	0	0	67
Outros	0	0	0	0	0
Despesas do corrente ano relativas a dividas incobráveis ou de cobrança duvidosa	0	0	0	0	0

Todas as quantias incluídas em 2007 sob o título ‘Filiais’ surgem agora na categoria ‘Outros’ devido a uma revisão da interpretação desses títulos.

7.7.3.6 Processos legais

O ING Belgium e as suas filiais estão envolvidos em processos de litígio na Bélgica e em jurisdições estrangeiras envolvendo queixas destes e contra estes que surgiram no percurso ordinário dos seus negócios, incluindo em ligação com as suas actividades como emprestadores,

investidores e contribuintes de impostos. Em alguns destes processos, são pedidas quantias avultadas ou indeterminadas, incluindo punições e por conta de danos. Ao mesmo tempo que não é viável prever ou determinar o resultado final de todos os processos pendentes ou com ameaça, a gestão não acredita que o resultado destes tenha um efeito material adverso na posição financeira ou nos resultados de exploração do ING Belgium.

Na Bélgica, estes processos legais incluem uma disputa pendente sobre uma alegada responsabilidade do banco no quadro de uma fraude de terceira parte, relativamente a um levantamento fraudulento de fundos por esta terceira parte, processado através do banco.

Estes processos incluem também várias disputas sobre alegadas responsabilidades do banco no quadro de denominados esquemas de transacção fraudulenta de dinheiro da empresa, alguns envolvendo acções de tribunal criminal contra alguns funcionários do ING Belgium.

Foi também instaurado um processo judicial contra o ING Belgium por um grupo de investidores liderados por um advogado e uma empresa especializada neste tipo de acção que envolve investimentos especulativos em derivados financeiros.

No Luxemburgo, o ING Luxembourg está a ser confrontado com várias disputas sobre a alegada responsabilidade do banco no quadro de uma fraude de um ex-funcionário na área do levantamento fraudulento de fundos.

O ING Luxembourg está também envolvido em processos criminais na Bélgica em relação com um denominado esquema de transacção fraudulenta de dinheiro da empresa.

7.7.3.7 Remuneração do auditor

A Ernst & Young Bedrijfsrevisoren BCVBA (Réviseurs d'entreprises SCCRL) é o auditor do ING Belgium.

O quadro abaixo mostra as remunerações de auditoria e fora da auditoria do grupo para o ano de 2008.

Remunerações de auditoria e fora da auditoria do grupo para o ano de 2008

Em milhares de euros

2008

Os Auditores e profissionais parceiros de trabalho relacionados

1. Remunerações de auditores

1.1 Taxas pelo exercício do mandato de auditoria 1.197

1.2 Taxas por deveres extraordinários ou tarefas especiais executadas para o grupo

a. Outras tarefas de controlo 907

b. Tarefas de consultadoria fiscal 0

c. Outras tarefas fora da auditoria 0

2. Remunerações dos profissionais parceiros de trabalho

2.1 Taxas pelo exercício do mandato de auditoria 503

2.2 Taxas por deveres extraordinários ou tarefas especiais executadas para o grupo

a. Outras tarefas de controlo 238

b. Tarefas de consultadoria fiscal 13

c. Outras tarefas fora da auditoria 0

Todas as taxas foram expressamente aprovadas pelo comité de Auditoria do IN Belgium SA/NV e pelo comité de Auditoria do ING Group N.V. (Amsterdam).

7.7.4 Remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comité Executivo

7.7.4.1 Discriminação da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração

A Assembleia-geral que teve lugar a 25 de Abril de 2001 fixou a remuneração de cada membro do Conselho de Administração em 32.000 euros. Esta remuneração é paga aos Directores executivos e aos não executivos.

Por decisão do Conselho, os membros nomeados como Directores Honorários têm direito a uma pensão de 300 euros por cada ano de serviço, sujeito a um máximo de 7.500 euros.

Os membros não executivos do conselho não têm direito a qualquer indemnização por término.

A remuneração total atribuída aos Directores do Conselho de Administração ao serviço para 2008 é de 656.333 euros.

A remuneração total, como pensão, dos directores honorários em 2008 é de 99.300 euros.

7.7.4.2 Empréstimos e adiantamentos a membros do Conselho de Administração

Empréstimos e adiantamentos a membros do Conselho de Administração

Em milhares de euros	2008	2007
Empréstimos e adiantamentos	336	436

7.7.4.3 Distribuição da remuneração paga aos membros do Comité Executivo

A compensação total para os membros do Comité Executivo consiste em três componentes básicas:

- O salário base, o qual representa o rendimento anual total garantido;
- Um incentivo a curto prazo, pago em numerário, para compensar o desempenho passado medido ao longo de um ano;
- Um incentivo a longo prazo, pago em opções sobre acções e acções de desempenho, o qual compensa pelo desempenho medido ao longo de vários anos e é de futuro.

Para além do salário base e dos planos de incentivos, os membros do Comité Executivo também gozam de benefícios similares aos concedidos à maior parte dos funcionários do ING Belgium, como seguro de saúde, uso dos carros da empresa, subsídios de representação.

Empréstimos e adiantamentos a membros do Conselho de Administração

Em milhares de euros	2008	2007
Salários base	2.040	1.727
Incentivos a curto prazo	1.350	2.034
Incentivos a longo prazo	650	383
Benefícios pós-serviço	973	627
Total	5.013	4.771

7.7.4.4 Incentivo a longo prazo

Como já foi mencionado, o plano de incentivos a longo prazo é concedido como um ‘justo valor’ total dividido entre as opções sobre acções e acções de desempenho.

- As opções sobre acções têm um vencimento total máximo de dez anos e um período de garantia de três anos.
- As acções de desempenho são concedidas condicionalmente; o número de acções concedidas ao fim de um desempenho de 3 anos depende do Rendimento do Accionista Total (RAT) do Grupo ING ao longo de três anos, relativo a um desempenho RAT de um grupo director predefinido.

7.7.4.5 Regime de pensões para os membros do Comité Executivo

As pensões dos membros (não expatriados) do Comité Executivo baseiam-se em dois grupos de planos de seguros e num plano de seguros de alta gama.

O primeiro grupo de seguros é um plano de benefícios definidos, que é garantido através de um contrato com a Winterthur-Europe Assurances SA/NV. O regime de pensão inclui a reforma pensões de sobrevivência pré-reforma e pós-reforma ou a sua soma equivalente. A pensão definida alvo é fixa em 50% da média dos últimos 5 salários base anuais.

O segundo grupo de seguros é um plano de contribuição definida, que é garantido através de um contrato com a AXA Belgium SA/NV.

O seguro de alta gama é garantido parcialmente através de um contrato com a Winterthur-Europe Assurances SA/NV.

7.7.4.6 Outras estipulações contratuais principais respeitantes à remuneração dos membros do Comité Executivo

Se a actividade de um indivíduo como membro do Comité Executivo é terminada de outra forma que não através de reforma, despedimento ou desvio sério de conduta, a remuneração será paga no valor de duas vezes a base o incentivo a curto prazo.

No caso de doença prolongada, o membro do conselho executivo irá receber 100% do seu último salário base durante 12 meses, 90% durante os 12 meses seguintes, e 50% depois.

Não foram pagos quaisquer subsídios por término ou por doença prolongada em 2008. Foram pagos benefícios por término no valor de 1.728.142 euros.

7.8 Relatório do comissário da Assembleia Geral de accionistas da empresa ING Belgique SA sobre as contas consolidadas para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2008

Ernst & Young

Ernst & Young
Auditores de Empresas
Bedrijfsrevisoren
De Kleetlaan 2
B - 1831 Diegem
Tel: +32 (0)2 774 91 11
Fax: +32 (0)2 774 90 90
www.ey.com/be

Relatório do comissário da Assembleia-geral de accionistas da empresa ING Belgique SA sobre as contas consolidadas para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2008

Conforme as disposições legais, apresentamos relatório no quadro do nosso mandato de comissariado. Este relatório inclui a nossa opinião sobre as contas consolidadas assim como as menções complementares requeridas.

Atestado sem reserva das contas consolidadas

Procedemos ao controlo das contas consolidadas da ING Belgique SA e das suas filiais (o “Grupo”) para o exercício encerrado a 31 de Dezembro de 2008, estabelecido conforma as normas internacionais de informação bancária (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia, e as disposições legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica. Estas contas compreendem o balanço consolidado com encerramento a 31 de Dezembro de 2008, a conta de resultados agrupada e os quadros consolidados dos fluxos de caixa e as variações dos capitais próprios para o exercício encerrado nessa data, assim como os anexos com o resumo das principais regras de avaliação e outras notas explicativas. O total do balanço consolidado atingiu os 175.930.505 de milhares de euros e a conta de resultados agrupada teve um saldo em benefício do exercício, parte do Grupo, de 904.766 milhares de euros.

Responsabilidade do conselho de administração no estabelecimento e apresentação honesta das contas consolidadas

O estabelecimento das contas consolidadas é da responsabilidade do conselho de administração. Esta responsabilidade compreende: a concepção, a execução e o seguimento de um controlo interno relativo ao estabelecimento e à apresentação honesta das contas consolidadas sem anomalias significativas, resultando de fraudes ou de erros; a escolha e a aplicação das regras de avaliação adequadas, assim como a determinação de estimativas contabilísticas considerando as circunstâncias.

Responsabilidade do comissário

A nossa responsabilidade é exprimir uma opinião sobre as contas consolidadas na base do nosso controlo. Efectuámos o nosso controlo de acordo com as disposições legais e conforme as normas de revisão aplicáveis na Bélgica, tal como publicadas pelo Instituto dos Auditores de Empresas. Estas normas de auditoria requerem que o nosso controlo seja organizado e executado de modo a obter uma segurança razoável que as contas consolidadas não possuem anomalias significativas.

Sociedade civil tendo adoptado a forma
de uma sociedade cooperativa com
responsabilidade limitada

Ernst & Young

**Relatório do comissário de 23 de Março de
2009 sobre as contas consolidadas do ING
Belgique SA para o exercício encerrado a 31
de Dezembro de 2008 (continuação)**

Conforme as normas de auditoria mencionadas anteriormente, levámos a cabo os procedimentos de controlo para recolher elementos de prova respeitantes aos montantes e informações fornecidas nas contas consolidadas. A escolha destes procedimentos fica sob o nosso discernimento, como a avaliação do risco das contas consolidadas conterem anomalias significativas, resultantes de fraude ou de erros.

No quadro dessa avaliação do risco, tivemos em conta o controlo interno em vigor no seio do Grupo para o estabelecimento e a apresentação honestas das contas consolidadas a fim de definir os procedimentos de controlo adequados à circunstância, e não dentro do objectivo de exprimir uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo. Avaliámos igualmente a aplicação correcta das regras de avaliação, o carácter razoável das estimativas contabilísticas feitas pelo Grupo, assim como a apresentação das contas consolidadas no seu conjunto. Por fim, obtivemos do conselho de administração e dos funcionários do Grupo as explicações e informações necessárias para o nosso controlo. Estimamos que os elementos de prova recolhidos fornecem uma base razoável para o exprimir da nossa opinião.

Opinião

Segundo o nosso parecer, as contas consolidadas encerradas a 31 de Dezembro de 2008 dão uma imagem fiel do património e da situação financeira do Grupo à data de encerramento de 31 de Dezembro de 2008, assim como os resultados e os fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as normas IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia, e as disposições legais e regulamentares aplicáveis na Bélgica.

Menções complementares

O estabelecimento e o conteúdo do relatório de gestão sobre as contas consolidadas são da responsabilidade do conselho de administração.

A nossa responsabilidade é incluir no nosso relatório as seguintes menções complementares que não servem para modificar o objectivo do atestado das contas consolidadas:

Ernst & Young

**Relatório do comissário de 23 de Março de
2009 sobre as contas consolidadas do ING
Belgique SA para o exercício encerrado a 31
de Dezembro de 2008 (continuação)**

O relatório de gestão sobre as contas consolidadas trata de informações exigidas pela lei e está de acordo com as contas consolidadas. Todavia, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a descrição dos principais riscos e incerteza com os quais o conjunto das empresas englobadas na consolidação é confrontado, assim como sobre a sua situação, a sua evolução previsível ou a influência especial de certos factos sobre o seu desenvolvimento futuro. Podemos no entanto confirmar que as informações fornecidas não apresentam incoerências manifestas com as informações das quais tivemos conhecimento no quadro do nosso mandato.

Bruxelas, 23 de Março de 2009

Ernst & Young Reviseurs d'Entreprises SCCRL

Comissário

Representado por

Marc Van Steevoort

Sócio

Pierre Anciaux

Sócio

09MVS0137